

PROJETO ÁRIDAS

Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste



GT 3 – DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E EQUIDADE SOCIAL

GT 3.3 – DEMOGRAFIA

George Martine
Laura R. Wong

Coordenação Geral:

COORDENAÇÃO DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

711.2: 63:504 (213.504)

NOBRE P – ARIDA

V.1 N.1



Ministério da
Integração Nacional



PROJETO ÁRIDAS



Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste



**GT 3 – DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS
HUMANOS E EQÜIDADE SOCIAL**

GT 3.3 – DEMOGRAFIA

**George Martine
Laura R. Wong**

Versão Preliminar, sujeita à revisão.
Circulação Restrita aos participantes
do Projeto ARIDAS



PROJETO ÁRIDAS



Um esforço colaborativo dos Governos Federal, Estaduais e de Entidades Não-Governamentais, comprometidos com os objetivos do desenvolvimento sustentável no Nordeste.

O ARIDAS conta com o apoio financeiro de Entidades Federais e dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, particularmente através de recursos do segmento de Estudos do Programa de Apoio ao Governo Federal.

A execução do ARIDAS se dá no contexto da cooperação técnica e institucional entre o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura-IICA e os Estados, no âmbito do PAPP.

ORGANIZAÇÃO

Coordenação Geral: **Antônio Rocha Magalhães**
Coordenador Técnico: **Ricardo R. Lima**

GTI – RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE

Coordenador: **Vicente P. P. B. Vieira**

GT – II – RECURSOS HÍDRICOS

Coordenador: **Vicente P. P. B. Vieira**

GT III – DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Coordenador: **Amenair Moreira Silva**

GT IV – ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL E AGRICULTURA DE SEQUEIRO

Coordenador: **Charles Curt Meller**

GT V – ECONOMIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Coordenador: **Antônio Nilson Craveiro Holanda**

GT VI – POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E MODELO DE GESTÃO

Coordenador: **Sérgio Cavalcante Buarque**

GT VII – INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

Coordenador: **Eduardo Bezerra Neto**

Cooperação Técnica-Institucional IICA: **Carlos L. Miranda** (Coordenador)

COORDENAÇÃO GERAL:

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República
Seplan-PR – Esplanada dos Ministérios – Bloco K – sala 849
Telefones: (061) 215-4132 e 215-4112
Fax: (061) 225-4032



PROJETO ÁRIDAS



COLEGIADO DIRETOR

Presidente: Secretário-Executivo da Seplan-PR

Secretário: Coordenador Geral do ARIDAS

Membros:

Secretários-Executivos dos Ministérios do Meio ambiente e Amazônia Legal, da Educação e Desportos e da Saúde;

Secretário de planejamento e Avaliação da Seplan-PR;

Secretário de Planejamento do Ministério da Ciência e Tecnologia;

Secretário de Irrigação do Ministério da Integração Regional;

Superintendente da Sudene;

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil;

Presidente da Embrapa;

Presidente do IBGE;

presidente do Ibama;

Presidente da Codefasv;

Diretor Geral dos Dnocs;

Presidente do Ipea;

Representante da Fundação Esquel Brasil (Organização Não Governamental)

CONSELHO REGIONAL

Membros:

Secretários de Planejamento dos Estados participantes do ARIDAS;

Suplentes: Coordenadores das Unidades Técnicas do PAPP;

Coordenador geral do Aridas;

Representante da Seplan-PR;

Representante da Sudene;

Representante do BNB;

Representante do Ipea;

Representante da Embrapa;

Representante do Codevasf;

Representante da Secretaria de Irrigação do Ministério da Integração Regional;

COMITÊ TÉCNICO

Presidente: Coordenador Geral do aridas;

Membros:

Coordenadores de GT Regionais;

Coordenadores Estaduais;

Representante da Seplan-PR;

Representante da Sudene;

Representante da Embrapa;

Representante do IBGE;

Representante do Codevasf;

Representante da Secretaria de Irrigação/MIR;

Representante do DNAEE;

Representante do Dnocs;

Representante do IICA





1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 80, o Nordeste passou por profundas transformações. Devido ao atraso na publicação dos dados do censo demográfico de 1991, essas mudanças ainda são percebidas de forma difusa e incompleta pelos especialistas, e são totalmente desconhecidas pela maioria dos políticos, planejadores e do grande público. Mesmo assim, não há dúvidas quanto à direção e à importância dessa metamorfose.

As transformações no padrão demográfico do Nordeste tocam em todas as variáveis demográficas – fecundidade, mortalidade e migração. Tradicionalmente caracterizada por altas taxas de fecundidade, a região experimentou uma queda abrupta dos seus níveis reprodutivos, apresentando, em função de sua mortalidade mais alta, um crescimento demográfico menor que aquele atingido em décadas anteriores. Habitado a apresentar níveis de mortalidade elevados, que o distanciavam cada vez mais do resto do país, o Nordeste também teve uma melhoria importante nos seus padrões de mortalidade na década de 80. Conhecida como a terra da arribação, acostumada a perder grande parte de seus filhos através da emigração, a região teria passado a enviar para outras regiões contingentes cada vez menores, presenciar o retorno de parcela importante desses migrantes, e ainda, provavelmente receber população de outras áreas; paralelamente, ocorreram mudanças de significado ainda mal-compreendido no padrão de urbanização nordestina.

Consideradas individual e conjuntamente, essas mudanças têm um enorme significado para a questão social nordestina. Por um lado, refletem transformações estruturais significativas. É extremamente relevante ter ocorrido, simultaneamente – no meio da crise econômica mais profunda dos tempos modernos – uma redução da fecundidade, uma melhoria das condições de mortalidade e uma importante mudança quantitativa na migração nordestina, junto com uma mudança no padrão de urbanização. Essas alterações na trajetória da dinâmica demográfica não resolvem, por si, qualquer problema social da região; entretanto, criam condições mais favoráveis para a resolução de todos eles.

Este trabalho tem por objetivo analisar as tendências, as perspectivas e o significado da evolução demográfica na Região do Semi-Árido, na medida em que os dados assim o permitam. O estudo se situa dentro de um esforço mais amplo do Projeto Áridas visando um melhor entendimento da problemática socioeconômica do Semi-Árido, sua relação com a vulnerabilidade climática e a sua sustentabilidade futura.

O trabalho se inicia com uma revisão das grandes transformações demográficas ocorridas no Brasil durante as últimas décadas e uma breve discussão de suas implicações gerais para o Nordeste. Em seguida, o trabalho



procura analisar a evolução da população da região, com ênfase nas mudanças ocorridas durante a década de 80¹. Dentro desse contexto, a parte central do trabalho examina o comportamento e os fatores determinantes das principais variáveis demográficas: fecundidade, mortalidade e migrações internas. Dada a importância da evolução recente da fecundidade e o fato de existir melhores informações atualizadas a respeito dela, destacam-se as mudanças no padrão de comportamento reprodutivo, suas origens, formas e conseqüências. Discutem-se, também, as informações existentes referentes à mortalidade, à estrutura etária, à migração e à urbanização. Tal análise servirá de base para um exercício de projeção das tendências demográficas futuras e para uma discussão de suas implicações para a formulação de políticas.

2. AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS RECENTES: IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL E PARA O NORDESTE

O último terço do século XX apresentou duas transformações revolucionárias no padrão demográfico brasileiro. Ambas estão tendo conseqüências que podem ser consideradas como inerentemente positivas para a situação social da população brasileira como um todo. De fato, estão têm condições de ajudar a amenizar um pouco os efeitos nefastos da crise prolongada que assola o país. As duas transformações em pauta, cujas causas e conseqüências são fortemente entrelaçadas, são a queda da fecundidade – associada à transição vital – e o avanço da transição urbana. A seguir, apresenta-se um breve resumo dessas mudanças e de suas implicações, como pano de fundo para a discussão da questão nordestina².

2.1. A Transição Vital e a Queda da Fecundidade no Brasil

O Brasil vem experimentando uma queda da fecundidade, nos últimos 25 anos, que se situa entre as mais rápidas já constatadas entre qualquer um dos países grandes do mundo. Esta queda foi produzida por uma mudança significativa no comportamento reprodutivo da população, fundamentada no processo de modernização, mesmo que parcial, sustentada por novos valores e facilitada pela disponibilidade de tecnologias mais eficazes. A capacidade de controlar a prole, tradicionalmente privilégio das elites bem informadas e de alto poder aquisitivo, foi estendida – embora parcialmente e, muitas vezes, de maneira insatisfatória – para a maioria dos setores sociais. A população,

¹ A maioria das informações estatísticas utilizadas neste trabalho são tiradas do Censo Demográfico de 1991 e cobrem o período 1980-91.

² Os estudos populacionais utilizam habitualmente o conceito de “transição demográfica” para referir-se à mudança de padrões de fecundidade e mortalidade elevados em sociedades tradicionais, para níveis mais baixos em sociedades mais avançadas. Aqui, preferimos caracterizar as mudanças na fecundidade e mortalidade como “transição vital”, e chamar atenção para outra transição que acompanha o processo de modernização, e que também faz parte de uma transição demográfica, ou seja, a transição urbana (Vide Skeldon, 1990 e outros).

tanto de áreas urbanas como rurais, de regiões desenvolvidas como subdesenvolvidas, passou a exercer algum controle sobre o tamanho da prole. Apenas os setores mais marginalizados da sociedade deixaram de participar dessa mudança no comportamento reprodutivo.

O Gráfico 1 retrata a evolução da fecundidade no Brasil. Nele, pode-se observar que, em 1960, a Taxa de Fecundidade Total (TFT – uma espécie de medida composta que corresponde, grosso modo, ao número de filhos que uma mulher de 50 anos teria se ela tivesse vivido os padrões correntes de fecundidade) estava em torno de 6.2 filhos por mulher. Em 1970, os primeiros sinais da queda da fecundidade já podem ser observados, na medida em que a TFT cai para 5.8. As mudanças abruptas no comportamento reprodutivo ocorridas nas décadas de 70 e 80 se refletem na TFT de 4.3 em 1970 e de 2.5 (estimado) em 1990.

O mais surpreendente é que essa queda da fecundidade no Brasil ocorreu na ausência de qualquer apoio oficial, no sentido de políticas e programas visando reduzir a natalidade ou o crescimento vegetativo. O Brasil implementou, apenas recentemente, um programa tímido e de cobertura reduzida, na área de saúde reprodutiva. Os impactos disto sobre a fecundidade são negligenciáveis e nem se comparam com os programas intensivos de controle de natalidade ou de controle populacional adotados na maioria dos grandes países populosos. Entretanto, a queda da fecundidade no Brasil se equipara à trajetória da fecundidade de todos esses países. De fato, só perde claramente para a China onde, como se sabe, o governo vem implementando um programa agressivo de controle da natalidade há mais de 30 anos.

Tampouco merece crédito a hipótese de que a redução da fecundidade no Brasil teria sido produto de uma campanha internacional arquitetada por interesses imperialistas, ou de outra forma excusos. Sem dúvida, existiram, e continuam existindo, diversos tipos de grupos preocupados com o crescimento demográfico; alguns deles têm investido enormes recursos em ação visando reduzir a natalidade de países pobres. Entretanto, as ações controlistas não tiveram impacto onde a população não era motivada a controlar sua prole. Ou seja, em países de economia permanentemente estagnada, de forte preponderância rural, mesmo campanhas maciças de controle populacional surtem pouquíssimo efeito.

No Brasil, a redução acelerada da fecundidade reflete uma vontade generalizada de todos os setores populacionais de controlarem sua prole. As raízes dessa motivação se encontram nos fortes processos de modernização e urbanização que vêm ocorrendo no país no último meio século e, particularmente, desde meados da década de 60. Existe uma grande variedade de organismos e agências de planejamento familiar espalhados pelo Brasil, mas a influência total destes – mesmo acrescidos das ações



explícitas do setor público na área de planejamento familiar – não é significativa. Na realidade, os interesses controlistas tiveram alguma influência sobre o nível de informação, através da provocação de um debate nacional prolongado sobre o tema, mas não propriamente sobre as ações do setor reprodutivo. Ninguém conseguiria manipular a intimidade de uma massa populacional tão significativa. A esterilização tem tido um papel fundamental nessa redução, tendo sido inclusive apontada como instrumento principal do imperialismo controlista nessa área; entretanto, todas as avaliações mais objetivas realizadas nos últimos anos indicam que o crescimento da prática da esterilização representa, na realidade, uma busca generalizada de um meio mais eficaz de controlar a prole.

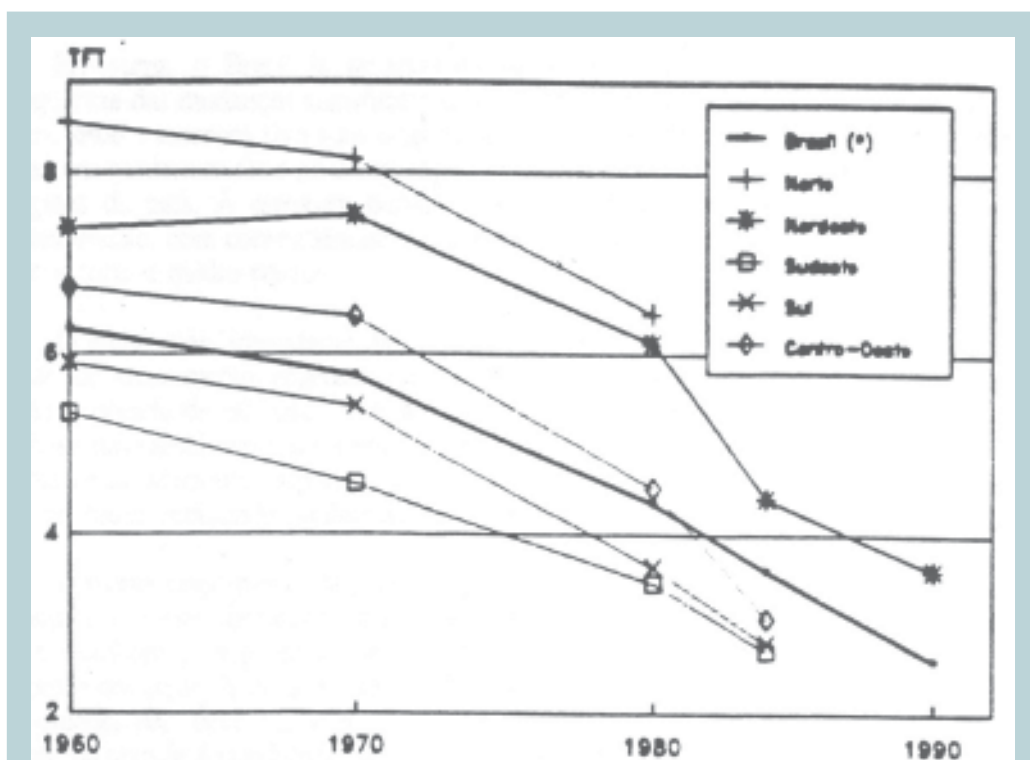


GRÁFICO 1 - Brasil e Regiões: TFT para diversos períodos entre 1960 e 1990.

(*) Para 1990, estimativa preliminar.

Fonte: Mendes et al. (1985); Oliveira e Silva (1986); e DHS/BEMFAM, 1992.

Em suma, o Brasil já se encontra numa fase adiantada de sua transição vital, em consequência das mudanças significativas no comportamento reprodutivo de sua população. Por sua vez, estas mudanças têm suas origens num amplo processo de transformação da sociedade, centrado na modernização e na urbanização. Os impactos deste descenso se fazem sentir em todas as regiões do país. A estrutura populacional já manifesta os resultados de um processo de envelhecimento com consequências bastante positivas para a satisfação da demanda social, pelo menos a curto e médio prazos.

O efeito mais importante da queda da fecundidade, do ponto de vista demográfico, é a redução do crescimento vegetativo da população. O Brasil crescia a uma taxa de 2.9% a.a. durante a década de 60; isto foi reduzido para 2.5% na década de 70 e para 1.9% na de 80. Espera-se um crescimento em torno de 1.5% a.a. na última década deste século. A diminuição da taxa de crescimento populacional, por sua vez, produz uma modificação significativa na estrutura etária, reduzindo paulatinamente a proporção de crianças e jovens.

O menor crescimento da população e as mudanças na sua estrutura etária criam condições potencialmente mais favoráveis para a resolução de alguns problemas sociais a curto e médio prazos – embora a longo prazo gere um desafio maior na área de seguridade social, devido à proporção crescente de pessoas idosas³. Esta postura, que enxerga muitos benefícios na queda da fecundidade, não deve ser identificada com as do neo-malthusianismo ingênuo. A simples redução da taxa de fecundidade não garante qualquer melhoria social; apenas cria condições para uma resolução mais fácil das carências sociais, caso haja empenho técnico, recursos financeiros e determinação política.

O primeiro grupo populacional a refletir a diminuição da fecundidade é o coorte de recém-nascidos. A população infantil atualmente cresce a uma taxa muito mais reduzida do que a média da população; durante os próximos anos, o crescimento deste grupo oscilará em torno de 0.3%. Isto significa que o Brasil deverá ter uma população fixa em torno de 16 a 17 milhões de crianças durante os próximos 30 anos. A estabilização do número de crianças nessa faixa proporciona um espaço para redefinir melhor as prioridades, os programas e os mecanismos de implementação de políticas voltados para a infância.

Da mesma forma, na população em idade escolar, a transição demográfica está propiciando uma estabilização do número de crianças demandantes de ensino. A população escolar de 5-14 anos deverá oscilar em torno do número atual (isto é, 34 milhões), até o ano 2020. Sem queda da fecundidade, o número de crianças nessa faixa etária teria tido um aumento de 138%; ou seja, seria necessário encontrar mais 45 milhões de vagas nas escolas. Em vez disso, o país se encontra em condições excepcionais para melhorar a qualidade do sistema educativo, já que não precisa continuar aumentando o número de vagas.

A população em idade de trabalhar ainda não refletiu plenamente os impactos da queda da fecundidade. Essa categoria, mais ampla e mais heterogênea, inclui pessoas nascidas antes e depois da queda da fecundidade. De qualquer forma, já se observa uma redução no ritmo de entrada de jovens

³ Para uma discussão mais detalhada dessas mudanças e de suas implicações, ver Martine e Carvalho, 1994.





no mercado de trabalho, diminuindo, portanto, a necessidade de criação de novos postos de trabalho, apenas para manter o mesmo nível de emprego.

Quanto à população de mais de 65 anos, esta apresenta taxas de crescimento muito elevadas. São gerações nascidas na época da fecundidade elevada e que se beneficiaram do significativo declínio da mortalidade. Conseqüentemente, até o ano 2030, pode-se esperar uma participação cada vez maior do contingente de idosos na população total. Como as mulheres vivem mais tempo, haverá um desequilíbrio cada vez mais visível na razão de sexos. Prenuncia-se uma crise crescente dos sistemas de saúde e previdência, caso não haja um esforço muito grande, desde já, para lidar com essa nova estrutura demográfica.

2.2. A Transição Urbana

Os processos brasileiros de urbanização e de concentração populacional apresentaram mudanças abruptas de trajetória durante a década de 80. De fato, a maior surpresa trazida pela publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1991 foi a redução significativa do ritmo de crescimento urbano e de concentração metropolitana, ocorridos no país durante a década de 80.

Na década de 60, o conjunto de cidades com mais de 20 mil habitantes havia crescido a uma taxa de 5,4% a.a.; na década de 70, esta taxa se manteve em 4,9% mas, na de 80, o ritmo baixou subitamente para 2,6%. A classe de cidades mais afetada foi justamente a de cidades maiores; assim, as 20 cidades com 500 mil ou mais habitantes em 1991 cresceram a uma taxa de 2,03% ao ano durante a década de 80, e aquelas com mais de um milhão de habitantes, a apenas 1,9% a.a.

Estas mudanças no padrão de urbanização são de enorme importância para a configuração espacial do Brasil. Desde 1940, as cidades maiores vinham absorvendo parcelas crescentes do crescimento demográfico acelerado do país. Na década de 70, mais de dois quintos do crescimento populacional total do país se deu em apenas 10 cidades. Associado a este fenômeno de concentração progressivo da população total em cidades maiores estava o inchamento desordenado; desenhava-se o espectro de cidades cada vez maiores e de megalópoles inadministráveis.

Entretanto, a década de 80, ao apresentar uma mudança significativa na trajetória de crescimento urbano e de concentração, indicou que o Brasil já se encontrava numa fase adiantada de sua transição urbana. Isto representa uma vantagem potencialmente importante para o futuro. Por um lado, o país apresenta um dos níveis mais elevados de urbanização entre qualquer um dos países não-desenvolvidos. De acordo com a definição oficial de “urbano” (isto é, todas as sedes de municípios ou distritos), a população urbana do

Brasil já constitui três-quartos da população total. Utilizando uma definição mais restritiva de “urbano” (por exemplo, a população residente em localidades de 20 mil e mais habitantes), o Brasil teria menos de 60% de sua população em cidades. Estes constituem índices similares àqueles apresentados por países já industrializados.

Ao mesmo tempo, o Brasil dispõe hoje de uma rede de 560 cidades espalhadas ao longo do seu território; isto, *per se*, representa uma base excelente, tanto para o desenvolvimento regional, como para a integração nacional em termos econômicos, sociais e políticos. Além disso, o país tem várias cidades de dimensão e função metropolitanas, que congregam uma parcela significativa da população e das atividades econômicas mais importantes. Hoje, três em cada dez pessoas no Brasil residem numa cidade com mais de um milhão de habitantes. Estas tendem a concentrar a maior parcela do PIB e dos empregos.

Em suma, o Brasil já efetuou a maior parte de sua transição urbana. Em comparação com outros países grandes e populosos como a Índia, a China, a Indonésia ou a Nigéria, o Brasil apresenta enormes vantagens comparativas, devido ao fato de já ter a maior parcela de sua população vivendo de atividades urbanas, nos setores secundário ou terciário. Em comparação a países como o México, Argentina ou Peru, marcados pela primazia, ou seja, o gigantismo de suas respectivas capitais em relação às outras cidades, o Brasil também tem a vantagem de ter uma rede urbana mais densa, mais complexa e mais integrada.

2.3. Implicações das Mudanças Demográficas para o Nordeste

Todas as regiões do país têm sido afetadas pela transição vital e pela transição urbana. Conforme será visto mais adiante, a mudança no padrão reprodutivo está tendo um impacto até maior no Nordeste, dado que seus níveis de fecundidade, antes da queda recente, eram bem mais altos do que os das regiões do Centro-Sul do país. Conseqüentemente, a taxa de crescimento vegetativo do Nordeste, assim como a estrutura etária de sua população, sofreram mudanças mais significativas.

Em ambos os casos, (i.e. transição vital e transição urbana) as mudanças podem ser consideradas como favoráveis para a resolução dos problemas sociais que assolam a região. Isto, evidentemente, não significa que a situação social tenha melhorado sensivelmente, senão que a capacidade potencial de se resolver esses problemas tenha aumentado. Assim, a taxa de crescimento da demanda por creches, por escolas ou por empregos diminuiu de forma notável, devido à queda da fecundidade. Além disso, em pelo menos uma área crítica, a de nutrição, os impactos já podem ser observados. Assim, os resultados de uma pesquisa nacional sobre saúde e nutrição, realizada em 1989, indicavam uma melhoria significativa no estado nutricional de





crianças em todas as regiões do Brasil, mas particularmente nas do Nordeste. Na explicação deste fenômeno, a redução da fecundidade foi citada como fator fundamental, por ter ajudado a melhorar a renda per capita da família pobre (INAN, 1990).

No que se refere à transição urbana, o Nordeste apresentou uma das transformações mais significativas de todas as regiões durante a década de 80. Conforme será visto mais adiante, o número de localidades pequenas e médias na Região cresceu rapidamente. Enquanto isso, a população rural nordestina, que constituía quase a metade da população rural do país, finalmente apresentou um declínio absoluto durante a década de 80. Nesse sentido, passou a seguir a trajetória das outras regiões do país. Suas grandes metrópoles tiveram um crescimento acima da média da categoria durante o período, entretanto, essa taxa foi significativamente menor do que vinha experimentando em décadas anteriores.

Em suma, o Nordeste também começou a apresentar tanto sua transição vital como sua transição urbana durante o período 1980-91. Pode-se dizer que, no contexto da crise profunda e prolongada que assolou o país, tais transformações representam um sinal bastante positivo. Nos próximos capítulos, procuraremos delinear essas tendências em maior detalhe.

3. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NORDESTINA ANTES DE 1980: UM RESUMO

3.1. Visão Geral

Durante quase todo o período moderno, a dinâmica demográfica do Nordeste tem sido marcada por duas características. Por um lado, a região tem apresentado uma fecundidade muito elevada, mas um crescimento vegetativo relativamente baixo, devido às suas altas taxas de mortalidade. Por outro, tem sido uma área de migração líquida negativa; ou seja, tem perdido sistematicamente um grande número de pessoas nas trocas migratórias com outras regiões.

Na Tabela 1, apresentam-se informações a respeito da população residente em cada um dos estados do Nordeste e suas respectivas taxas de crescimento, durante o período 1940-91. Em todas as décadas, o crescimento nordestino foi inferior ao do país devido à mortalidade mais elevada e à emigração líquida a partir do Nordeste. Nessa mesma Tabela, também é apresentado um resumo dos indicadores de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo para o mesmo período. O ritmo de crescimento dos estados componentes da região tem variado bastante, não havendo nenhum estado que apresentasse taxas sistematicamente mais elevadas que os outros.

3.2. A Dinâmica Demográfica do Nordeste, Antes de 1980⁴

a. O Crescimento Vegetativo

De modo geral, a fecundidade rural costuma ser mais alta do que a urbana e tende a cair mais lentamente. Em 1970, a fecundidade rural do Brasil era 56% mais alta do que a urbana, sendo que a diferença era maior em regiões ou estados que já se encontravam a meio caminho de sua transição. No Nordeste, onde a fecundidade caiu apenas tardiamente, a diferença entre rural e urbano, em 1970, era de somente 24%. A redução foi mais rápida no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Paraíba, mas ela foi expressiva em todos os estados da região, exceto o Maranhão, onde o caráter rural e fronteiro do estado continuou favorecendo uma fecundidade mais elevada. Apesar desse descenso generalizado, todos os estados nordestinos ainda apresentavam, em 1980, um nível de fecundidade bem mais alto que a média brasileira.

O Semi-Árido apresenta também uma diferenciação de comportamento reprodutivo, em relação ao resto do Nordeste. De acordo aos dados de Moura e Santos, quando se examina a evolução da fecundidade entre 1970-80, a nível de microrregiões, é possível constatar que a grande maioria dos municípios e microrregiões do Semi-Árido apresentava taxas de fecundidade elevada, e o restante, fecundidade média (ver Mapa I).

O ritmo de declínio da mortalidade vem se processando gradualmente desde 1930. Como foi o caso em relação à fecundidade, mais uma vez, esta redução se iniciou mais tarde e tem sido mais lenta no Nordeste do que no resto do Brasil. Com o passar do tempo, portanto, os diferenciais entre Nordeste e Centro-Sul foram se acentuando. A esperança de vida do Nordeste, em 1960-70, era similar àquela que prevalecia no Brasil como um todo na década 1940-50. Para o período 1960-70, o Nordeste apresentava uma esperança de vida de 47.3 anos, (ver Tabela 2), patamar que era mais de 20% inferior àquele registrado no Sul. Também no Nordeste é que se encontravam as maiores diferenças entre mortalidade urbana e rural – 4,8% (Carvalho, 1973 e 1977).

Os níveis de mortalidade da Região Nordeste, durante a década de 70, eram comparáveis aos dois países mais pobres das Américas – Bolívia e Haiti. Porém, quando se analisa os níveis de esperança de vida ao nascer na década de 70, por microrregiões, porém, observa-se um resultado até certo ponto surpreendente (ver Mapa 2). Ou seja, os níveis mais altos de mortalidade sempre se registram na metade oriental da Região Nordeste. Conforme observam Moura e Santos, isto não deixa de causar espécie, pois é justamente esta a sub-região dotada de melhores condições de acesso à infra-

⁴ Grande parte das informações e interpretações utilizadas neste capítulo se devem ao trabalho de Moura e Santos (1986).



estrutura social. “Isto leva à especulação de que as severas e precárias condições econômicas em que subsiste grande parte da população residente nesse espaço... estariam impondo limites bem mais estreitos à ampliação mais rápida e mais generalizada da longevidade média da respectiva população via ações de combate às causas exógenas da alta mortalidade sobre ela incidente” (Moura e Santos, 1986:42).

ESTADO	HOMENS			MULHERES		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (em anos)						
BRASIL	56.8	57.3	55.8	63.3	55.8	62.0
NORDESTE	50.1	49.6	50.5	56.4	56.0	56.8
Maranhão	53.2	53.4	53.1	59.4	59.8	59.3
Piauí	55.4	55.0	55.6	61.6	61.9	61.4
Ceará	47.9	46.9	48.8	54.2	53.1	55.5
Rio G. Norte	46.1	46.6	45.6	51.8	52.2	51.3
Paraíba	44.8	44.0	45.9	51.2	50.8	52.3
Pernambuco	47.7	48.7	46.0	54.1	55.3	51.9
Alagoas	46.9	47.3	46.5	53.2	53.7	52.7
Sergipe	53.4	53.9	52.8	59.6	60.2	50.0
Bahia	55.0	54.7	55.2	61.4	61.3	61.6

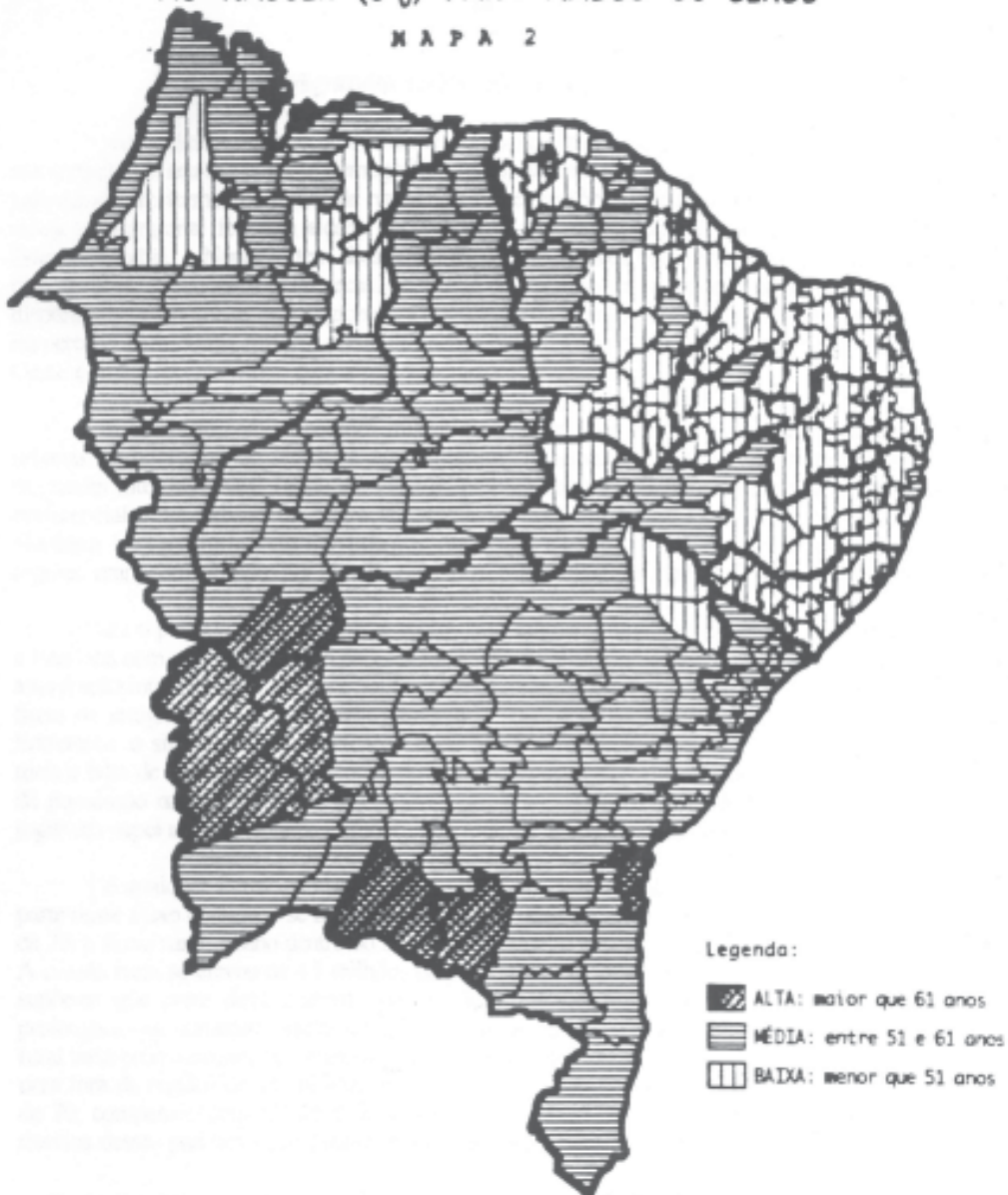
TABELA 2 - Brasil. Nordeste e Estados do Nordeste – Esperanças de vida ao nascer para o período 1970/80.

Fonte: CARVALHO, J.A.M. & PINHEIRO, S. de M.G. (1986): Fecundidade e Mortalidade no Brasil – 1970/80 – Relatório de Pesquisa – CEDEPLAR/FACE/UFMG.




Em síntese, a Região Semi-Árida apresentava, na década de 70, um quadro relativamente favorável na área de mortalidade, em comparação com as áreas mais densamente povoadas do litoral nordestino. Este fato, *per se*, depõe mais contra as péssimas condições que afetavam as populações das grandes cidades naquele período, do que propriamente a favor a boa qualidade de vida no semi-árido. Dois fatores podem ser apontados, a título de hipótese, como explicativos desse resultado inesperado. Em primeiro lugar, a falta de saneamento básico nas grandes cidades do litoral, onde grandes massas se aglomeravam em habitações sub-humanas, muitas vezes em cima de águas sujas, sem acesso a água limpa ou esgoto, é um fator precipitante da morbidade e da mortalidade precoce. Segundo, é possível que a questão da alimentação seja mais fácil de garantir, em tempos normais, nas áreas pobres mas agrícolas do interior, do que nas favelas urbanas.

CLASSIFICAÇÃO DAS MICRORREGIÕES NORDESTINAS,
NA DÉCADA DE 1970/80, SEGUNDO A ESPERANÇA DE VIDA
AO NASCER (e^0) PARA AMBOS OS SEXOS

M A P A 2



Legenda:

-  ALTA: maior que 61 anos
-  MÉDIA: entre 51 e 61 anos
-  BAIXA: menor que 51 anos

Fonte: Adaptado de mapa em Moura e Santos (1986).

Nota: IBGE. Divisão Territorial Brasileira, 1990 - Microrregiões Geográficas.

Carta elaborada no âmbito do acordo de cooperação científica Brasil-França.
Digitalização dos municípios realizada no GIP RECLUS e ORSTOM,
por Philippe Waniez, Violette Brustlein-Waniez e Françoise Pelletier,
a partir de documentos cartográficos fornecidos pelo IBGE/DGC.
ISPN - GIP RECLUS - ORSTOM





b. Processos Migratórios no Período Anterior a 1980

A condição tradicional do Nordeste como região expulsora de população se deriva da combinação do seu crescimento demográfico relativamente elevado, junto com sua inferioridade sistemática em termos de níveis de renda. As raízes históricas dessa disparidade nos níveis de renda inter-regional fogem à alçada desse ensaio, mas o fato central é que, desde a Segunda Guerra Mundial, o Nordeste tem abastecido as demais regiões brasileiras com grandes levas de mão-de-obra. Pressionada pelas secas, pela falta de trabalho remunerado e, genericamente, pelas disparidades econômicas inter-regionais, a população do Nordeste tem se dirigido em contingentes numerosos para outras regiões, particularmente para o Centro-Sul, e daí para o Sul, o Centro-Oeste e, mais recentemente, para a região amazônica.

Em contraste com os padrões migratórios observados em outras regiões, tanto as áreas urbanas como rurais no Nordeste apresentaram, historicamente, uma emigração líquida de migrantes inter-regionais. Tendo em vista as grandes distâncias a serem percorridas e o destino preferencialmente urbano da migração, a maioria dos migrantes saída das áreas urbanas do Nordeste. De certa forma, tais movimentos, realizados a partir das cidades nordestinas para outras regiões, eram compensados por movimentos intra-regionais rural-urbanos (Da Mata, 1973:74-78).

Para o período 1960-80, dois aspectos do fenômeno migratório merecem ser destacados: a interface com outras regiões do país e a migração rural-urbana do país. No que se refere à migração inter-regional, Moura e Santos (1990), já apontaram uma tendência de diminuição do fluxo de emigração. A Região teria aumentado sua capacidade relativa de “reter” população. Entretanto, o significado dessa retenção pode ser discutível, na medida em que poderia refletir mais a falta de alternativas migratórias do que propriamente as alternativas de fixação produtiva da população natural da região. Por outro lado, a queda da fecundidade pode ter começado a jogar um papel nesse panorama – embora não afetasse ainda as idades preferenciais da migração.

De qualquer forma, persistiu o êxodo rural do Nordeste na década de 70, só que a maior parte desse fluxo continuou se fixando nas áreas urbanas do próprio Nordeste. De fato, na década de 70, o fluxo rural-urbano dentro do Nordeste intensificou-se, em relação às décadas anteriores. A evasão rural se elevou de 4.1 milhões de pessoas na década de 60 para 4.6 milhões na de 70; supõe-se que parte deste aumento da evasão rural esteja relacionada com a seca grave e prolongada que começou a afetar a região a partir do final da década. Tal aumento da emigração rural teria proporcionado um ingresso líquido (isto é, descontado a emigração de áreas urbanas para fora da região) de 2.9 milhões de pessoas nas áreas urbanas nordestinas durante a década de 70, comparado com 1.7 milhões na de 60. Por outro lado, não



foram observados grandes desvios desses padrões a nível sub-regional (Moura e Santos, 1986-27).

Apenas uma quarta parte das microrregiões nordestinas pode ser caracterizada como de atração durante as décadas de 60 e 70 (ver Mapa 3). Estas áreas de atração são, em sua grande maioria, influenciadas pelo adensamento urbano, seja em áreas de fronteira recente (como Imperatriz no Maranhão), seja na faixa costeira onde se encontra uma rede urbana mais densa, o resto do Nordeste “constitui um amplo espaço de evasão populacional” (Moura e Santos, 1993:43-44). Tal generalização, evidentemente, inclui a faixa do Semi-Árido, objeto precípua de análise desse estudo; de fato, conforme pode ser visto no Mapa 4, grande parte do Semi-Árido consta como área de expulsão de intensidade média ou fraca.

Um esforço de regionalização da migração nordestina durante o período 1950-70, feito pelo PIMES a nível de microrregiões, indentifica cinco tipos de áreas de forte imigração, de moderada imigração, de perda moderada de população, de forte perda de população, e de equilíbrio demográfico. Um dos aspectos mais interessantes daquele estudo provém do fato de que a maior parte do Semi-Árido é considerada como região de equilíbrio demográfico. Isto se deve, em parte, ao fato de ser uma região de baixa densidade demográfica, onde mesmo taxas relativamente elevadas de emigração não se traduzem em grandes volumes migratórios.

4. A EVOLUÇÃO RECENTE DA POPULAÇÃO DO NORDESTE

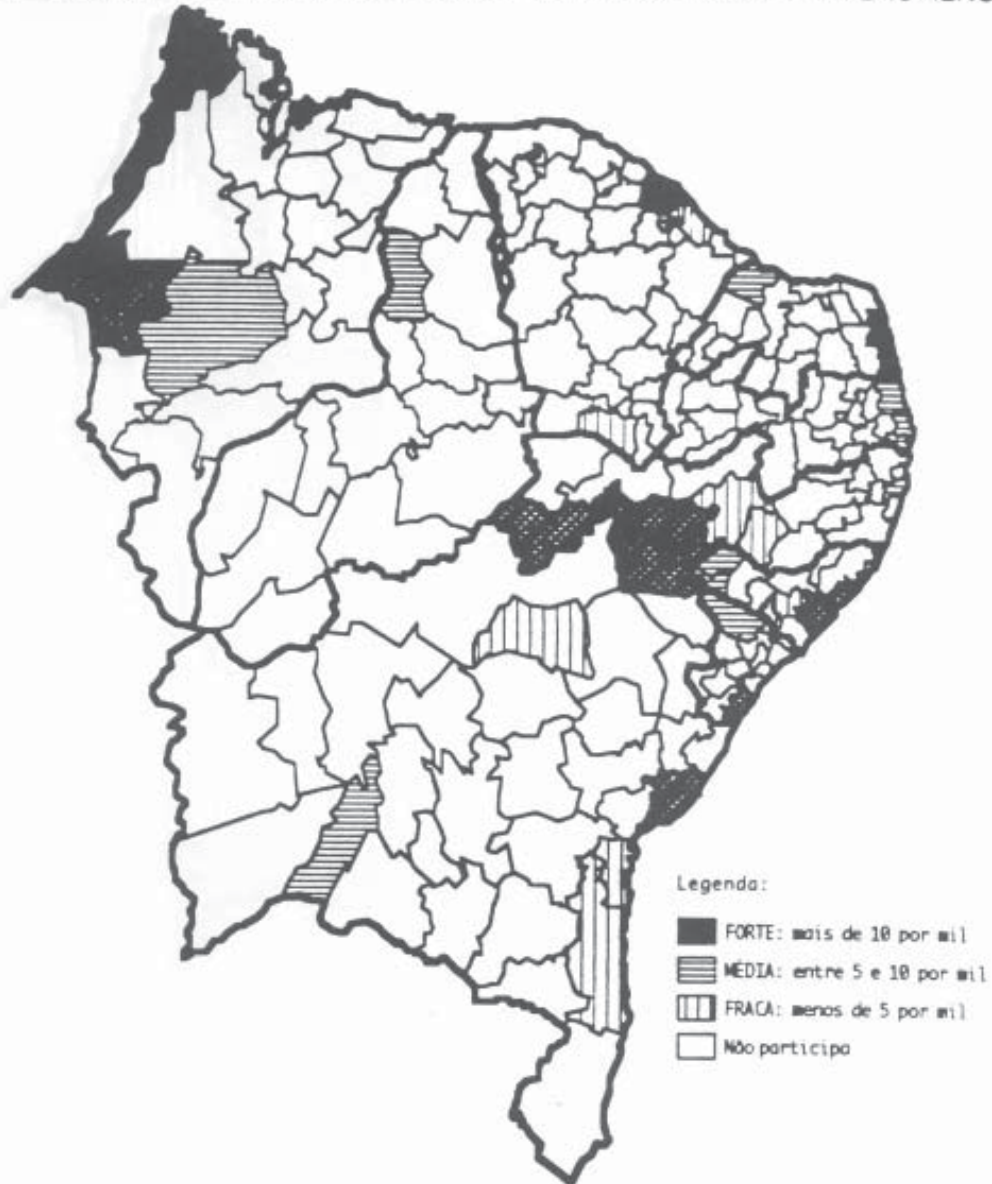
Na década de 80, conforme explicado anteriormente, a taxa de crescimento da população brasileira acentuou sua tendência declinante, passando de 2.48 para 1.94% a.a. No Nordeste, a taxa de crescimento também baixou, de 2.16 para 1.83% a.a., no mesmo período. No total, o Nordeste cresceu de 34.8 para 42.5 milhões de pessoas entre 1980 e 1991 (ver Tabela 1). Este incremento populacional representa um contingente maior que toda a população da Bolívia. Em termos relativos, a participação da população residente no Nordeste no total do país praticamente se manteve igual.

Apesar do aumento volumoso de população nordestina, o fato central a ser comentado aqui é a redução do seu ritmo de crescimento. Qual é a explicação dessa diminuição? Podemos daí inferir que o declínio da fecundidade foi mais significativo nesta região? Como evoluiu a mortalidade e como interagiu com o descenso da fecundidade? Terá a migração experimentado um refluxo, anulando assim as mudanças na trajetória da transição vital do Nordeste? Finalmente, como as mudanças na dinâmica demográfica afetaram a estrutura etária da população nordestina e com que implicações sociais?

Estas são as questões que precisam ser desafiadas para se poder entender a complexa dinâmica demográfica nordestina durante a década de 8 e



CORRREGIÕES NORDESTINAS DE IMIGRAÇÃO LÍQUIDA, NA DÉCADA DE 1970/80, SEGUNDO A INTENSIDADE DO FENÔMENO

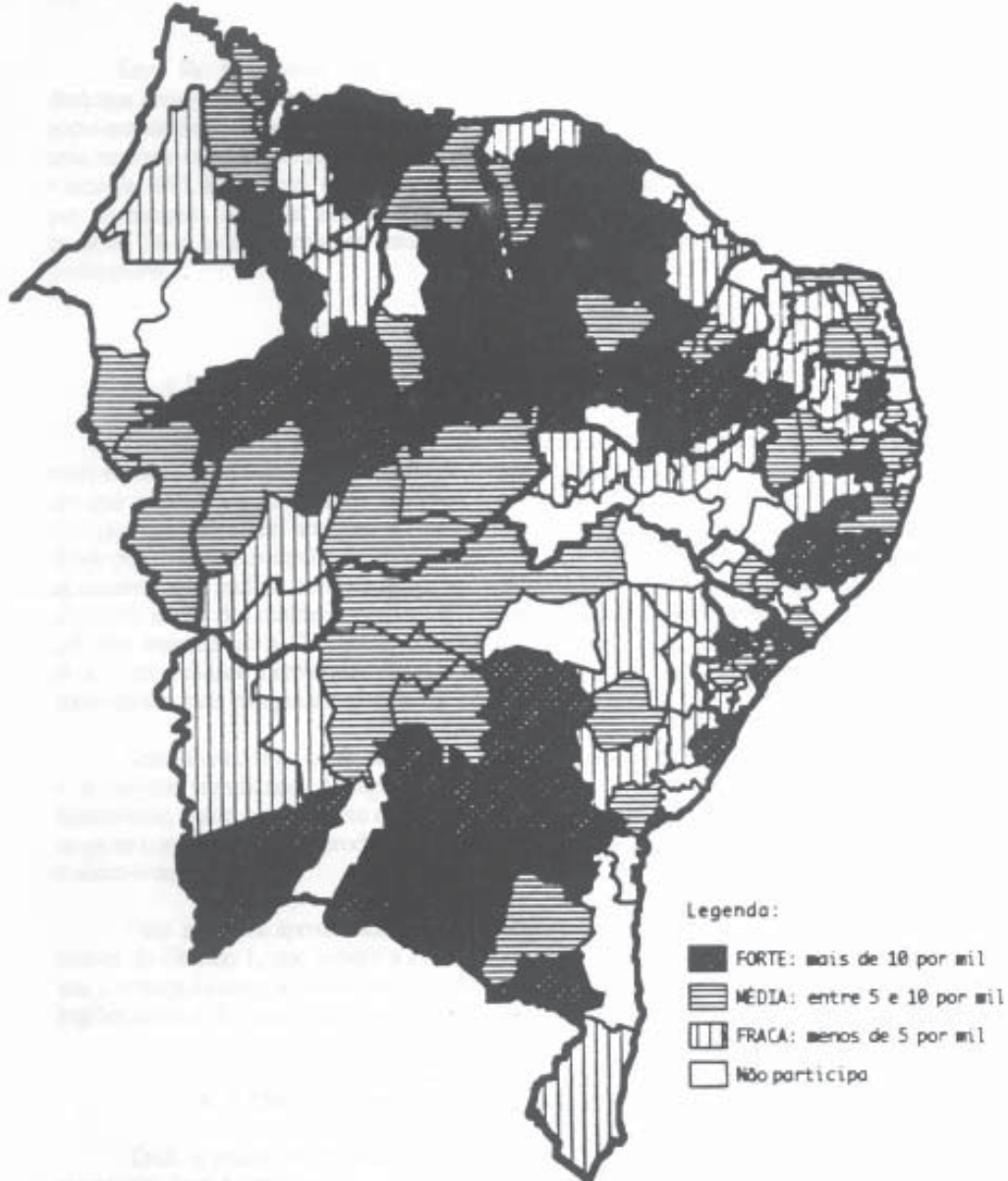


Fonte: Adaptado de mapa em Moura e Santos (1986).

Nota: IBGE. Divisão Territorial Brasileira, 1990 - Microrregiões Geográficas.

Carta elaborada no âmbito do acordo de cooperação científica Brasil-França.
Digitalização dos municípios realizada no GIP RECLUS e ORSTOM,
por Philippe Waniez, Violette Brustlein-Waniez e Françoise Pelletier,
a partir de documentos cartográficos fornecidos pelo IBGE/DGC.
ISPN - GIP RECLUS - ORSTOM

**MICRORREGIÕES NORDESTINAS DE EMIGRAÇÃO LÍQUIDA,
A DÉCADA DE 1970/80, SEGUNDO A INTENSIDADE DO FENÔMENO**



Fonte: Adaptado de mapa em Moura e Santos (1986).

Nota: IBGE. Divisão Territorial Brasileira, 1990 - Microrregiões Geográficas.

Carta elaborada no âmbito do acordo de cooperação científica Brasil-França.
Digitalização dos municípios realizada no GIP RECLUS e ORSTOM,
por Philippe Waniez, Violette Brustlein-Waniez e Françoise Pelletier,
a partir de documentos cartográficos fornecidos pelo IBGE/DGC.
ISPN - GIP RECLUS - ORSTOM



para avaliar como ela afetará o futuro socioeconômico e demográfico da região a curto e médio prazos. Infelizmente, é impossível dar uma resposta cabal a muitas dessas indagações, dado o atraso na publicação dos resultados do Censo de 1991. Entretanto, os resultados censitários preliminares e as informações de pesquisas por amostragem, como as PNADs e a DHS-91, permitem avançar bastante na análise dessas questões. De qualquer forma, os resultados que se seguem devem ser considerados como ainda preliminares.

4.1. A Evolução da Fecundidade Durante a Década de 80

Os resultados de pesquisas mais recentes confirmam que o Nordeste, partindo de níveis mais elevados, tem tido a maior queda de fecundidade no Brasil. Ao iniciar os anos 70 – época em que o país já teria entrado numa fase de declínio generalizado, não fosse pelos níveis elevados que persistiam no Norte e Nordeste – a TFT nesta última região ainda era acima de 7 filhos por mulher. Ao iniciar os anos 90, no entanto, este indicador diminuiu de tal forma que, atualmente, uma mulher nordestina tem, em média, quase 4 filhos a menos que vinte anos antes. Em 1991, a TFT das mulheres nordestinas era de 3.7, sendo que nas áreas urbanas era de apenas 2.9. Nas áreas rurais, a TFT era de 5.1.⁶ Continuam existindo mulheres, grupos ou localidades onde a fecundidade permanece elevada mas, cada vez mais, tal comportamento envolve os contingentes mais marginalizados da sociedade.

Sem dúvida, trata-se de uma transformação demográfica e social de grandes dimensões e de enorme significado. A seguir, procura-se estabelecer a evolução recente nos níveis da fecundidade, assim como o grau de heterogeneidade entre diversos grupos populacionais, no que tange ao comportamento reprodutivo. Para tanto, utilizam-se parâmetros geográficos, biológicos e socioeconômicos.

Uma primeira aproximação geral à dimensão da queda de fecundidade pode ser feita através do Gráfico 1, que mostra a evolução da TFT no Brasil e no Nordeste e que possibilita sua comparação com as outras regiões do país. Nota-se que o intervalo de variação entre as regiões tende a diminuir, mas que o Nordeste encontra-se ainda acima da média para o país.

a. A Queda de Fecundidade no Nordeste Segundo a DHS-91

Dado o atraso nas publicações dos dados censitários, é muito afortunado, para nossos propósitos, ter sido realizada uma pesquisa específica sobre fecundidade e planejamento familiar na Região Nordeste em 1991. Esta pesquisa, realizada conjuntamente pela BEMFAM e pela DHS (Demographic and Health Surveys Macro International Inc.), é considerada de excelente qualida-

⁶ Informações da DHS, 1992.

de técnica e apresenta informações detalhadas a respeito dos padrões de fecundidade nordestina, assim como dos fatores que determinam o comportamento reprodutivo da região. A seguir, exploram-se os dados dessa pesquisa, conhecida como a DHS-91, para entender a forma e as origens das tendências recentes no Nordeste.

No Gráfico 2, apresenta-se, através de indicador mais técnico, evidências a respeito da queda generalizada da fecundidade no Nordeste. Nesse, apresenta-se uma seqüência das razões de parturição progressiva, como uma forma de medir a probabilidade de uma mulher, que já tem um determinado número de filhos, vir a ter mais um.⁷

As proporções projetadas de mulheres com “*n*” e mais filhos indicam, consistentemente, uma tendência de diminuição de mulheres com alta parturição, na medida em que diminui a idade. Segundo este gráfico, a proporção de mulheres que hoje tem de 20-24 ou 25-29 anos de idade, e que terá mais de quatro filhos até o final do seu correspondente período reprodutivo é inferior a 40%, ao passo que para mulheres de 35 e mais anos de idade, esta proporção é quase 60%. Comportamento semelhante é observado no caso das mulheres que acabarão tendo 3 ou mais filhos. Assim, o Gráfico 2 registra uma queda extensiva da fecundidade em todos os grupos etários. Esta diminuição constitui um indicador de que o comportamento atual visa limitar o tamanho da família, mais do que espaçar os nascimentos. Adicionalmente, ao mostrar diferentes intensidades de queda por idade, o gráfico sugere também mudanças no padrão por idade da fecundidade.

b. Fatores Principais na Queda da Fecundidade Nordestina

Diversos estudos têm procurado explicar a queda da fecundidade no Brasil, referindo-se ao papel de uma grande variedade de fatores sociais.⁸ Para avançar na compreensão dos fatores determinantes da fecundidade neste trabalho, utiliza-se uma gama variada de indicadores básicos de fecundidade. Os indicadores “Parturição” (número médio de filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres) e “TFT” foram estimados segundo diferentes características socioeconômicas.⁹ Os resultados são analisados a seguir.

A média de filhos nascidos vivos, embora se refira aos filhos já tidos pelas mulheres, é indicativa da fecundidade recente, pois inclui as mulheres que estão tanto no início, como no meio ou no fim do período reprodutivo. Por sua vez, a parturição específica para mulheres com idades entre 45-49, embora referida aos filhos tidos em média algum tempo atrás, tem como vanta-

⁷ Ver o detalhe desta metodologia em: Brass, 1985.

⁸ Ver, por exemplo, DHS, 1994, que reúne 8 trabalhos sobre o comportamento da fecundidade e de seus determinantes no Nordeste. Alguns dos muitos trabalhos anteriores sobre os determinantes da fecundidade brasileira incluem Merrick e Berquó (1983), Martine (1975); a literatura internacional sobre o tema é enorme.

⁹ Para uma justificativa do uso das variáveis consideradas neste estudo, veja-se por exemplo, Alves, 1993; Wong, 1994.



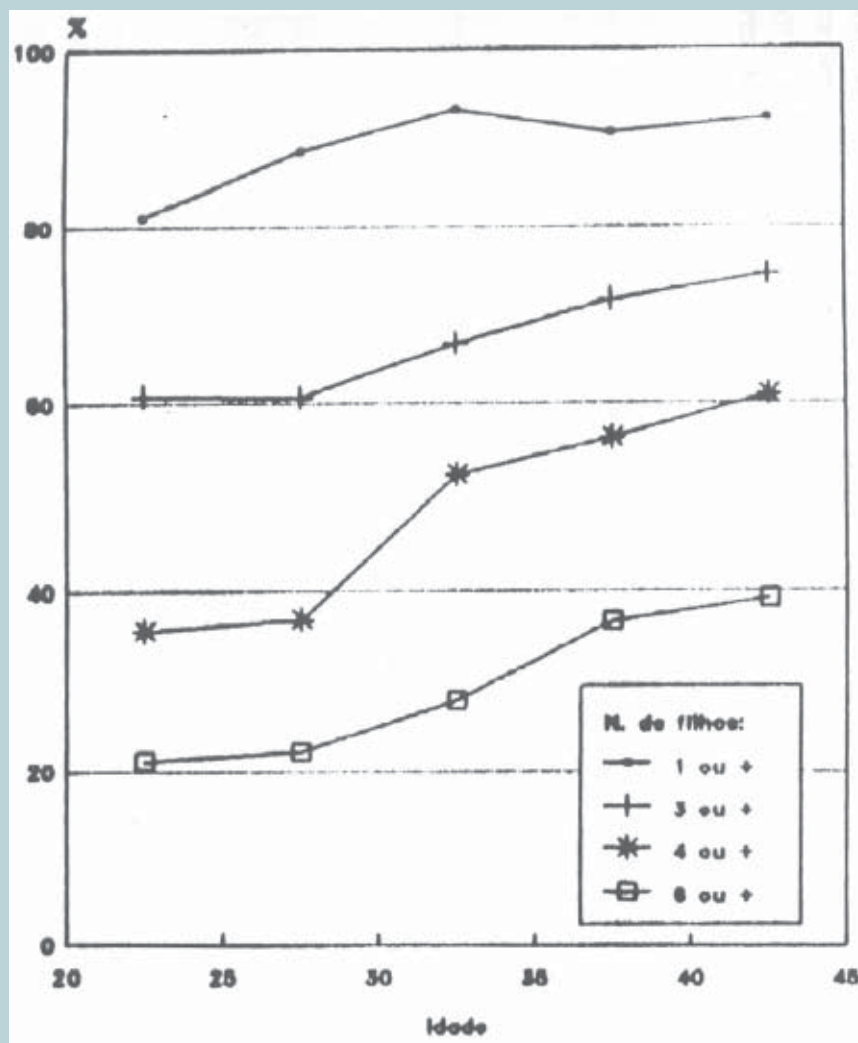


GRÁFICO 2 - Nordeste, 1991: Proporções Projetadas de mulheres com "n" ou mais filhos.

Fonte: DHS/BEMFAM - Nordeste/91.

gem informar sobre a fecundidade completa dessas mulheres. O importante é que a comparação entre as duas séries, ao localizar a fecundidade em momentos diferentes, oferece uma dimensão temporal, permitindo uma primeira aproximação às tendências registradas. A relação desses dois indicadores com diversas variáveis socioeconômicas selecionadas pode ser vista no Anexo 1.

Para o total da população, o número médio de filhos é 2.6; para as mulheres com idades entre 45-49 (mulheres nordestinas que começaram seu período reprodutivo durante a segunda metade dos anos 50), esse número é 5.7. Este último valor, relativamente alto, é consistente com o que se conhece da fecundidade brasileira (Oliveira e Silva, 1986; Leite, 1981).

Os diferenciais da fecundidade encontrados são coerentes com o que se esperaria, em função dos padrões observados genericamente na literatura. Isto é, o nível da fecundidade diminui na medida em que aumenta a educação (seja da mulher, do marido ou de ambos), a exposição aos meios de comunicação e o poder aquisitivo; em contraste, mais precárias as condições do domicílio, maior a fecundidade.

Os fatores de maior e menor influência são apresentados na Tabela 3. As diferenças/semelhanças do nível da parturição, no interior das diversas categorias consideradas, permitem a identificação dos setores onde a queda da fecundidade foi mais acentuada e do tipo de vetores que mais influenciaram tal queda.¹⁰

1. TOTAL DA POPULAÇÃO	45-49 Todas as idades	
	5.2	2.6
Diferenças no número de filhos, segundo o critério de classificação da variável		
2. MAIORES DIFERENÇAS		
Educação do marido, ex-marido ou da próxima mulher no caso de não existir este dado	3.6	2.4
Grau de Instrução do marido exclusivamente	2.9	2.3
Última série que cursou (a mulher)	3.5	2.3
Densidade do Domicílio	3.9	2.0
Lê jornais, revistas, ou não sabe ler	2.3	3.0
3. MENORES DIFERENÇAS		
Cor	1.0	0.5
Condição de trabalhar ou não da mulher	0.3	0.3

TABELA 3 - Comparação do Comportamento Reprodutivo: Mulheres de 45-49 anos e Total. Nordeste, 1991.

Fonte: DHS, 1992.

Podemos comparar o impacto de dois tipos de variáveis. A primeira categoria reflete a condição de domicílio (e, dentro destas, aqueles fatores que, de certa forma, independem da mulher como indivíduo e são derivados do seu meio, tais como: fonte de abastecimento de água, tipo de esgoto e densidade domiciliar). A segunda reflete o grau de informação da mulher (fre-

¹⁰ Salienta-se o fato de que, em ambos os casos, tanto as maiores como as menores variações deram-se no interior das mesmas categorias, sugerindo uma constância no tempo da influência desses vetores, quaisquer que eles sejam.



qüência com que a mulher lê jornais e revistas e assiste TV e escuta rádio). A comparação entre esses dois conjuntos de variáveis traz resultados bastante interessantes. Para as mulheres mais velhas, a condição do domicílio é uma variável fundamental para explicar as diferenças de fecundidade; chega a se registrar a impressionante diferença de quase quatro filhos entre os estratos baixo e alto. Quando se considera o outro grupo (número médio), o qual inclui mulheres mais jovens, as diferenças maiores se registram ao classificar as mulheres segundo nível de informação. Ou seja, o fato de estarem expostas às mensagens de modernidade é mais importante que o ambiente domiciliar na determinação do comportamento reprodutivo, entre as mulheres mais jovens.

Usando modelos de regressão multilinear, é possível acercar-se um pouco mais à explicação dos diferenciais de fecundidade. Com o intuito de identificar eventuais mudanças no papel dos determinantes, foram testados vários modelos. Aqueles com maior capacidade explicativa aparecem no Quadro 1. Na análise multilinear aqui desenvolvida, duas variáveis apresentaram-se, surpreendentemente, como irrelevantes na explicação dos diferentes níveis da parturição, independentemente da idade da mulher: tipo de residência e cor.

Entre as mulheres de 20 ou mais anos de idade, a variável mais importante na explicação do nível de fecundidade é a educação. Nesse contexto, é interessante observar que a taxa de analfabetismo do Nordeste declinou de 48.3% para 37.5%. Nas áreas urbanas, esse declínio foi de 30.6 para 26%; nas áreas rurais, de 63.5 para 56.7%. Em seguida, dois fatores – o nível socioeconômico domiciliar e o nível de informação da mulher – têm mais importância. Quando se restringe a análise ao período mais recente, considerando apenas as mulheres de 20-40 anos, as três variáveis mais importantes são as mesmas; entretanto, neste caso, deixam de ter poder explicativo a posse de TV e carro e, curiosamente, passa a ter importância a posse de rádio.

No caso das mulheres ainda mais jovens (20-30 anos) a variável mais importante é a que remete ao grau de exposição das mulheres aos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, às mensagens de modernidade. O estrato socioeconômico do domicílio é também importante mas, desta vez, aparece em segundo lugar. Por último, a variável educação parece ter, ao contrário do esperado, uma importância mais limitada nesse grupo.

Tomados em conjunto, esses resultados sugerem que a queda acelerada da fecundidade, no Nordeste, tem se operado fundamentalmente via educação *lato sensu*, isto é, através do aumento da informação e da difusão de novos valores transmitidos pelos meios de comunicação. A variável que classifica os domicílios segundo o grau de bem-estar econômico da família e do meio ambiente no qual esta se desenvolve também mostrou-se, em todos os momentos, importante. Estes achados, no geral, são coerentes com os enfo-

20 e mais	20 - 40	20 - 30
VARIÁVEIS QUE O MODELO INCLUIU (Na ordem de importância)¹¹		
Educação Estrato Sócio-Ec. domiciliar Nível de informação	Educação Estrato Sócio-Ec. domiciliar Nível de informação	Nível de informação Estrato Sócio-Ec. domiciliar Qualidade da parede do domicílio
Posse de TV Qualidade de parede do domicílio Posse de Carro	Posse de Rádio	Posse de TV Posse de Rádio Educação
VARIÁVEIS CONSIDERADAS MAS QUE O MODELO EXCLUIU		
Tipo de residência Cor Destino de dejetos umanos Posse de Rádio	Tipo de residência Cor Destino de dejetos humanos Posse de TV Qualidade da parede do domicílio Posse de Rádio	Tipo de residência Cor Destino de dejetos humanos Posse de Carro
VALORES DE R^o		
.208	.214	.167

QUADRO 1 - Grupo Etário Considerado

ques chamados de “modernização”, que enfatizam a introdução de novos valores na sociedade tradicional como base da motivação que leva à diminuição da fecundidade; tais enfoques relativizam, mas não eliminam, o papel de variáveis socioeconômicas, tais como, renda domiciliar e, conseqüentemente, melhores condições de vida. ¹²

A importância central do grau de exposição da mulher às mensagens de modernidade e o papel secundário da educação no grupo de mulheres mais jovens parecem confirmar que o veículo fundamental para o declínio da fecundidade no Nordeste tem sido a difusão de novos valores, numa sociedade que poderia ser considerada até pouco tempo, como tradicional. É provável que a influência desse fator – e todas as mudanças que acarreta para a composição da família, para o papel da mulher dentro e fora do lar, etc. – venha tendo influência já faz algum tempo. De fato, a importância desta variável é

¹¹ Hierarquizadas pelo Método “Stepwise”.

¹² Ver por exemplo, Cleland e Wilson, 1987.



manifestada em todos os grupos etários, diminuindo assim a relevância, por exemplo, do fato de residir numa área urbana ou rural – variável tradicionalmente útil na explicação do comportamento da fecundidade.

Classificando a população de acordo com esses mesmos fatores e estimando o nível atual, ou corrente, da fecundidade em cada grupo gera o Gráfico 3.¹³ Nele, inclui-se a TFTM (taxa de fecundidade total marital), por ser esta variável um dos determinantes próximos da fecundidade. Este conceito refere-se à fecundidade das mulheres que estão atualmente unidas, isto é, exclui as solteiras e as viúvas, divorciadas, etc. e pressupõe que as mulheres permanecem em união conjugal desde a idade de 15 anos até 50. Esta condição, e o fato de considerar mulheres efetivamente expostas ao risco de engravidar, explica os valores altos apresentados no gráfico.

Nota-se claramente diferenças de nível no interior de todas as categorias consideradas. A variável educação é a que apresenta a menor variação; mesmo assim, mostra uma TFT abaixo de 2 filhos para o subgrupo no qual o marido (ou a mulher) possui algum tipo de estudo universitário; para aquelas com apenas um ano de escola, a TFT é de 5.1. Diferenças ainda maiores são registradas ao considerar o acesso ou a exposição das mulheres às mensagens de modernidade: aquelas relativamente bem “informadas” reportam uma TFT de 2.1, mas aquelas que não assistem a televisão, nem escutam rádio e não sabem ler, têm uma média de 6.6 filhos. As diferenças magnificam-se ao considerar o estrato socioeconômico domiciliar: mulheres residindo em domicílios precários têm uma fecundidade superior a 8 filhos por mulher, quase 4 vezes a mais que aquelas com as melhores condições socioeconômicas.

Observa-se uma magnitude semelhante nos diferenciais da TFTM. Outros determinantes próximos, como a nupcialidade e a prevalência da anti-concepção, que está igualmente aumentando, diluem o efeito de uma fecundidade marital alta no total da população.

Estes resultados confirmam que o descenso da fecundidade no Nordeste iniciou-se pelos setores mais educados e/ou privilegiados economicamente. Mas o processo continua, devido, provavelmente, às mudanças de valores na sociedade nordestina como um todo. A educação e a difusão de mensagens de modernidade parecem ter um papel predominante neste processo. A seqüência de Gráficos A até D, do Anexo I, apresenta as taxas de fecundidade por idade de todas as coortes de mulheres que participaram da pesquisa da DHS/91, desagregadas segundo diferentes critérios fornecendo, assim, uma riqueza de detalhes com relação à tendência da fecundidade e sua localização no tempo. No seu conjunto, elas revelam que:

¹³ O Anexo I apresenta a TFT e outros indicadores da distribuição por idade, como as taxas específicas, idade média, etc. para todos os subgrupos considerados neste estudo. O cálculo da TFT foi feito utilizando a história de nascimentos da DHS-Nordeste 91, relativa aos últimos 36 meses, cobrindo assim os anos de 1989 a 1991, o que em termos práticos, refere-se às taxas para 1991.

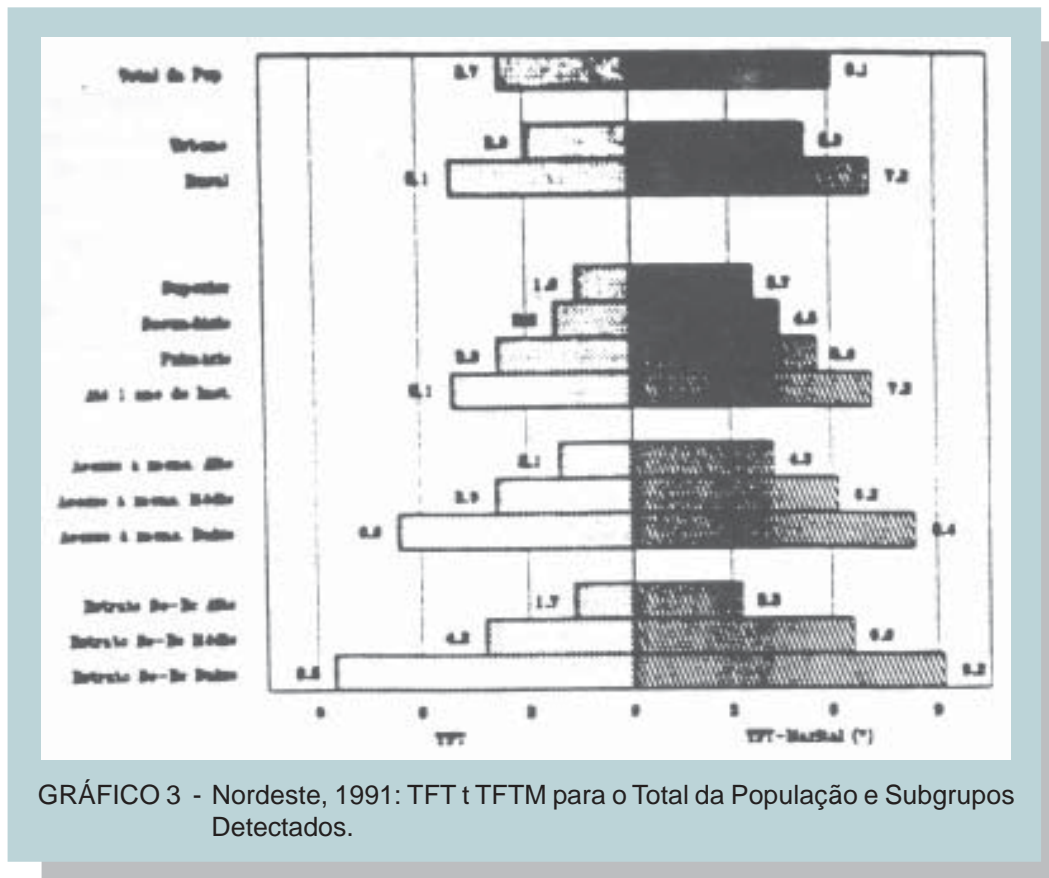


GRÁFICO 3 - Nordeste, 1991: TFT e TFTM para o Total da População e Subgrupos Detectados.

(*) Mulheres atualmente casadas somente
Fonte: DHS/BEMFAM – Nordeste/91.

- a) a queda teria se iniciado entre a população de estratos socioeconômicos mais abastados, por volta de 1970;
- b) a queda localizou-se inicialmente entre as mulheres de mais educação, residentes em domicílios mais bem equipados;
- c) as maiores diferenças, no período mais recente, são determinadas pelo grau de exposição das mulheres às mensagens ditas “de modernidade”, sem que isto esteja necessariamente relacionado com o bem-estar econômico.
- d) a capacidade de penetração dos meios de comunicação e sua influência na conduta reprodutiva seria muito maior entre as mulheres relativamente mais jovens.

c. A Queda da Fecundidade por Grupos Etários

A informação sobre a data de nascimento de cada um dos filhos tidos pelas mulheres faz parte do que se conhece como “história de nascimentos”. Este tipo de informação permite reconstruir a vida reprodutiva das mulheres e utilizar enfoques que considerem com propriedade a dimensão temporal (Brass, 1980). A sua utilização permite introduzir o conceito de “coortes”, ou gerações, e localizar as mudanças da fecundidade no tempo.



A seqüência de Gráficos no Anexo I apresenta as taxas de fecundidade por idade de todas as coortes de mulheres (completas ou não) que participaram da pesquisa da DHS/91, desagregadas segundo diferentes critérios. As coortes estão classificadas segundo a idade das mulheres ao momento da pesquisa, e o valor da taxa correspondente ao grupo etário maior em cada coorte representa, em todos os casos, a fecundidade dos 5 anos prévios à pesquisa.

Conforme era de se esperar, as coortes mais velhas têm taxas de fecundidade mais altas. Entretanto, a queda de fecundidade, por idade, não se apresenta como sistemática, o que pode ser atribuído a um padrão típico de erro dos dados amostrais (Guzmán, 1980; Potter, 1980). De qualquer maneira, os gráficos mostram como a fecundidade está mudando, tanto no nível como no padrão etário. Embora a queda seja contínua, ela é mais pronunciada a partir das coortes que, em 1991, tinham menos de 34 anos. Considerando que estas mulheres começaram a entrar no período reprodutivo depois de 1970, a observação apenas confirma o que outras pesquisas já assinalaram: no Nordeste, a transição da fecundidade teria se iniciado somente na década de 70. Os mesmos padrões são observados ao se desdobrar a população em Urbana ou Rural; no primeiro caso, porém, o processo pode ser apreciado com maior clareza do que na área rural.

d. A Evolução da Anticoncepção

Diversas pesquisas apontam para o uso da anticoncepção como o principal determinante próximo do declínio da fecundidade no Nordeste¹⁴. Os dados mais recentes confirmam tais achados e assinalam uma mudança na prevalência e na composição de métodos que as mulheres nordestinas adotam. De fato, durante o período 1986-91, que corresponde ao intervalo entre as duas pesquisas DHS, a prevalência da anticoncepção passou de 53 para 61% entre mulheres casadas em idade reprodutiva; este aumento localizou-se principalmente na prática da esterilização, em detrimento do uso da pílula. Como já era notório, esses dados confirmam o alto grau de esterilização entre mulheres nordestinas.

Deve ser salientado, também, o fato de que a quase totalidade das mulheres pelo menos já ouviu falar de algum método anticonceptivo, característica constatada tanto na pesquisa de 1991, como nas realizadas durante a década de 80.¹⁵ O Anexo I traz a distribuição percentual das mulheres unidas, segundo uso e tipo de método anticonceptivo, de acordo com diversas características.

Os conceitos de “demanda por anticoncepção” e “demanda insatisfeita” estão relacionados com o desejo das mulheres de controlarem sua prole e

¹⁴ Ver por exemplo, Silva et al. (1990), Perpétuo e Wajnman (1992), Paiva e Ferreira (1992), Camarano (1994).

¹⁵ Veja-se os resultados da PNAD-86 (IBGE, 1986) e da PNSMIPF (BEMFAM, 1987).

com a sua capacidade para realizar esse desejo. A comparação desses dois indicadores permite conhecer as necessidades de planejamento familiar e compará-las com a disponibilidade de serviços.

Embora sejam conceitos de compreensão relativamente fácil, a sua operacionalização torna-se difícil, pois implica numa série de categorizações que podem ser arbitrárias e/ou subjetivas. Utilizando uma das definições mais bem aceitas para medir os conceitos de demanda (Westoff e Ochoa, 1991), segundo adaptação de Ferreira (1994), obtém-se as informações apresentadas na Tabela 4 que permitem conhecer as necessidades de planejamento familiar e compará-las com a disponibilidade de serviços.

De modo geral, esses dados indicam uma tendência ao aumento de percentagens de demanda satisfeita. Considerando que a demanda origina-se na necessidade de espaçar ou de limitar os nascimentos, os dados mais significativos do estudo referem-se aos percentuais diferenciados: a demanda insatisfeita para limitar a prole teria diminuído, mas a demanda insatisfeita por espaçar os filhos manteve-se praticamente constante. Traduzida a números absolutos, a necessidade insatisfeita por anticoncepção no Nordeste atingiria, de acordo com essa fonte, em torno de 1.1 milhão de mulheres em idade fértil; a demanda total por anticoncepção envolve 4.4 milhões de mulheres em idades férteis.

e) Resumo: A Evolução da Fecundidade no Nordeste

A análise aqui desenvolvida confirma a generalidade e a profundidade da queda da fecundidade no Nordeste que, ao apresentar diferenças insigni-

STATUS REPRODUTIVO	1986	1991
Inférteis	5.9	6.7
Usuárias de anticoncepção	53.2	60.7
Grávidas ou amenorréicas	19.3	15.1
Falha do método	3.0	2.5
Gravidez desejada	4.9	6.0
Gravidez não-planejada	3.4	3.0
Gravidez indesejada	8.0	3.6
Férteis não usuárias de anticoncepção	21.5	17.5
Desejam filho logo	5.7	4.1
Desejam mais tarde	4.3	4.4
Não desejam filhos	11.5	9.0
TOTAL	100.0	100.0

TABELA 4 - Distribuição percentual das mulheres em união conjugal segundo status reprodutivo e contraceptivo, planejamento da última gravidez e intenções reprodutivas.

Fonte: Adaptado de Ferreira (1994).



fi-cantes entre áreas de residência urbana e rural, ou entre mulheres de diferentes etnias, ratifica seu caráter espontâneo e irrevogável. Conforme era esperado, o nível de bem-estar socioeconômico é associado a uma menor fecundidade; entretanto, dado a persistência da pobreza nordestina, o desenvolvimento é insuficiente para explicar a extensão e a rapidez do declínio. O acesso a meios de comunicação de massa, transformadores de valores e aspirações, teve um papel significativo. Apenas os grupos analfabetos e sem acesso aos meios de comunicação mantêm uma fecundidade elevada. A velocidade, a universalidade e a forma em que a queda ocorreu na região não se coadunam com teorias conspiratórias a respeito de supostas campanhas controlistas.

É provável que este processo de declínio tenha sido iniciado pelas elites muito antes de ter sido detectado no total da região. Os elementos aqui considerados indicaram que coortes de mulheres com, por exemplo, educação secundária ou superior, ou que moram num ambiente socioeconômico privilegiado, que entraram no período reprodutivo antes dos anos 60, já apresentavam taxas de fecundidade relativamente baixas, culminando com um número de filhos em torno de 4.

Um dos resultados mais significativos deste estudo, em termos de suas implicações para a formulação de políticas, é a descoberta da importância que tem o acesso aos meios de comunicação na determinação do nível de fecundidade. Sem dúvida, os meios de comunicação de massas favorecem a difusão de mensagens de modernidade e, conseqüentemente, influenciam, direta e indiretamente, a adoção de valores que propiciem um menor número de filhos.

O principal instrumento que viabiliza esta queda encontra-se na prevalência de métodos anticonceptivos de alta eficácia, particularmente, a esterilização. A incidência do aborto provocado é desconhecido, mas deve ser também elevado. Dadas a dimensão e as características da “demanda insatisfeita”, pode-se prever que uma proporção significativa de mulheres passarão a usar, no curto prazo, algum método anticonceptivo. Cabe ao setor público decidir a melhor maneira de garantir a oferta de serviços de planejamento familiar condizentes com a dignidade humana pleno, pleno conhecimento dos métodos existentes, opção livre e acompanhamento médico.

4.2. A Evolução recente da Mortalidade Nordestina

Historicamente, o Nordeste tem apresentado os maiores níveis de mortalidade do Brasil. Esta generalização vale, independentemente do indicador usado. Os níveis de mortalidade estão constantemente diminuindo em todas as regiões mas, conforme já foi demonstrado, o declínio da mortalidade nordestina foi mais lento e, conseqüentemente, as diferenças regionais vieram se agudizando através do tempo (Simões e Oliveira, 1986). A Tabela 5 apre-

senta a situação da mortalidade de acordo com os indicadores de esperança de vida ao nascer e de mortalidade infantil, permitindo visualizar a tendência na década de 80 e sua comparação com os valores médios para o total do país.

Embora essas informações mostrem a persistência da situação inferiorizada do Nordeste, existem agora sinais alentadores, podendo se vislumbrar uma atenuação das desigualdades. Enquanto a mortalidade infantil diminuía, no país, em pouco menos que 25%, no Nordeste a queda teria sido mais acentuada. Sem embargo, os atuais níveis de mortalidade infantil mostram que ainda prevalece uma situação de precariedade. A taxa de mortalidade infantil, no início dos anos 90, ainda se encontrava em torno de 90 óbitos de menores de um ano; na área rural, esse indicador está em torno de 100. Os indicadores da esperança de vida ao nascer também mostram avanços nos níveis da mortalidade geral. Os dados indicam que o Nordeste teria acrescentado, desde o segundo quinquênio dos anos 70, a média de 4 anos a mais de vida no geral da população. Esse dado indica, obviamente, melhores condições de vida; entretanto, deve se alertar para o fato de que o número de anos vividos em média no Nordeste – aproximadamente 56 anos – é muito baixo. Ainda está longe do valor médio correspondente ao Brasil; de fato, em 1984, o Brasil já apresentava uma esperança de vida de 64.3 anos, em média. É evidente que se o Nordeste fosse omitido desse cálculo, a esperança de vida para o resto do Brasil seria muito mais alto ainda.

No que se refere às causas de morte que predominam no Nordeste, a composição por causa de morte dos óbitos declarados no Registro Civil (ver Tabela 6) é indicativa do grande esforço que seria necessário fazer ainda para diminuir os índices de mortalidade, tanto entre menores de um ano, como na população em geral. O percentual de óbitos sem declaração da causa de

ÁREA DE RESIDÊNCIA	MORTALIDADE INFANTIL 9p/1000		ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (Em anos)	
	1980	1987/91*	1970/80	1987/91*
TOTAL	124.5	89	51.9	56.1
URBANO	127.0	79	51.5	58.3
RURAL	122.1	102	52.3	53.5
BRASIL	(87.9)	(68.1)**	(58.6)	(64.3)**

TABELA 5 - Nordeste, 1980 e 1987/91 – Esperança de Vida ao Nascer.

* Resultados Preliminares a partir dos dados da DHS;BEMFAM/91.

** Estimativas para 1984.

Fonte: Carvalho e Pinheiro (1986), Simões e Oliveira (1988) e DHS-BEMFAM/91.



NORDESTE SÃO PAULO						
PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS						
	1980	1985	1990	1980	1985	1990
A. ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO						
PROPORÇÃO COM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS	36,89	37,07		20,63	19,28	
I. Doenças infec. e parasitárias	43,03	30,89		24,33	16,38	
III. Doença das glândulas endoc./metabol./imunolog.	4,99	5,83		5,60	5,00	
VIII. Doença do aparelho respiratório	11,31	11,37		20,46	17,28	
XIV. Anomalias congênitas	2,92	3,53		6,18	8,50	
XV. Alg. Afec. orig. no período	32,80	43,64		37,88	46,76	
Outras	4,95	4,74		5,55	6,08	
TOTAL	100,0	100,0		100,0	100,0	
Total (Números absolutos)	66.420	48.451		37.147	25.203	
Total com Causa Declarada	29.792	36.677		35.520	24.219	
Total com Causa NÃO	36.628	21.774		1.627	984	
ESPECIFICADA						
Proporção de óbitos que não são especificados	55,15	44,94		4,38	3,90	
Número de Nascimentos declarados (*)	694.150	649.914	599.816	682.938	657.684	657.122
B. ÓBITOS DE TODAS AS IDADES						
PROPORÇÃO COM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS	26,82	36,18		23,39	23,13	
I. Doenças infec. e parasitárias	28,99	14,00		8,00	5,30	
II.	7,35	8,13		11,36	12,37	
III. Doença das glândulas endoc./metabol./imunolog.	4,65	4,67		4,29	4,35	
VII. Doença do aparelho circulatório	34,34	27,61		35,18	36,17	
VIII. Doença do aparelho respiratório	9,33	8,76		11,39	10,84	
IX. Doença do aparelho digestivo	4,63	4,66		4,55	5,10	
XV. Alg. Afec. orig. no período	9,81	10,64		8,16	6,61	
XVII. Causas externas	12,35	14,89		10,67	13,22	
Outras	6,55	6,14		6,02	6,03	
TOTAL	100,0	100,0		100,0	100,0	
Total (Números absolutos)	193.872	206.359		175.408	182.282	
Total com Causa Declarada	99.714	109.530		164.913	171.376	
Total com Causa NÃO	94.158	96.829		10.495	10.906	
ESPECIFICADA						
Proporção de óbitos que não são especificados	48,57	46,92		5,98	5,98	

TABELA 6 - Nordeste, São Paulo e Brasil, 1980/85 – Distribuição percentual dos principais grupos de causas de morte (óbitos de menores de 1 ano e óbitos totais declarados no Registro Civil).

Fonte: Estatísticas de Mortalidade do Ministério da Saúde para os anos indicados – PIBGE – Registro Cil dos anos indicados.

(*) Os nascidos vivos na coluna de 1990 correspondem a 1989.



morte foi de 45% em 1985, comparado com 4% em São Paulo. Em si, esta cifra já é indicativa da falta de assistência médica na região; ao mesmo tempo, a proporção de doenças infecciosas e parasitárias como causa de morte (um terço aproximadamente), evidencia o desperdício de vidas, pois muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas.

A que fatores podemos atribuir a melhoria significativa nos níveis de mortalidade durante a década de 80? Não existe ainda uma análise satisfatória desse fenômeno mas, em princípio, pode-se diferenciar duas ordens de fatores. Por um lado, a melhoria genérica nas condições de vida da população nordestina – trazida pela modernização, pela geração de novas fontes de atividade econômica e de renda, pela melhoria das condições de infra-estrutura, pelo maior acesso a serviços de diversos tipos – mesmo tendo sido de pequeno monte e insatisfatória em muitos sentidos – contribuiu para melhorar os fatores que determinam o padrão de mortalidade da região. Nesse sentido, vale a pena citar as observações da Pesquisa Nacional Sobre Saúde e Nutrição de 1989 (PNSN) ao comentar seus resultados, ao tempo alentadores e surpreendentes.

A PNSN mostrou que a prevalência de desnutrição, em formas moderadas e graves, tinha sido reduzida em 52%, no período entre 1976 e 1989. Ao tentar explicar essa redução, conseguida apesar da crise e da redução na produção per capita de alimentos, afirmava: “Duas ordens de fatores podem ser identificadas. Por um lado, existem aqueles de natureza imediata que influenciam diretamente o consumo de alimentos e/ou sua assimilação pelo organismo; por outro, vale a pena mencionar fatores menos imediatos que incidem indiretamente sobre o estado nutricional da população... Quanto aos fatores indiretamente ligados à redução da desnutrição, pode-se afirmar que as transformações profundas operadas na sociedade brasileira durante os últimos 30 anos... incidiram sobre as condições de renda da população e, assim, sobre a capacidade do organismo sobreviver e assimilar alimentos. Apesar da forte crise econômica da primeira metade dessa década e da persistência de suas seqüelas até hoje, é inegável que o conjunto do período 1975-90 presenciou um forte processo de modernização em quase todos os setores. A rápida urbanização, a industrialização do processo produtivo, a crescente integração de setores, a penetração maciça dos meios de comunicação de massa, o aumento da facilidade e intensidade de mobilidade espacial, o crescente acesso a bens e serviços modernos, a crescente participação no mercado de consumo, a queda da fecundidade, enfim, uma grande quantidade de indicadores atesta para a extensão e profundidade das mudanças nesse período”. (PNSN, 1990:9-10).

Por outro lado, a ação do Estado foi significativa em algumas áreas-chaves para a melhoria das condições de vida da população. Podemos, novamente, referir-nos à PNSN a este respeito. “Entre os fatores que incidiram diretamente na melhoria do estado nutricional, pode-se afirmar que os fatores





determinantes na queda acentuada da mortalidade infantil certamente tiveram influência análoga, na área de nutrição. Os principais são as melhorias de saneamento básico, especialmente no fornecimento de água, da infraestrutura urbana e das atenções básicas de saúde. A este respeito, deve-se recordar os esforços realizados pelo INAN e pelas Secretarias de Saúde, nos últimos 15 anos, no sentido de incorporar ao programa de assistência a crianças, operando na rede básica de saúde, ações de promoção nutricional, tais como o incentivo ao aleitamento materno, a vigilância do crescimento, o diagnóstico precoce da desnutrição e a própria suplementação alimentar”. (PNSN, 1990:10).

Na área-chave de saneamento, dispomos de dados recentes do Censo de 1991. Aqui, o Nordeste apresentou mudanças significativas durante a década de 80. (ver Tabela 7). O número de domicílios com acesso a água encanada dentro de casa aumentou de 1,9 milhões em 1980 para 4,1 milhões em 1991; isto representa um aumento de 27.9 para 45.7% do total de domicílios. Ao mesmo tempo, o número de domicílios servidos de esgoto, seja de rede geral ou de fossa séptica, aumentou de 1.2 para 2.2 milhões. É verdade que isto significa que 76% dos domicílios ainda não têm esgoto mas, dadas as condições de penúria anterior, o fato de que a parcela dos domicílios servidos aumentou de 18.2% para 24% já é importante. Finalmente, 42% dos domicílios eram servidos pela coleta de lixo em 1991; não se sabe a dimensão da coleta no início da década mas, certamente, encontrava-se em patamares muito inferiores.

No conjunto, não há dúvida de que todos esses indicadores mostram uma situação ainda insatisfatória de saneamento no Nordeste; em todos os casos, a situação da região encontra-se em patamares bem inferiores àqueles evidenciados no resto do país. Entretanto, parte dessa inferioridade se explica pela maior parcela de população rural do Nordeste; como se sabe, em todas as regiões do país, as áreas rurais apresentam uma natural situação de inferioridade, com comparação com suas respectivas áreas urbanas. Por outro lado, o efeito multiplicador de qualquer melhoria no sistema de saneamento sobre as condições de saúde da população é imensa. Por exemplo, entre as explicações dos resultados da PNSN, que contrariavam todos os prognósticos, encontravam-se as melhorias de saneamento básico que, *inter alia*, ajudaram a reduzir as doenças microbiológicas, melhorando, assim, a capacidade de assimilação dos alimentos ingeridos.

Em suma, a melhoria nos níveis de mortalidade pode ser atribuída à ação conjunta de um certo avanço no processo de modernização e de ações específicas mas extremamente significativas como aquelas empreendidas pelo poder público. Entre estas, as ações na área de saneamento tiveram, sem dúvida, um impacto significativo, tanto de forma direta como indireta.

REGIÃO	Canalização interna de água		Rede geral de estoto		Lixo coletado	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
BRASIL	56.15	74.43	43.18	52.38	n.t.	64,24
NORDESTE	27.88	45.69	18.22	23.97	n.t.	41.45
Maranhão	13.76	25.17	9.45	18.21		16.17
Piauí	17.75	34.27	12.94	22.90		23.68
Ceará	20.75	40.47	27.24	19.92		42.82
Rio Gde. do Norte	28.27	49.44	25.17	37.01		57.23
Paraíba	29.91	53.23	18.72	28.71		45.38
Pernambuco	34.89	57.35	15.59	24.88		51.80
Alagoas	31.38	45.10	9.18	14.84		26.40
Sergipe	35.35	58.89	18.69	32.89		51.80
Bahia	32.77	46.59	20.23	24.76		41.01

TABELA 7 - Proporção de domicílios (por cem), segundo indicadores selecionados de saneamento – Estados do Nordeste e Brasil. 1980 e 1991.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980; Censo Demográfico de 1991. Diretoria de Pesquisa/DEPOP.

4.3. Impactos das Mudanças Recentes na Fecundidade e Mortalidade

Os dois segmentos precedentes indicam ter havido uma redução significativa, tanto da fecundidade como da mortalidade nordestinas, durante a década de 80. Embora os níveis de ambos os componentes do crescimento vegetativo ainda estejam mais altos no Nordeste do que no resto do país, já há sinais de que as diferenças tendem a se reduzir significativamente. Isto constitui, *per se*, uma tendência altamente favorável sob todos os aspectos.

O que aconteceu com a taxa de crescimento vegetativo do Nordeste, como resultado dessas mudanças nos padrões de mortalidade e fecundidade? Infelizmente, os dados disponíveis ainda não permitem calcular exata e satisfatoriamente os níveis atuais de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo da população nordestina. Entretanto, eles demonstram uma clara tendência de diminuição do crescimento da população. Na década de 70, o crescimento vegetativo havia ficado próximo de 3% a.a.; na de 80, esse número teria se reduzido para aproximadamente 2.2% a.a. Para efeitos de comparação, recorda-se que, no mesmo período, o crescimento vegetativo do Brasil caiu de 2.4 para 1.9. Ademais, cálculos preliminares sugerem que o crescimento vegetativo do Nordeste teria atingido, no início da década de 90, um ritmo surpreendentemente baixo, estimando em 1.5% a.a.



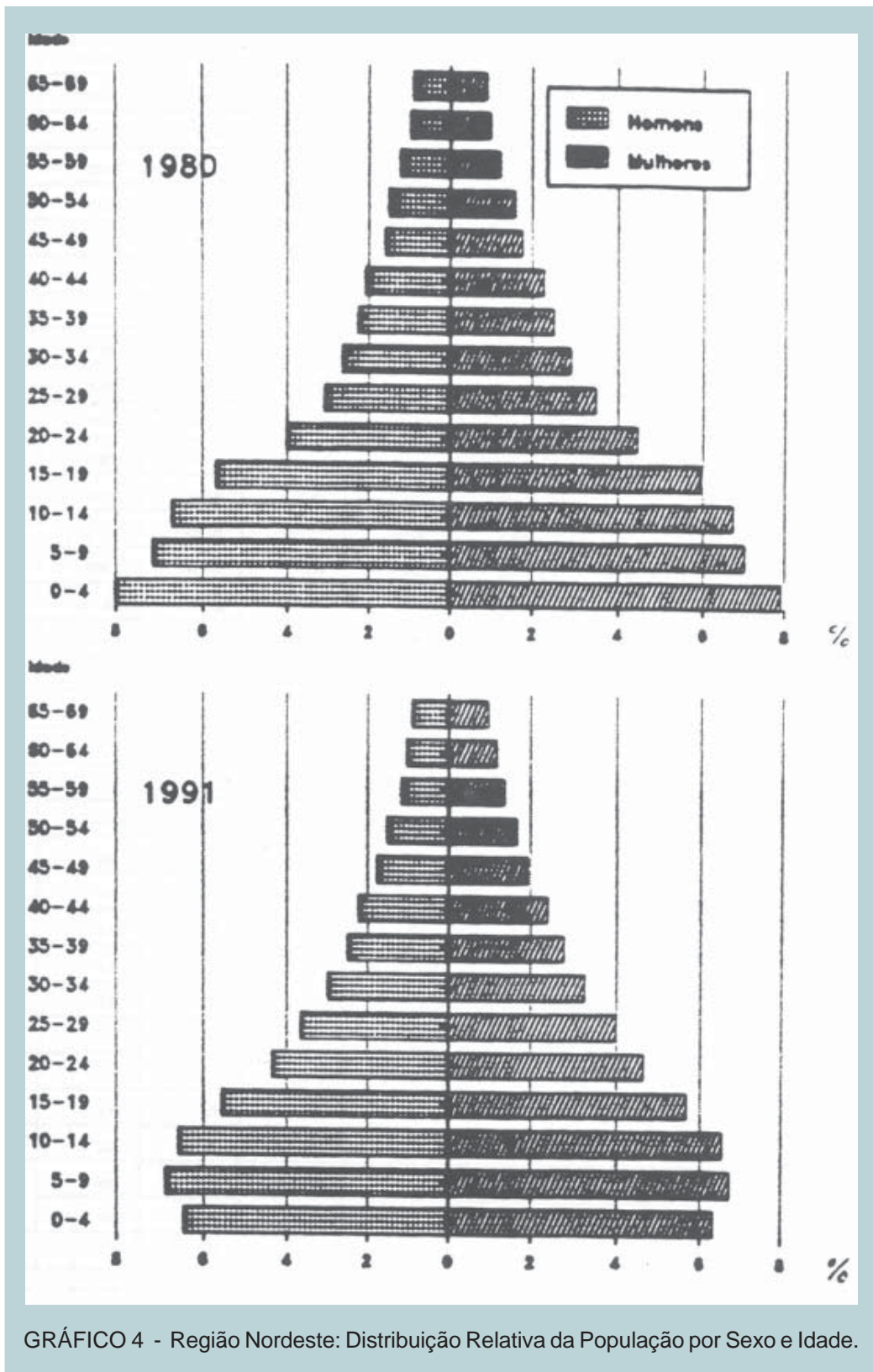
No que se refere aos impactos das mudanças no padrão demográfico sobre a estrutura etária, o Gráfico 4 registra uma mudança drástica na composição por sexo e idade da população nordestina. Este fato também havia sido detectado na pesquisa de demografia e saúde (DHS 91), constituindo, assim, uma evidência primária da confiabilidade de ambas as fontes. Desta forma, a população do Nordeste não pode mais ser retratada como uma pirâmide de base larga e jovem, típica de uma população com alta fecundidade. Por outro lado, o estreitamento da pirâmide, na medida em que avança a idade, é menos acentuado em 1991, indicando uma mudança no comportamento da mortalidade e/ou da migração.

As taxas de crescimento dos diferentes grupos etários, para o período 1980-91, são bastante heterogêneas (Tabela 8). Chama a atenção o fato do grupo de 0-4 anos apresentar um ritmo negativo. Deve ser lembrado que os dados de 1991 utilizados aqui são preliminares e que, portanto, não é possível ainda fazer uma avaliação rigorosa deste tipo de resultado. Entretanto, mesmo que presumíssemos que o grupo 0-4 teria sido subestimado em torno de 10% – o que representa um valor extremo mas razoável para uma população com sistema estatísticos precários – a taxa de crescimento do grupo de 0-4 anos ainda continuaria bem abaixo da média para o total da população.

Os valores observados para todos os grupos com menos de 20 anos – em torno de 1.5% a.a. – indicam claramente um processo de declínio da fecundidade, iniciado nas últimas duas décadas. Por outro lado, a população com mais de 60 anos apresenta uma taxa superior a 3.0% em média, o que estaria indicando maiores probabilidades de sobrevivência ou um possível movimento migratório de retorno.

As taxas de crescimento são também diferenciadas por sexo. Nas idades em que o risco de migrar é maior – notadamente, as de 20-34 anos – a taxa é menor para as mulheres. As hipóteses possíveis que explicariam essa diferença são: as mulheres estão emigrando mais; os homens estão migrando menos; ou, uma combinação de ambos fenômenos. Ao mesmo tempo, nota-se que ocorre o inverso em faixas etárias mais velhas: a partir da idade 50, a taxa é sempre maior para as mulheres.

Este fato poderia ser explicado, em parte, por uma sobremortalidade masculina mais acentuada nas idades avançadas. Entretanto, esta hipótese é insuficiente neste caso; observa-se, por exemplo, que na idade 50-54, a taxa de crescimento feminino é virtualmente o dobro da masculina. A hipótese mais provável que surge está relacionada, novamente, à migração; teria havido bastante migração de retorno durante o período? Se isto ocorreu, o movimento é seletivo por idade e sexo? São as mulheres de média e terceira idade as que predominariam neste tipo de movimento? Estas perguntas não podem ainda ser respondidas totalmente, devendo esperar a publicação dos dados definitivos e detalhados do Censo.



Fonte: Censos Demográficos, Brasil, 1980 e 1991.





GRUP. ETARIC.	1980			1991			TAXA DE CRESC. INTERCENSITARIA %		
	TOTAL	HOMEN.	MULHER.	TOTAL	HOMEN.	MULHER.	TOTAL	HOMEN.	MULHER.
TOTAL	3481107	1704227	1776880	4090247	2070266	2119981	1,81	1,81	1,82
0-4	552024	277770	274254	341416	173246	168170	-4,19	-4,14	-4,21
5-9	492201	248074	244127	271511	130841	140670	1,42	1,44	1,40
10-14	466298	234218	232080	315660	157046	158614	1,94	1,83	1,94
15-19	402887	197176	205711	474770	230618	244152	1,94	1,82	1,94
20-24	297404	147062	150342	380962	184238	196724	2,31	2,21	2,17
25-29	229167	107614	121553	320284	155244	165040	2,14	2,07	2,01
30-34	197754	97184	100570	264922	126209	138713	2,25	2,09	2,21
35-39	149742	73926	75816	222933	109222	113711	2,17	2,04	2,14
40-44	111574	52116	59458	165886	80709	85177	2,32	2,34	2,30
45-49	116422	55218	61204	156346	74618	81728	2,48	2,72	2,64
50-54	106422	51672	54750	134251	62947	71304	2,11	1,94	2,27
55-59	84802	41332	43470	106522	48927	57595	2,07	1,96	2,17
60-64	68017	33371	34646	81304	40422	40882	2,08	2,40	1,92
65-69	42862	21482	21380	50588	24874	25714	2,12	1,80	2,41
70 +	28404	14412	13992	34692	17279	17413	2,12	1,76	2,39
sem	5824	2912	2912	7012	3506	3506			
B. DISTRIBUICAO RELATIVA									
0-4	15,88	7,99	7,89	82,76	6,45	6,31			
5-9	14,16	7,34	7,02	63,57	6,85	6,71			
10-14	13,42	6,89	6,73	63,16	6,56	6,54			
15-19	11,59	5,87	5,92	11,19	5,54	5,65			
20-24	8,46	4,01	4,45	8,97	4,34	4,62			
25-29	6,99	3,16	3,90	7,65	3,66	3,99			
30-34	5,58	2,62	2,92	6,25	2,99	3,26			
35-39	4,78	2,26	2,51	5,28	2,49	2,79			
40-44	4,36	2,09	2,27	4,61	2,21	2,40			
45-49	3,35	1,59	1,76	3,69	1,76	1,93			
50-54	3,08	1,49	1,59	3,18	1,51	1,67			
55-59	2,44	1,21	1,23	2,51	1,15	1,36			
60-64	1,96	0,96	1,00	2,20	1,02	1,18			
65-69	1,81	0,90	0,91	1,87	0,90	0,98			
70 +	2,54	1,19	1,35	3,18	1,48	1,70			

TABELA 8 - Região Nordeste (1980 e 1991): População Recenseada por Sexo e Grupos de Idade a números absolutos.

Fonte: Censos Demográficos, Brasil, 1980 e 1991.

As conseqüências da queda da fecundidade para a questão socioeconômica do Nordeste e do Semi-Árido podem ser todas consideradas como positivas. Em primeiro lugar, ela é fator determinante da redução do crescimento vegetativo; como a redução dos níveis de fecundidade, em termos absolutos, foi ainda mais significativa nas áreas rurais do que urbanas, pode-se postular que o ritmo de crescimento demográfico do Semi-Árido também tenha sofrido forte redução.

Em geral, pode-se afirmar que a redução da fecundidade, em regiões caracterizadas como de crescimento demográfico acelerado, traz benefícios múltiplos. Numa zona como o Semi-Árido, em que existe uma pressão permanente da população sobre recursos naturais escassos, esta redução é particularmente significativa. Por um lado, é verdade que ela acarreta uma redução na oferta de mão-de-obra, numa região sempre caracterizada pela intensidade de uso de trabalho familiar, entretanto, acréscimos de produtividade e a modernização mínima dos processos agrícolas mais do que compensariam essa desvantagem. Por outro lado, dilemas seculares, tais como a partilha da terra na hora da herança e a distribuição intra-familiar de recursos alimentícios escassos, firam um pouco menos dramáticos com a redução da fecundidade. Em áreas urbanas, também, a queda da fecundidade impacta diretamente sobre a distribuição per capita de espaço habitacional, de alimentos e de outros recursos. Também afeta positivamente a mortalidade infantil, através da melhoria da renda per capita intra-domiciliar, ao propiciar melhores condições de saúde da mãe e através da maior atenção que pode ser dispensada a cada criança. Por último, e conforme menção anterior, a situação nutricional da população nordestina tem apresentado melhorias, em parte devido à queda da fecundidade.

A nível agregado, os impactos principais da queda da fecundidade se fazem sentir mais através dos seus efeitos sobre a estrutura etária da população. Conforme explicado anteriormente, a nível brasileiro, a redução dos níveis de fecundidade tem trazido uma estabilização da demanda por diversos tipos de serviços sociais que o setor público nunca teve condições de fornecer adequadamente. O exemplo mais claro diz respeito ao setor de educação, no qual grande parte dos recursos disponíveis sempre foram gastos na construção de escolas. Apesar disso, no Nordeste, a particularmente nas suas áreas rurais, parcela significativa das crianças não se matriculavam ou não ficavam nas escolas, ou tinha capacidade reduzida de aprendizagem devido a problemas outros. Com a relativa estabilidade da população escolar, é possível agora concentrar esforços na melhoria da qualidade do ensino.

Da mesma forma, aumentou a parcela total da população em idades ativas (15-64 anos) de 52.2% para 55.5%, fazendo com que a taxa de dependência (isto é, o número de pessoas dependentes para cada 100 pessoas economicamente ativas) tivesse uma redução dramática, de 81.3 em 1980 para 71.9 em 1991. Todos os estados foram beneficiados desta forma. A idade mediana da população nordestina aumentou de 16.6 para 18.7, sendo que a das mulheres aumentou de 17.1 para 19.4 anos.

Em suma, a comparação da estrutura etária dos censos de 80 e 91 indica uma transformação radical. Dois fatores estão em jogo; por um lado, o crescimento vegetativo menor do que o registrado em décadas passadas. Por outro lado, conforme será visto no próximo segmento, consolidou-se, na





década de 80, a tendência à diminuição da emigração, evidenciando o surgimento de um novo padrão demográfico nordestino a ser desvendado.

Acreditamos que, paralelamente à saída de nordestinos, houve também, retenção, retorno e atração de população nascida em outras regiões. As principais informações disponíveis sobre a questão migratória são apresentadas a seguir.

4.4. A Migração Nordestina durante a Década de 80

O comportamento da variável migração também apresentou mudanças significativas durante a década de 80. Infelizmente, os dados que permitiriam fazer uma estimativa metodologicamente correta das migrações internas que afetaram o Nordeste durante esse período ainda não estão disponíveis, nem a nível do Nordeste, e muito menos a nível do Semi-Árido. Isto constitui, sem dúvida, um problema sério para a finalização deste trabalho. Para entender os processos dinâmicos com total segurança, seria essencial cobrir todos os aspectos de crescimento e redistribuição. Na ausência de informações apropriadas, intenta-se, aqui, uma primeira aproximação, bastante preliminar, visando estabelecer uma ordem de magnitude dos principais fluxos migratórios que afetaram a Região.

a. A Migração Interregional

Apesar da precariedade dos dados, não parecer haver dúvidas quanto ao fato de estar se iniciando um reversão dos fluxos interregionais envolvendo o Nordeste durante a década de 80. Tradicionalmente, conforme mostrado em seção anterior, o Nordeste sempre forneceu grandes contingentes de migrantes líquidos para outras regiões. Na década de 80, porém, diversas fontes assinalaram que o movimento poderia sofrer alterações tanto pelo retorno de migrantes nordestinos, especialmente a partir do Sudeste, como pela imigração a partir de outras regiões.

De fato, os dados demográficos indicam uma sensível diminuição da migração líquida negativa para o Nordeste durante a década de 80. De início, o volume do saldo migratório – e a taxa líquida de migração – teriam diminuído drasticamente nesta última década. Com efeito para a década de 70, a perda líquida de população foi de 2.6 milhões para a Região;¹⁶ se a esta perda for acrescentado o denominado “efeito indireto”,¹⁷ o saldo migratório negativo seria, certamente, superior a 3 milhões (Carvalho e Fernandes, 1991). Tal dimensão de fluxos emigratórios representaria uma taxa líquida migratória negativa de aproximadamente 10.3% para a década de 70.

¹⁶ Calculado a partir dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, como a diferença entre o total de Nordestinos residindo fora da região Nordeste e o total de residente desta Região mas nascidos fora dela.

¹⁷ Os correspondentes óbitos e nascimentos produzidos pelos (in/e) migrantes são contabilizados dentro do que se denomina o efeito indireto dos movimentos migratórios.

Nos anos 80, o saldo emigratório – estimado a partir da comparação das taxas de crescimento, total e vegetativo para a década – teria sido de aproximadamente 1.6 milhões. Isto representa, evidentemente, um volume absoluto de emigração consideravelmente menor do que na década anterior. Entretanto, a mudança se torna mais significativa ainda em termos relativos, pois a taxa de migração passou de 10.3% na década de 70 para menos de 4% na de 80. Esta mudança, junto com aquela experimentada pela fecundidade, configuram claramente uma nova dinâmica demográfica nordestina.

Tomados em conjunto, esses dados apresentam um retrato bastante surpreendente dos fluxos migratórios havidos no Nordeste durante a década de 80. Trata-se, evidentemente, de cifras muito preliminares mas que, de qualquer forma, nos informam de uma tendência e de uma ordem de magnitude consideráveis. Embora estes números ainda reflitam a saída da população nordestina à procura de outras alternativas de vida, acredita-se que representem, também, um movimento de retorno – além da migração vinda de outras regiões. São vários os fatores que devem ter combinado para esta nova configuração demográfica; alguns destes são discutidos a seguir.

O contexto que emoldura as mudanças no padrão migratório durante a década de 80 é a crise econômica prolongada. Em si, a crise estimula um certo imobilismo, pois como ela restringe a atividade econômica, também reduz as oportunidades de emprego; nessas circunstâncias, não vale a pena o indivíduo se deslocar no espaço em busca de alternativas. Os migrantes-em-potencial ficaram cientes dessa situação, logo no início da década, através da rede informal de transmissão de informações sobre o mercado de trabalho nacional. Com isso, limitou-se o movimento de migrantes-em-potencial para fora do Nordeste. Este é o primeiro fator na reversão da tendência do fluxo migratório; não havendo estímulos para sair da região, o saldo migratório negativo teria, necessariamente, que diminuir.

Paralelamente, o clima de aceitação de migrantes em outras terras mudou com a crise e também serviu para desestimular a migração. Por exemplo, alguns trabalhos sugerem que, durante a década de 80, houve uma tentativa por parte de autoridades locais no interior de São Paulo (e provavelmente em outros estados do Centro-Sul), muito mais agressiva do que em qualquer período anterior, de rechaçar os migrantes que chegavam nas suas cidades. Ou seja, durante a crise prolongada, as prefeituras de áreas mais prósperas do país se fecharam contra a incursão de migrantes que pudessem ameaçar sua organização social debilitada. Vainer, por exemplo, aponta para o fechamento do território urbano a migrantes nessas regiões (Vainer, 1993). Da mesma forma, Baeninger e Maia, ao estudar o processo migratório na região de Campinas, concluem que existe um forte preconceito contra o migrante, resultando na adoção de políticas de auto-defesa pelas prefeituras do interior de São Paulo (Baeninger e Maia, 1992). Tais ações coincidiram também com a redução paulatina da utilização de mão-de-obra temporária nas atividades agrícolas do Centro-Sul.





Ao mesmo tempo, é praticamente certo que houve um retorno significativo de migrantes nordestinos para sua região de origem durante a década de 80. Não existem estatísticas confiáveis a respeito, senão indícios vários. Por exemplo, trabalho realizado na Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo sugere que os padrões de migração nordestina vêm se alterando, devido à crise. Tradicionalmente, migrantes recém-chegados que não conseguiam adaptar-se à grande cidade constituíam a maioria dos que procuravam a Coordenadoria de Apoio Social em busca de assistência para retornar às suas origens. Entretanto, nos últimos anos, migrantes estabelecidos em São Paulo há mais tempo, que foram levados à miséria pela prolongada crise econômica, constituem a maioria dos que recorrem à Coordenadoria para pedir passagens de volta (Folha de São Paulo, 1992).

A hipótese de uma migração volumosa de retorno de nordestinos, durante a década de 80, é bastante aceita entre os especialistas. O primeiro a dar o alerta foi Guimarães que, em relatório divulgado em 1990 (portanto, antes da publicação dos resultados do Censo de 1991), afirmava que a crise econômica havia se concentrado nas Regiões Metropolitanas, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, de onde se irradiou para o país inteiro. Como resultado, “é possível que tenham ocorrido nos anos 80 intensos fluxos migratórios de retorno partindo de São Paulo e do Rio de Janeiro em diversas direções”. (Guimarães, 1990, in Amaral e Nogueira, 1992:205).

Esta hipótese foi confirmada, a nível jornalístico, pela Revista Veja que afirmava: “Em 1988, novecentos e oito nordestinos procuraram em São Paulo o auxílio da Central de Triagem e Encaminhamento – CETREM – para se estabelecer na cidade por um período, contingente quatro vezes menor que o de migrantes do interior de São Paulo e Minas Gerais. Em compensação, dois mil trezentos e seis nordestinos pediram auxílio para outra coisa: embarcar de volta para a cidade natal”. (Veja, 1990:54), Amaral e Nogueira ao examinar esse tema assinalam que o movimento de retorno ao Nordeste não é novo: “no entanto, o que salta aos olhos e propõe pesquisa é o volume (do atual movimento de retorno)”. Recentemente, o próprio IBGE, ao divulgar as informações demográficas disponíveis, não hesitou em afirmar que “desde a década de 40, o Nordeste se constituía em área de expulsão populacional. O Censo apontava uma tendência de reversão deste quadro. De 1980 para 1991, a redução na taxa de crescimento foi muito pequena na região... Isso significa que parte expressiva preferiu se fixar, deixando de ir para outras regiões.” (IBGE, 1994:4).

O formato da pirâmide etária do Nordeste em 1991 tenderia a confirmar a incidência da migração de retorno. As taxas elevadas de crescimento das coortes com 20 a 34 anos são particularmente significativas nesse sentido. Estas são justamente as idades de maior atividade migratória; se o Nordeste tivesse apresentado seus padrões tradicionais de emigração, esses grupos teriam tido um crescimento menor durante o período. Entretanto, na década

de 80, esses grupos apresentam crescimento relativamente elevado. A interpretação desse dado é dúbia, pois tanto a não-saída de nordestinos como a imigração de não-nordestinos – e até o retorno de nordestinos – tenderia a se concentrar nesses grupos. Por outro lado, as taxas de crescimento por coorte indicam um retorno de mulheres mais velhas para a região. Trata-se, possivelmente, do retorno de pessoas que se dirigiram para as metrópoles do Centro-Sul para trabalhar em serviços pessoais ou no comércio e que foram instadas a voltar para seus lugares de origem, pela crise.

Uma outra parcela do fluxo de entrada pode ser relacionada com atividades mais modernas que se instalaram na região e que trouxeram mão-de-obra mais especializada. Isto é, além da migração de retorno interregional, teria havido imigrantes de outras regiões que se estabeleceram como agricultores nos Cerrados nordestinos, visando particularmente o plantio de soja. Da mesma forma, polos produtivos como os de Camaçari, trouxeram mão-de-obra especializada para a região. O desenvolvimento do turismo, por sua vez, atraiu outro contingente, assim como a agricultura irrigada, a expansão da indústria de celulose e papel e outros setores. Na soma, essa chegada de migrantes de outras regiões deve ter beneficiado bastante o Nordeste. Entretanto, faltam informações confiáveis para dimensionar e caracterizar tais movimentos no atual momento.

Em suma, os resultados censitários disponíveis, conjugadas com informações secundárias sugerem um padrão inesperado de intercâmbio migratório entre o Nordeste e as outras regiões durante a década de 80. Resumindo: os nordestinos saíram menos, voltaram de outras regiões e ainda teriam recebido um contingente de migrantes oriundos de outras regiões. Como interpretar essa reversão? Embora as informações sejam ainda inadequadas para explicar esse fenômeno, é possível dar-lhe, desde já, uma interpretação otimista e outra pessimista.

A interpretação pessimista, fundamentada na observação da miséria e da manutenção das desigualdades regionais tradicionais, seria a de que a crise impossibilitou a saída de migrantes e, ademais, obrigou grande contingente de migrantes nordestinos a voltar para tentar a sobrevivência nas suas terras. Nessa visão, tudo continua como estava, só que pior como resultado da crise prolongada.

Numa ótica mais otimista, pode-se apontar para a conjugação de dois fatores positivos: a redução do crescimento vegetativo, que ajuda a diminuir a necessidade de sair, e o melhor desempenho econômico. A queda no crescimento demográfico e suas implicações positivas já foi bastante comentada. Com relação aos fatores econômicos, é um fato inconteste que, durante a década de 80, o desempenho econômico do Nordeste foi bem acima da média do país. Na realidade, a participação relativa do Nordeste na economia nacional, medida por indicadores tais como participação no PIB, participação no



PIB per capita, peso da produção industrial, ou pelo valor do ICMS arrecadado, cresceu significativamente nesse período. Isto, apesar de que o setor de serviços, grande empregador de mão-de-obra, não aparece no PIB regional. Apenas no setor agropecuário é que o Nordeste foi menos dinâmico que o resto do país (Duarte, 1993).

Segundo Bacelar, este desempenho reflete a “solidarização” da dinâmica econômica nacional. Embora persistam diferenciações significativas, movimentos importantes na economia nacional tiveram fortes repercussões sobre a economia nordestina. A maior presença relativa do Setor Público na geração do PIB nordestino é uma de suas facetas marcantes, mas existem outras especificidades. Foram estas particularidades, as que têm permitido ao Nordeste apresentar um desempenho relativamente melhor durante a crise (Bacelar, 1993).

Em contraste com o passado, o maior avanço se deu na indústria de bens intermediários e não na de transformação. Vários polos dinâmicos em distintos setores econômicos, abrangendo desde o setor petroquímico até a produção de frutas para a exportação, podem ser identificados. Isto, segundo Bacelar, aponta para a crescente complexidade, diversidade e heterogeneidade da estrutura econômica nordestina nos últimos anos como fatores que desfazem as imagens tradicionais do Nordeste como região problema, região de seca, ou poço sem fundo (Bacelar, 1993:10-15).

É provável que ambas as interpretações – pessimistas e otimistas – contenham elementos ponderáveis na explicação final, mas o peso das mudanças demográficas, conjuntamente ao avanço econômico do Nordeste, dadas as dificuldades relativas enfrentadas pelo país, pareceriam ser maiores. Não há, no entanto, nenhuma garantia de que a drástica evasão de mão-de-obra do Nordeste continue. Ou seja, havendo uma retomada do crescimento na Região Sudeste, é bem provável que um contingente importante de nordestinos volte a participar de uma nova onda migratórias, revertendo novamente a tendência de diminuição do saldo líquido emigratório. Entretanto, não se deve imaginar que tais fluxos alcancem a magnitude ou o significado das correntes emigratórias ocorridas desde 1950.

b. Áreas de Atração Migratória no Nordeste

Infelizmente, as informações que seriam necessárias para a realização de estimativas confiáveis da migração não estão ainda disponíveis. De qualquer forma, faz-se um intento, a seguir, para identificar os estados e microrregiões mais afetados pelo processo migratório durante a década de 80.

Embora seja impossível estimar o papel de cada estado no total da migração interregional nordestina, foram realizados dois tipos de exercícios visando pelo menos detectar os estados que sofreram maiores impactos. Num primeiro exercício, presumiu-se que as diferenças na composição das taxas

brutas de natalidade e mortalidade, existentes entre estados, tivesse se mantido estável na década de 70 para a de 80; nesse sentido, aplicou-se o mesmo percentual de declínio no ritmo de crescimento vegetativo da região às taxas estaduais que prevaleceram durante a década de 70. Num segundo exercício, presumiu-se que todos os estados tinham a mesma taxa de crescimento vegetativo que o Nordeste, durante a década de 80. Com tais pressupostos, foram feitas duas estimativas preliminares da migração líquida a nível dos estados que compõem a região. Utilizando tais procedimentos, por mais rudimentares que sejam, parece claro que a Bahia seria um dos estados a se beneficiar de uma maior imigração. Este resultado é consistente com o diagnóstico de Campolina e Borges (1990), que explicita as possibilidades de expansão da economia nordestina, principalmente na Bahia, o que acarretaria imigração e/ou retorno de mão-de-obra qualificada. O estado do Maranhão pareceria também ter recebido fluxos positivos. Entretanto, tais afirmações precisam ser consideradas como sujeitas a revisão.

Com relação aos padrões migratórios aos padrões migratórios a nível de unidades menores ou do próprio Semi-Árido, os dados atuais não permitem fazer uma estimativa da migração ocorrida para dentro e para fora da região, mesmo a níveis preliminares. De qualquer forma, é possível fazer algumas inferências com base nas taxas de crescimento das microrregiões (MRs) que compõem o Nordeste e Semi-Árido para a década de 80. Conforme pode ser observado na Tabela 9, dez MRs tiveram um crescimento variando entre 3 e 4% a.a., enquanto 8 tiveram um crescimento acima de 4% a.a. Pode-se presumir que todas estas tiveram uma imigração positiva de dimensão considerável (no Anexo II, apresenta-se uma relação detalhada dos municípios nordestinos, segundo o ritmo de crescimento de sua população).

Crescimento entre 3 e 4% a.a.		Crescimento de 4% e mais a.a.	
Gerais de Balsas	– MA	Gurupi	– MA
Teresina	– PI	São Luís	– MA
Fortaleza	– CE	Imperatriz	– MA
Natal	– RN	Pacajus	– CE
Mossoró	– RN	Petrolina	– PE
João Pessoa	– PB	Al. Sertão do S.F.	– AL
Maceió	– AL	Aracaju	– SE
Jeremoabo	– BA	Barreiras	– BA
Salvador	– BA		
Senhor do Bonfim	– BA		

TABELA 9 - Identificação das Microrregiões de maior crescimento demográfico, Nordeste, 1980/91.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.



Ao serem identificadas e localizadas as microrregiões de maior e menor crescimento no Mapa 5, observam-se diversos padrões. Em primeiro lugar, é muito importante para os fins do atual trabalho observar que existe uma mancha de MRs, dentro do Polígono da Seca, que tiveram nitidamente características emigratórias durante a década de 80. Ou seja, nessas áreas, que inclui uma parcela importante do interior de todos os estados do Nordeste, exceto a Bahia, perpetuaram-se os padrões tradicionais de expulsão.

Por outro lado, existem diversos casos de crescimento mais acelerado, ligados à imigração. Nesse sentido, vale observar que as MRs de todas as capitais da região, menos Recife, tiveram um crescimento relativamente elevado. Isto representa, evidentemente, um padrão de migração rural-urbana. Este padrão afeta, inclusive a MR de Pacajus que representa uma área de transborde de Fortaleza e que segundo consta, deve ter sido severamente afetada pela seca de 1979-83¹⁸. Segundo, existe uma mancha de crescimento rápido na fronteira oeste do Nordeste afetando, sobretudo, as MRs de Barreiras, Balsas, Porto Franco, Imperatriz, Santa Luzia e Turiaçu; trata-se claramente de frentes de expansão da soja, favorecidas, em algumas áreas, pelos programas de irrigação. Outra mancha de crescimento, localizada sobretudo na Bahia, envolve uma faixa grande que se estende desde a MR de Jeremoaba até a de Bom Jesus da Lapa, e que também é ligada à expansão da atividade agrícola. A MR de Petrolina, que já chamava a atenção na década de 70 por seu crescimento acelerado (Carvalho, 1990: 175), continuou tendo um crescimento acelerado. Finalmente, a MR de Valença também mostrou uma taxa elevada, devido basicamente ao turismo em torno da área de Porto Seguro.

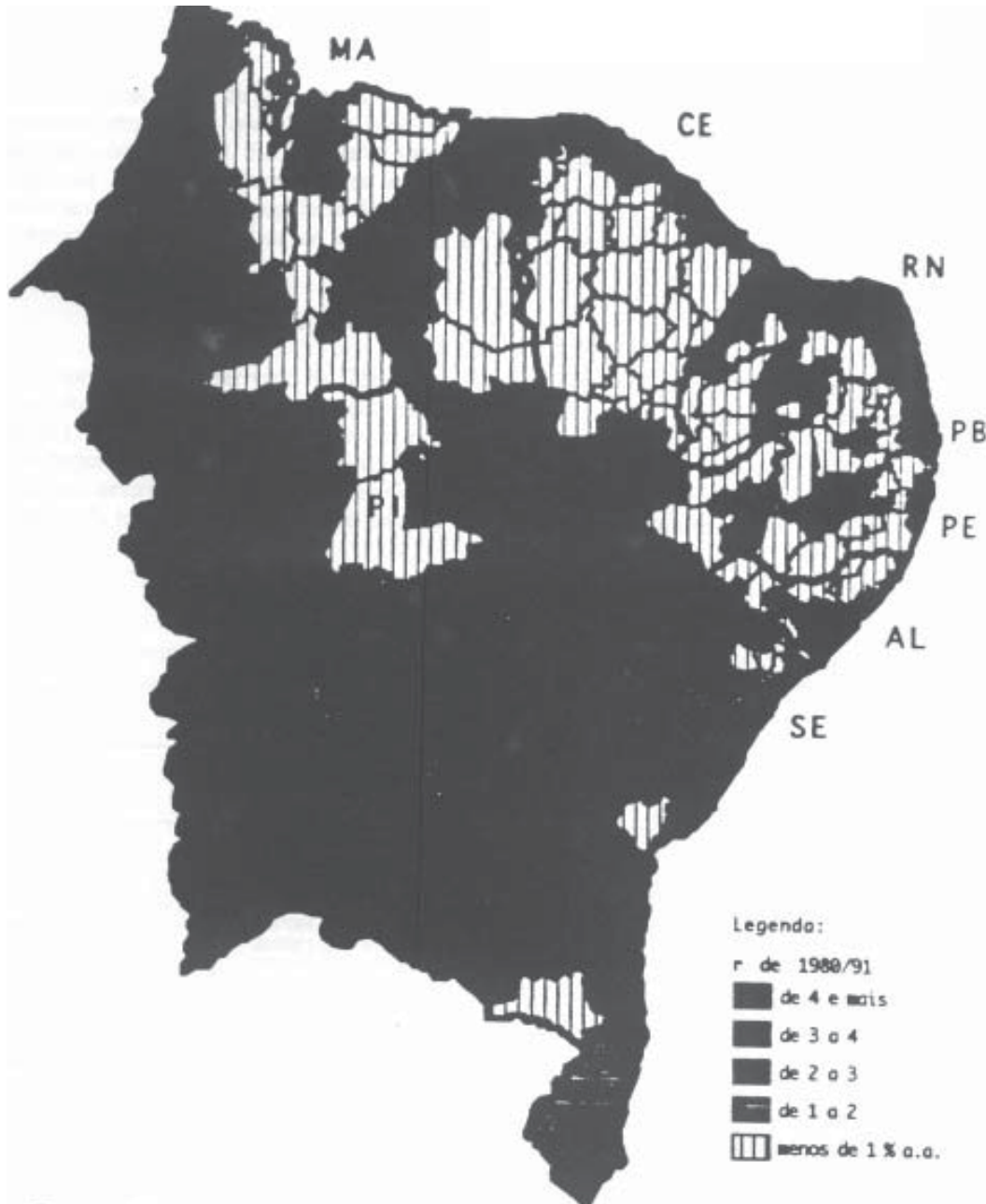
Em suma, apesar da precariedade das informações, é possível formar uma idéia bastante acurada dos padrões migratórios que afetaram o Nordeste e o Semi-Árido. Estes mostram basicamente duas tendências contraditórias. Por um lado, várias regiões apresentaram um dinamismo demográfico excepcional, baseado na expansão da atividade agrícola. Ao mesmo tempo, persistem padrões tradicionais de expulsão das zonas rurais do semi-árido e de migração para áreas urbanas. No próximo segmento, analisamos as principais tendências de crescimento urbano do Nordeste.

c. A Urbanização no Nordeste

Conforme pode ser visto na Tabela 10, o Nordeste continua tendo, como sempre tem tido no período moderno, o nível de urbanização mais baixo do país. Em 1980, a região tinha uma população rural de 17.2 milhões de pessoas, equivalente a 45% do total rural do país. Embora o número absoluto de residentes da zona rural tenha sido reduzido para 16.7 milhões em 1991, essa diminuição se deu de forma mais lenta do que no resto do país. Conseqüente-

¹⁸ Comunicação pessoal de José Otamar de Carvalho, especialista muito conhecido nas questões de seca e irrigação.

MAPA 5: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NORDESTE, TAXA GEOMÉTRICA ANUAL (r) 1980/91



Fonte: IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991.

Nota: IBGE. Divisão Territorial Brasileira, 1990 - Microrregiões Geográficas.

Carta elaborada no âmbito do acordo de cooperação científica Brasil-França.

Digitalização dos municípios realizada no GIP RECLUS e ORSTOM,
por Philippe Waniez, Violette Brustlein-Waniez e Françoise Pelletier,
a partir de documentos cartográficos fornecidos pelo IBGE/DGC.

ISPN - GIP RECLUS - ORSTOM



mente, o Nordeste respondia, em 1991, por uma parcela ainda maior da população rural nacional (46.6% do total) do que em 1980.

POPULAÇÃO URBANA NÍVEL DE URBANIZAÇÃO				
	1980	1991	1980	1991
BRASIL	80.436.409	110.875.826	67.59	75.47
NORDESTE	17.868.842	25.753.355	50.46	60.64
Maranhão	1.255.156	1.972.008	31.41	40.01
Piauí	897.994	1.386.218	41.98	52.93
Ceará	2.810.351	4.158.059	53.14	65.35
Rio Grande do Norte	1.115.158	1.668.165	58.75	69.10
Paraíba	1.449.004	2.051.576	52.31	64.10
Pernambuco	3.784.543	5.046.535	61.60	70.85
Alagoas	976.536	1.481.125	49.26	58.94
Sergipe	617.796	1.001.940	54.19	67.16
Bahia	4.660.304	7.007.729	49.29	59.11

TABELA 10 - População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Urbana*. Brasil, Nordeste e Estados – 1980/1991.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

* "Urbano" é definido aqui de acordo com a definição oficial do Censo.

Entretanto, durante o período 1980-1991, o grau de urbanização do Nordeste (medido pela definição oficial de "urbano", isto é, a população que reside nas sedes de municípios e vilas) aumentou de 50.5 para 60.6%. Sua taxa de crescimento urbano foi maior que a média do país. Esta população urbana passou de 17.6 milhões para 25.8 milhões durante o intervalo. Ao mesmo tempo, a população rural apresentou, pela primeira vez na história, um decréscimo absoluto e relativo, passando de 17.2 para 16.7 milhões de habitantes rurais. Tudo isso confirma que, embora continue sendo o maior repositório de população rural do país, nesse período recente, o Nordeste passou por um momento de inflexão na sua história de distribuição espacial.

Dentro do Nordeste, os estados com níveis mais elevados de urbanização em 1991 são Pernambuco e Rio Grande do Norte; os estados que mantêm um nível mais baixo de urbanização são Maranhão e Piauí, dois estados que tiveram um ritmo muito elevado de crescimento urbano durante a década de 80. Em contraste, o estado com o nível mais alto de urbanização, Pernambuco, também teve o ritmo mais lento de crescimento urbano.

Sem embargo, o uso da definição oficial de "urbano" e "rural", nessa análise, apresenta uma imagem um pouco distorcida da realidade, pois exagera o caráter urbano de muitas aglomerações rurais. Utilizando uma defini-

ção mais restritiva (embora arbitrária) de urbano, que considera como cidades apenas aquelas localidades com 20.000 habitantes ou mais, chega-se ao mesmo tipo de conclusão, só que com maior riqueza de informações. O número de cidades deste porte aumentou de 85 para 134 entre 1980 e 1991.

De fato, conforme pode ser observado na Tabela 11, esse aumento no número de cidades do Nordeste durante a década de 80 foi o maior alcançado por qualquer região do país. Nesse sentido, pela primeira vez na história moderna, o Nordeste também superou o Sudeste em termos de criação de novas cidades. Na realidade, muitas dessas localidades já tinham um tamanho ponderável antes de 1980 e apenas ultrapassaram a barreira estatística mínima definida como urbana (i.e. 20.000 habitantes) durante a década. Entretanto, não deixa de ser significativo o fato de que tantas localidades passaram essa barreira ao mesmo tempo nesse período.

REGIÃO	Nº de Cidades		Aumento de nº de Cidades		% do aumento de nº de Cidades	
	1940	1991	1940-80	1980-91	1940-80	1980-91
Norte	2	48	17	29	5.15	16.38
Nordeste	14	134	71	49	21.51	27.68
Sudeste	26	219	146	47	44.24	26.56
Sul	9	111	70	32	21.22	18.08
Centro-Oeste	2	48	26	20	7.88	11.30
Brasil	53	560	330	177	100.00	100.00

TABELA 11 - Surgimento de Novas Localidades Urbanas, por Região, Brasil, 1940-80 e 1980-91.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

As cidades de 20 mil e mais habitantes no Nordeste tiveram um crescimento de 3.23% a.a. na década, superando amplamente a taxa de crescimento das cidades à nível nacional. Conforme pode ser visto na Tabela 12, entre as cidades nordestinas, foram aquelas que poderíamos denominar de “intermediárias”, isto é, aquelas com uma população entre 100 e 300 mil e entre 300-500 mil que tiveram um ritmo de crescimento mais elevado. Trata-se, basicamente, das capitais dos estados nordestinos – as que não têm como capital uma Região Metropolitana (RM) – Salvador, Recife e Fortaleza – tiveram um crescimento conjunto abaixo da média da região. Entretanto, isso se deve ao fato de que a RM de Recife teve um crescimento relativamente baixo (1.85% a.a.); enquanto isso, a RM de Salvador tinha um crescimento de 3.2% e Fortaleza de 3.5% ao ano.



Para completar esse quadro, é também interessante analisar o comportamento das aglomerações de menos de 20 mil habitantes. Na Tabela 12, divide-se a população “não-urbana”, isto é, os contingentes que não residem em localidades com pelo menos 20 mil habitantes em “campo” e “povoado”. Nesse caso, “povoado” se refere à população considerada urbana pela definição oficial do censo, embora viva em localidades com menos de 20 mil habitantes; “campo” inclui o restante da população desse grupo e abrange aquela que reside em fazenda, sítios, roças e outras localidades não densamente habitadas. Na Tabela 13, apresentam-se as respectivas taxas de crescimento de campo de povoado durante a década de 80.

REGIÃO	Tamanho em 1980 (em mil hab.)						Total
	20-50	50-100	100-300	300-500	500-1000	1000 e +	
Norte	6.06	2.34	6.21	–	3.45	–	5.07
Nordeste	2.81	2.82	3.27	3.78	–	2.69	3.23
Sudeste	2.99	2.38	2.67	2.80	2.81	1.51	2.02
Sul	2.78	2.82	3.00	2.26	–	2.69	2.90
Centro-Oeste	3.92	2.99	4.77	–	2.88	3.12	3.81
Brasil	3.14	2.75	3.14	3.24	3.10	1.90	2.63

TABELA 12 - Crescimento Urbano por Tamanho de Cidades, segundo Região, 1980-91.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Brasil e Regiões	Taxas de Crescimento	
	Campo	Povoados
Brasil	(0.61)	2.72
Norte	3.00	0.77
Nordeste	(0.28)	3.03
Sudeste	(1.52)	2.85
Sul	(2.01)	1.43
Centro-Oeste	(1.09)	4.12

TABELA 13 - Taxa Média de Crescimento Anual da População do Campo e de Povoados. Brasil e Grandes Regiões, 1980-91.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Notas – “Povoado” – Localidades consideradas urbanas no Censo com menos de 20.000 h.

“Campo” – Restante da categoria com menos de 20.000 h.

Como pode ser observado nessa Tabela, existem diferenças significativas no ritmo de crescimento de “campo” e “povoado” entre as diversas regiões. No que concerne ao Nordeste, é interessante observar que as áreas que são nitidamente agrícolas, denominadas aqui como “campo”, tiveram um crescimento negativo durante a década de 80. Enquanto isso, as aglomerações semi-urbanas da Região – isto é, os “povoados” – tiveram um crescimento comparável ao das cidades maiores da região.

Por outro lado, quando se examina a estrutura da rede urbana nordestina em 1991 (ver Mapa 6), constata-se que persiste uma forte distorção litorânea. Com poucas exceções, as maiores cidades continuam concentradas no litoral. Da mesma forma, a grande maioria de todas as 149 localidades urbanas nordestinas se encontram perto do litoral. Nesse sentido, a evolução urbana do Semi-Árido reflete a relativa evasão populacional mostrada no item anterior.

No conjunto, portanto, observa-se uma mudança significativa no padrão de urbanização do Nordeste durante a década de 80. Houve, pela primeira vez, uma redução absoluta da população rural da região. A rede urbana do Nordeste passou por um processo significativo de adensamento, incorporando 49 novas localidades urbanas de mais de 20 mil habitantes ao conjunto existente. As cidades da região tiveram uma taxa de crescimento urbano relativamente elevada, com destaque para cidades de tamanho intermediário.

5. CENÁRIOS FUTUROS: PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS PARA O NORDESTE

Constitui propósito explícito do Projeto Áridas desenhar cenários tendenciais e desejáveis para o futuro, em cada uma das áreas temáticas abordadas. Entretanto, no que concerne à questão demográfica, tal exercício teria sentido somente com relação à variável mortalidade, pois esta é a única sobre a qual existe consenso a respeito do sentido da tendência desejável e, conseqüentemente, sobre a necessidade de maior intervenção do poder público. Isto é, todos concordam que a mortalidade deve ser reduzida, mas não há consenso sobre a necessidade de interferir na queda da fecundidade, ou sobre a direção dos fluxos migratórios.

Assim, formular hipóteses sobre os cenários desejáveis na área populacional seria uma tarefa questionável, dado que isto implicaria a sociedade responder primeiro à pergunta – desejável para quem e para quê? Conforme a discussão feita no capítulo final deste trabalho, seria muito presunçoso tentar responder a este tipo de pergunta aqui. Conseqüentemente, no caso da população, o que pode ser feito é de se elaborar o desenho do que se espera em termos do futuro cenário populacional, dadas as prováveis tendências dos componentes demográficos. No atual trabalho, a apresentação de cenários





desejáveis é substituída por uma discussão de alternativas de formulação de políticas, pois isto atende melhor ao espírito da proposta do Projeto Áridas.

As informações apresentadas nos segmentos anteriores, referentes à fecundidade, mortalidade e migração, fornecem elementos para projetar o comportamento futuro da população nordestina. Resumindo e avaliando as informações anteriores no que elas afetam o futuro, pode-se afirmar o seguinte:

Quanto à Fecundidade: As avaliações feitas aqui e por outros pesquisadores, a respeito da evolução da fecundidade, consolidam a hipótese de que a fecundidade deve continuar caindo no Nordeste. É muito pouco provável que o nível de fecundidade atingido hoje se mantenha constante, e menos provável ainda que ele volte a patamares anteriores;

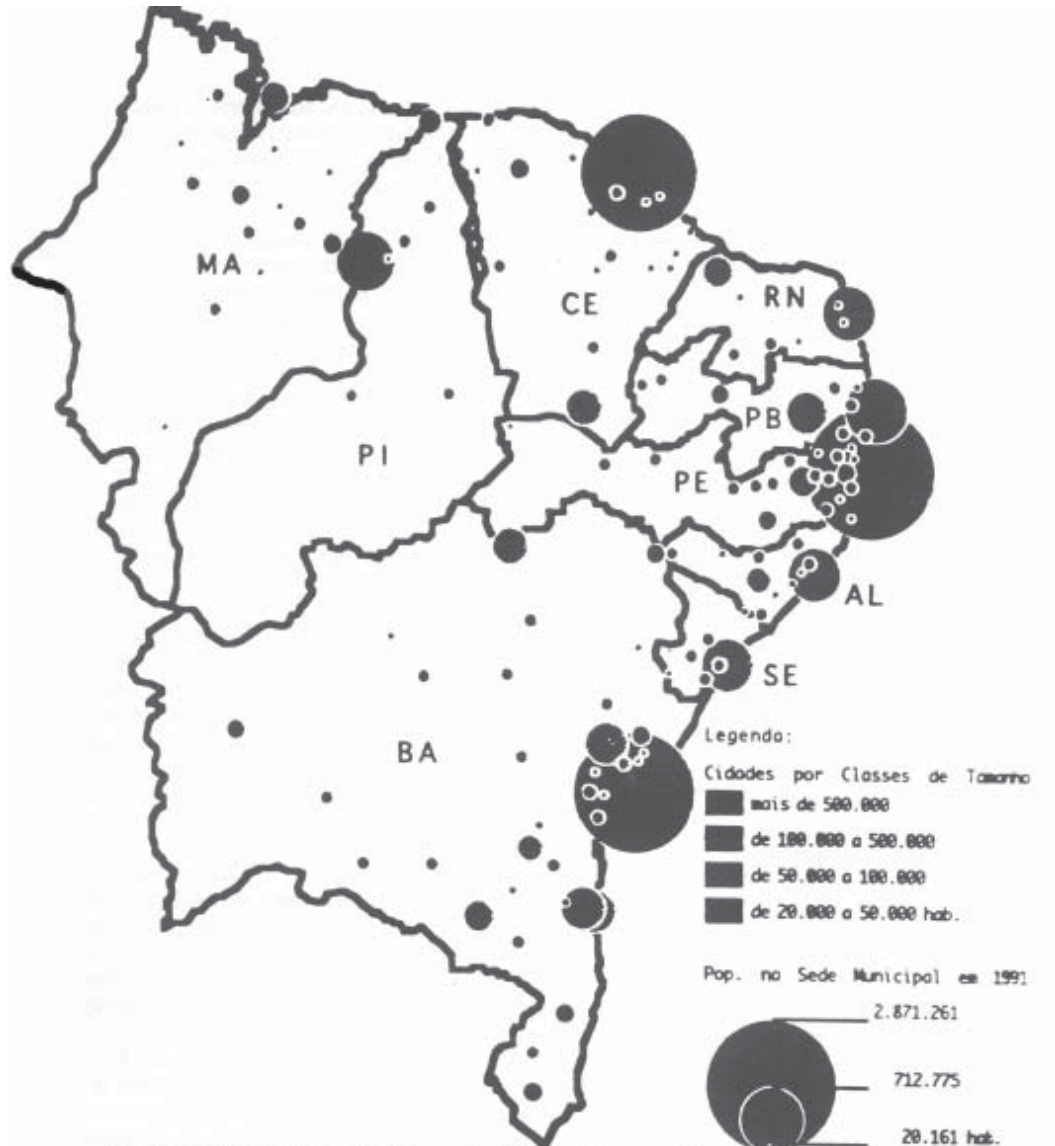
Quanto à Mortalidade: Pelo menos no que se refere aos primeiros anos de vida, os dados apresentam também uma tendência de declínio. Informações recentes da Pastoral da Criança da CNBB indicam que há subgrupos de população no Nordeste que ainda apresentam níveis elevados. Entretanto, tais indicadores parciais são insuficientes para fazer prever um retorno a situações anteriores. Desta forma, pode-se esperar, a nível do Nordeste, uma continuação do declínio;

Quanto à Migração: Todas as informações disponíveis sugerem que o Nordeste deixou de ser um celeiro de mão-de-obra para o resto do país. Se adotarmos a hipótese mista (isto é, a migração da década de 80 se deve tanto a fatores negativos como positivos), devemos pensar que a mudança no padrão migratório nordestino reflete, tanto transformações positivas nas estruturas demográficas e econômicas da região, como os impactos da crise. Sendo assim, não há razões sólidas para imaginar que haveria uma nova reversão que implicasse em forte êxodo da região, nem fortes movimentos migratórios em direção ao Nordeste.

Essa visão geral do comportamento esperado nas variáveis demográficas é consistente com as hipóteses subjacentes a diversos outros trabalhos (ver Moura e Freitas, 1993; Machado, 1993). Desta forma, as evidências apresentadas, assim como os indicadores, mesmo de caráter preliminar, indicam com bastante clareza que a população nordestina crescerá a um ritmo cada vez menor no futuro. Incorporando as previsões de Machado, a distribuição por idade da população registrada no Censo de 1991 e a queda acentuada da fecundidade documentadas pela pesquisa DHs, estima-se que, no ano 2020, o Nordeste teria uma população em torno de 59.3 milhões.

Apenas a título de comparação, é possível imaginar um outro cenário em que o ritmo de declínio da fecundidade se interrompa e em que poucos avanços seriam registrados em matéria de saúde, principalmente preventiva, higiene e educação infantil e materna. Nessas condições, poderia se esperar

MAPA 6: CIDADES COM MAIS DE 20.000 HABITANTES, NORDESTE, POPULAÇÃO NA SEDE MUNICIPAL, 1991



Fonte: IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991.

Nota: IBGE. Divisão Territorial Brasileira, 1990.

Carta elaborada no âmbito do acordo de cooperação científica Brasil-França.
Digitalização dos municípios realizada no GIP RECLUS e ORSTOM,
por Philippe Waniez, Violette Brustlein-Waniez e Françoise Pelletier,
a partir de documentos cartográficos fornecidos pelo IBGE/DGC.
ISPN - GIP RECLUS - ORSTOM



um crescimento da população maior, redundando numa população nordestina, para o ano 2020, de 68.6 milhões. Isto representa uma população maior em 10 milhões de habitantes do que no cenário mais provável.

A Tabela 14 mostra, quantitativamente, os indicadores relevantes à questão populacional, na tentativa de configurar os possíveis cenários. Primeiro, apresenta-se a tendência mais provável e depois, os resultados da tendência que produziria o contingente populacional máximo provável. Em ambos os casos, são incluídos os correspondentes indicadores de fecundidade e mortalidade. Note-se que a denominada tendência provável apresenta níveis de mortalidade que poderiam – ou deveriam – ser ainda menores. No caso da mortalidade infantil, por exemplo, independente da queda da fecundidade, que diminuiria o poder de influenciar a tendência de queda da fecundidade, ficaria próximo a 80 por mil, se nenhum esforço prioritário fosse empreendido na região.

As tabelas do Anexo III no anexo, apresentam a SD correspondente desagregação por sexo e idade dessa população para os anos 1990, 2000, 2010 e 2020.

Período	Total	Grandes grupos etários			%	Mortalidade	
		0-15	15-64	65 e mais		e,(f)	MI (p/1000)
A) POPULAÇÃO POSSÍVEL ESPERADA							
2000	48821.4	17070.3	30020.8	1730.3	3.2	62.27	79.5
2010	54634.5	16416.2	35923.5	2294.8	2.7	65.15	68.3
2020	59270.5	15697.9	40457.2	3115.4	2.4	67.72	58.7
B) MÁXIMA POPULAÇÃO PROVÁVEL							
2000	49402.1	17459.5	30181.6	1760.9	3.6	59.72	86.0
2010	58603.8	20110.0	36190.4	2303.4	3.5	59.70	80.7
2020	68495.1	22125.4	43256.9	3112.9	3.3	59.28	80.1

TABELA 14 - Estimativas de População (por mil), Taxa de Fecundidade Total, Mortalidade Infantil e Esperança de Vida ao Nascer, segundo dois cenários. Nordeste, 2000-2020.

6. DISCUSSÃO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA EVOLUÇÃO NO PADRÃO DEMOGRÁFICO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

As informações apresentadas neste trabalho são, ao mesmo tempo, surpreendentes e auspiciosas. Constituem uma surpresa pelo fato de contradizer, simultaneamente, as tendências tradicionais apresentadas pelo Nor-

deste nas três variáveis demográficas: fecundidade, mortalidade e migração. São auspiciosas porque permitem entrever, tanto nos seus fatores determinantes, como nas suas conseqüências, aspectos bastante promissores para a melhoria das condições sociais da sofrida população nordestina. Em seguida, discute-se o significado dessas tendências em termos de suas implicações gerais para a formulação de políticas.

6.1. Políticas Dirigidas à Área de Fecundidade

A queda da fecundidade do Nordeste foi mais rápida que a do Brasil na década de 80. Todos os indicadores permitem entrever uma continuação desse descenso no futuro. Tanto os fatores determinantes, como as conseqüências dessa queda, apresentam aspectos bastante positivos. A queda da fecundidade é fortemente associada com o nível de bem-estar econômico e com o acesso aos meios de comunicação, particularmente em áreas rurais, mantêm uma fecundidade elevada.

O papel dos meios de comunicação de massas nessa transformação do comportamento reprodutivo é merecedor de reflexão. A capacidade de transmitir novos valores e de influenciar o comportamento em direção à modernidade, que a mídia comprovou ter no declínio da fecundidade, argumenta a favor de direcionar seu uso para atingir objetivos em vários outros domínios da questão social. Principal entre eles seria o próprio processo educativo. O nível de analfabetismo no Nordeste é ainda muito elevado (26% nas áreas urbanas e 57% nas áreas rurais). Já que a melhoria dessa situação pode ser considerada como ponto de partida, tanto para a melhor integração ao processo produtivo como à vida social e política, grandes saltos em direção à modernização poderiam ser conseguidos através do uso adequado da mídia.

A prevalência de métodos anticonceptivos de alta eficácia, particularmente da esterilização, viabilizaram a queda da fecundidade. Entretanto, o uso excessivo de métodos “radicais” (i.e. esterilização e aborto) urge que se dê melhor atenção à oferta de serviços de planejamento familiar condizentes com a dignidade humana, pleno conhecimento dos métodos existentes, opção livre e acompanhamento médico.

Os impactos da fecundidade, conforme argumentação anterior foram bastante positivos para a região. No que se refere às políticas diretamente relacionadas com a questão de fecundidade, sempre o tema mais discutido se refere à conveniência, ou não, de uma política específica de controle populacional no Nordeste. Esta é uma questão que se tornou relativamente simples de decidir, devido aos acontecimentos históricos nesse domínio, mas que gera muita polêmica acalorada e espúria, devido à falta de compreensão dos elementos centrais da questão.





Para discutir esse tema, é preciso distinguir, inicialmente, entre planejamento familiar e controle populacional. O conjunto de práticas adotadas por casais ou indivíduos visando limitar e/ou espaçar seu número de filhos é chamado de “planejamento familiar”, “controle da natalidade”, ou “controle da prole”. Em contraste, todas as ações que visam, explicitamente ou implicitamente, reduzir a fecundidade e, por essa via, reduzir a taxa de crescimento de grupos, classes, povos ou países, são chamadas de “controle populacional”.

Os dois conceitos são claramente relacionados mas têm conotações morais, políticas e práticas muito diferentes. O planejamento familiar e seus sinônimos se referem a questões de foro íntimo, relacionadas com um direito humano considerado básico em quase todas as sociedades – o de divorciar sexualidade de procriação e/ou de determinar o tamanho final da prole. As decisões são tomadas por indivíduos ou casais, de acordo com seus próprios interesses. O controle populacional, porém, constitui um julgamento feito por alguma entidade sobre o nível de fecundidade que seria mais apropriado para uma determinada coletividade – queira esta ou não. As justificativas para tais ações são muito variáveis e discutíveis. Por exemplo, pode ser relativamente fácil entender tal prática no caso de países como a China ou a Índia, onde a pressão dos números é mais clara mas, mesmo nesses casos, elas geram grande polêmica.

Sem dúvida, a disseminação do planejamento familiar entre casais ou indivíduos acaba reduzindo a fecundidade. Em todos os países desenvolvidos, a queda da fecundidade foi o produto de decisões individuais a respeito do seu comportamento reprodutivo. No Brasil, apesar da presença de diversos organismos voltados para o planejamento familiar – a maioria deles financiados, de fato, por interesses controlistas – a queda da fecundidade se deve, na sua quase totalidade, às motivações e ações de indivíduos que querem regular sua própria procriação. Por outro lado, essa queda da fecundidade tem sido tão rápida no Brasil como em qualquer outro país que tenha implantado, com sucesso, políticas e programas agressivos de controle da natalidade.

Dadas essas explicações, voltamos à questão – que tipo de política deve ser implantada na área da fecundidade no Nordeste brasileiro? Vários têm argumentado que é necessário uma política de controle da natalidade para poder reduzir a pobreza, tanto no Nordeste como no próprio Semi-Árido. Tal postura evidencia falta da compreensão da relação entre dinâmica demográfica e bem-estar socioeconômico. Em primeiro lugar, conforme demonstrado no Capítulo 4.1 deste trabalho, já existe uma demanda insatisfeita por informações e meios de controlar a prole. Ou seja, existe uma necessidade premente de atender às necessidades sentidas da população, no que concerne esse serviço básico. O fornecimento de tal serviço, por si, reduzirá, inevitavelmente, a fecundidade nordestina ainda mais – além de permitir uma regulação da prole mais humana e menos dependente de métodos “drásticos”.

Entretanto, a demanda insatisfeita é principalmente oriunda de grupos sociais já mais informados e mais conscientes. A meta daqueles que pregam o controle da natalidade como solução social costuma visar outro estrato – composto daqueles que vivem na miséria, que são analfabetos, e que ostentam uma procriação próxima ao limite biológico, mesmo que grande parte dos filhos não sobreviva. Entretanto, o único tipo de controle que funcionaria entre este tipo de pessoa – geralmente sem conhecimento e sem aspirações matizadas num horizonte de tempo maior – seria um controle forçado. Isto seria feito, por exemplo, através da esterilização praticada no corpo das mulheres sem elas saberem, ou em troca de algum bem material. Entretanto, esse tipo de ação é condenável do ponto de vista moral e duvidoso do ponto de vista prático. De fato, a adoção de práticas de planejamento familiar se faz de forma eficaz quando as pessoas têm aspirações de melhoria socioeconômica e, portanto, são motivadas para diminuir sua prole.

Nas condições concretas das populações mais pobres que residem no Semi-Árido, particularmente nas áreas rurais, tais condições, favoráveis ao declínio da fecundidade raramente prevalecem. Ao contrário, a luta pela sobrevivência muitas vezes inclui a procriação irrestrita como estratégia de aumentar a mão-de-obra e de garantir o sustento durante a velhice. Portanto, forçar o controle da natalidade seria de pouca eficácia ou até contraproducente; de fato, ações visando o controle populacional acabam sempre levantando suspeitas a respeito do próprio planejamento familiar. Mais importante, conforme mostram os dados apresentados aqui, é aumentar a qualidade de vida, a educação a informação e o acesso livre aos métodos mais eficazes e mais humanos para que cada um possa adquirir a motivação e a capacidade de controlar sua própria procriação.

6.2. Políticas Dirigidas à Área de Mortalidade

As informações apresentadas nesse trabalho indicam que os níveis de mortalidade melhoraram, particularmente no que se refere à mortalidade infantil, durante a década de 80. Entretanto, o Nordeste ainda continua muito distante do resto do país em termos desses padrões – apesar de que os níveis brasileiros são considerados bastante ruins em termos internacionais e incompatíveis com o nível de renda per capita do país.

Desta análise fica a recomendação óbvia de que se invista muito mais na melhoria das condições de saúde da população nordestina. Entretanto, para não ficar apenas na repetição dessa obviedade, seria necessário conhecer melhor os fatores responsáveis pelo descenso da mortalidade na década de 80. Nesse sentido, Simões e Costa Leite (1994) chamam a atenção para o fato de que variáveis relacionadas diferenças de fecundidade, já teriam tido uma contribuição importante para a melhoria das condições de saúde da população nordestina. É o caso, por exemplo, da ampliação dos inter-





valos entre um nascimento e o seguinte, que ocorre com a queda da fecundidade e que acaba redundando numa diminuição da mortalidade infantil.

Um outro fator associado à reprodução, é a amamentação, e esta prática, segundo Freitas (1994) aumentou no período 1986-91. É sabido que, quando a criança se alimenta exclusivamente do leite materno, ela fica duplamente protegida. Por um lado, torna-se mais resistente às doenças por causa das propriedades imunológicas que o leite materno possui. Por outro lado, o fato de não ser preciso objeto nenhum para a preparação desse alimento faz com que a criança esteja menos exposta à contaminação do meio ambiente, independentemente do grau de precariedade do contexto domiciliar.

A conjugação das informações colhidas quando do estudo dos determinantes da fecundidade com aquela referente aos impactos altamente positivos da amamentação sugere uma linha de políticas interessante para a área de saúde. De fato, se, conforme constatado, os meios de comunicação, com suas mensagens de modernidade, conseguiriam influenciar de forma tão significativa a conduta reprodutiva das mulheres, deveria se pensar na conveniência de aproveitar melhor estes meios no sentido de favorecer programas visando a melhoria das condições de saúde da população mais pobre. Por exemplo, seria desejável promover campanhas objetivando explorar mais os recursos da alimentação alternativa, ensinar o cuidado apropriado de crianças, a adoção de práticas de higiene e atitudes preventivas na área de saúde e outras iniciativas do gênero.

6.3. Políticas Dirigidas à Área de Migração Internas

Dois fenômenos se destacam no que concerne ao comportamento migratório nordestino durante a década de 80. Primeiro, diminuiu notavelmente o contingente de população nordestina que saiu a procura de melhores horizontes em outras regiões. Além de reter mais a sua mão-de-obra, o Nordeste passou a também atrair migrantes, tanto nordestinos que retornam à sua terra, como pessoas nascidas em outras regiões. Segundo, intensificou-se o processo de urbanização em diversos sentidos. O número de localidades urbanas teve uma forte expansão. A maioria das classes de cidades nordestinas teve um crescimento mais elevado do que seus similares no resto do país. Finalmente, a população rural, independentemente da definição utilizada, teve uma redução absoluta durante a década.

Ninguém pode duvidar que tais mudanças são extremamente significativas. Entretanto, a interpretação do significado político destas transformações no padrão migratório não é direta nem transparente. Duas perguntas surgem nesse contexto. Primeiro, os padrões ocorridos na década passada são positivos ou negativos para o Nordeste? De certa forma, essa pergunta já foi respondida no capítulo anterior, no contexto da discussão das interpretações pessimistas e otimista do fenômeno migratório nordestino recente. Segundo,

que tipo de políticas migratórias deveriam ser contempladas para o futuro? Esta pergunta é mais complexa e mais polêmica. A seguir, tecemos algumas reflexões pertinentes.

A pergunta básica é se existe justificativa para uma intervenção do poder público sobre a questão migratória e, nesse caso, que tipo de intervenção poderia ser contemplada? Embora tais perguntas sejam vistas por muitos como simples, na realidade, elas embutem uma série de questões imbricadas. A nível do país, o Brasil tem uma longa experiência com políticas migratórias explícitas, ou seja, ações governamentais visando diretamente influenciar a distribuição da população sobre o espaço. Entretanto, os resultados de tais esforços têm sempre sido vagos ou aquém do esperado.

Ao longo do último meio século, políticas explícitas de migração sempre visaram a desconcentração e a interiorização, ao mesmo tempo que buscavam impedir os fluxos migratórios interregionais, particularmente aqueles de natureza rural-urbanas. Ocorre que o impacto efetivo de políticas migratórias explícitas era sempre ofuscado pelos efeitos daquilo que pode ser chamado de “políticas implícitas de migração”, ou seja, ações e decisões tomadas em outros terrenos, particularmente no da política econômica, que influenciavam a redistribuição espacial da população no sentido da concentração. Nos últimos anos, a desconcentração almejada por diversos governos e tecnocracias finalmente está acontecendo, só que movida, novamente, pelas forças de mercado. Vários trabalhos sugerem que estas políticas “implícitas”, pelo fato de estarem coadunadas com a tendência central das forças do mercado, têm sido muito mais influentes que as explícitas (ver Martine, 1992 e 1994).

Embora alguns objetivos das políticas explícitas eram justificáveis – particularmente aquelas visando a integração do território nacional – outros pressupostos eram, e continuam sendo, altamente questionáveis. Por exemplo, existe um viés anti-urbano nítido na maioria das tentativas do setor público de influenciar a distribuição espacial da população. Da mesma forma, existe um pressuposto implícito de que a distribuição igualitária da população sobre o espaço favorece a equidade inter-pessoal. Ou seja, presume-se que se as pessoas estiverem bem distribuídas entre as diversas regiões brasileiras, isto aumentará o bem-estar de todos.

Tais pressupostos não são respaldados pelos fatos. Em qualquer sociedade capitalista, as pessoas se deslocam no espaço em busca de oportunidades econômicas. Como estas são inevitavelmente localizadas em áreas que reúnem maiores vantagens comparativas, as migrações acabam contribuindo para uma maior concentração da população e da atividade econômica. Entretanto, é fundamental observar que a migração retira pessoas de áreas mais pobres e as recoloca em regiões mais dinâmicas. Tais padrões são favoráveis, tanto do ponto de vista do crescimento econômico, como da redu-





ção da pobreza e do bem-estar da população. Ou seja, a migração é nitidamente um fator positivo no processo de desenvolvimento.

Nessa ótica, não pareceria haver justificativa válida para tentar interferir no processo natural da migração, no sentido de tentar uma “racionalização” na distribuição da população sobre o espaço. Na melhor das hipóteses, pode-se procurar informar os migrantes e migrantes-em-potencial sobre as oportunidades de trabalho em diferentes espaços (se bem que a rede informal de informações pode ser melhor que a oficial), aliviar algumas das dificuldades do trajeto, fornecer alguma assistência social na saída e no lugar de chegada, etc. Entretanto, de modo geral, não existe capacidade de nenhum órgão público traçar as grandes linhas de uma redistribuição populacional visando, por exemplo, estimular a migração interregional ou evitá-la. Na economia de mercado, os fatores de maior impacto sobre a redistribuição espacial advêm das decisões sobre a localização espacial de atividades econômicas.

As implicações deste raciocínio se tornam particularmente delicadas no caso do Semi-Árido. A questão central que é preciso enfrentar é se convém tentar radicar a população nas áreas onde atualmente residem, e a que custo. Existe uma forte propensão entre determinadas classes de políticos para tentar resolver as questões de pobreza naquelas localidades onde elas se encontram. No caso do Semi-Árido, parece haver bastante apoio político para medidas destinadas a viabilizar a permanência daqueles segmentos da população mais desprovidos de recursos que residem nela – notadamente os pequenos produtores agrícolas. Entretanto, a conveniência de tais ações tem que ser vista no âmbito de uma perspectiva mais abrangente, que considere tanto os recursos disponíveis na sociedade em geral, como as necessidades de diferentes setores e grupos demandantes de atenção nessa sociedade e, finalmente, o custo de oportunidade de alternativas diversas de intervenção sobre as necessidades destes vários grupos.

Em última instância, a pergunta fundamental é – onde pode ser melhor resolvida a questão social, que por sua vez depende do encaminhamento da questão econômica? Nesse sentido, a sustentabilidade econômica, social, demográfica e ambiental de importantes segmentos do Semi-Árido se torna questionável. Evidentemente, há muita heterogeneidade dentro do Semi-Árido e existem áreas em que seria possível – através de medidas visando alterar a estrutura fundiária, melhorar a educação, aumentar o acesso a tecnologia e a recursos creditícios – viabilizar um bom número de pequenos produtores. Entretanto, para grande parte do Semi-Árido, tais soluções acabariam saindo extremamente caras e sendo, a médio e longo prazo, inviáveis. Nessas condições, por mais penoso que sejam em termos humanos no curto prazo, é preciso encarar a inevitabilidade da emigração para outras áreas e regiões onde o custo da criação de emprego é mais barato e duradouro e onde as vantagens existentes permitem entrever uma melhoria real das condições de vida da população dessa região num prazo mais curto.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.E.D. 1994. **A Transição da Fecundidade e Relações de Gênero no Brasil**. Tese de Doutorado. CEDEPLAR - UFMG.
- AMARAL, A.E. e NOGUEIRA, A.P. 1992. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. **VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Vol. 3, p. 201-212.
- BAENINGER, R. e MAIA, 1992. Migração em São Paulo: Região de Campinas. **Textos NEPO**, n. 22, UNICAMP.
- BACELAR, Tânia. 1993. Evolução e perspectivas das desigualdades regionais: Região Nordeste, Primeiro Relatório FUNDAP, Recife (mimeo).
- BRASS W. (1985): P-F Synthesis and Parity Progression Ratios. **Advances in Methods for Estimating Fertility and Mortality from Limited and Defective Data**. Publicação ocasional do Centro de Estudos de População. LSHTM, Londres.
- CAMARANO, A.A. 1994. Os Determinantes próximos da Fecundidade Nordestina: uma Análise Agregada. **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil - Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991** - Ferraz, E. A. (Org.) - BEMFAM/DHS - RJ.
- CAMPOLINA, C.D. e BORGES LEMOS, M. 1990. Dinâmica Regional e suas Perspectivas no Brasil. **Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a década de 90**. - IPEA & IPLAN. 1990, Brasília, Vol. 3 pp. 161-196.
- CARVALHO, J.A.M. e FERNÁNDES F. 1991. Migrações Internas no Brasil - 1960/1980 - Belo Horizonte - CEDEPLAR/FACE/UFMG (mimeo).
- CARVALHO, J.A.M. e PINHEIRO, S.M.G. 1986. **Fecundidade e Mortalidade no Brasil - 1970/80. Relatório de Pesquisa** - Belo Horizonte - CEDEPLAR - UFMG.
- CARVALHO, J.A.M. 1973. **Fecundidade e Mortalidade no Brasil - 1960/70. Relatório de Pesquisa** - Belo Horizonte - CEDEPLAR - UFMG.
- CARVALHO, Otomar, 1979. **Desenvolvimento Regional: um Problema Político**. Editora Campus, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Otomar. 1988. **A Economia Política do Nordeste: Seca, Irrigação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Campus, 505 p.
- CAVALCANTI, R. de A. (Coord.). **O Brasil Social: Realidade, Desafios, Opções**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/139 Rio de Janeiro.
- CLELAND, J. e WILSON, C. 1987. Demand on Theories of the Fertility Transition: an Iconoclast View. **Population Studies**, 41(1):5-30.
- DA MATA, Milton et alii. 1973. **Migrações Internas no Brasil**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- DHS, DEMOGRAPHIC AND HEALTH SURVEYS - MACRO INTERNATIONAL INC. & SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL - BEMFAM 1992. **Nordeste, Brasil. Pesquisa Sobre Saúde Familiar no Nordeste Brasil - 1991**. Rio de Janeiro.
- DUARTE, Renato. 1993. Crescimento econômico: dinâmica e transformação da economia nordestina na década de setenta e nos anos oitenta. **Revista Econômica do Nordeste**. 20(4):339-375, BNB/Nordeste.



- FERREIRA, I.Q. 1994. Necessidade Insatisfeita e Demanda Total de Anticoncepção no Nordeste do Brasil. **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil - Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991** - Ferraz, E.A. (Org.). - BEMFAM/DHS - RJ. FOLHA DE SÃO PAULO, 6/11;92. São Paulo.
- FREITAS, T. de S. 1994. Amamentação e Mortalidade Infantil no Nordeste. **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil - Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991** - Ferraz, E. A. (Org.). - BEMFAM/DHS - RJ.
- FRIAS, L. A. de, e CARVALHO, J.A.M. 1994. Fecundidade nas Regiões Brasileiras a partir de 1903 - Uma Tentativa de Reconstrução do Passado através das Gerações - Paper submetido ao VIII Encontro da ABEP, 1994.
- GUIMARÃES, Leonardo, 1990. **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento do Brasil: Décadas de 70 e 80**, Relatório Final, Fundaj, Recife. (mimeo).
- GUZMAN, J.M. 1980. Evaluación de la Historia de Nacimientos de la Encuesta Nacional de Fecundidad de Costa Rica - 1976. **Notas de Población**, 28:25-57.
- IBGE, 1994. **Censo Demográfico: IBGE divulga resultados já disponíveis**, Coordenação de Comunicação Social, agosto (mimeo).
- IPEA 1994: **Perspectivas da Economia Brasileira - 1994** (2 Vol.) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - Rio de Janeiro.
- IPEA & IPLAN. 1990. **Prioridades e Perspectivas de Políticas para a década de 90**. - Brasília - março, 1990. Ver: Vol. 4: Políticas Sociais e Organização do Trabalho. Vol. 3: População, Emprego e Desenvolvimento Urbano e Regional. (Trabalhos de Campolina e Borges Lemos).
- INAN, 1990. **Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição: Resultados Preliminares**, INAN/IBGE/IPEA, Brasília.
- LEITE, V. da M. 1981. Níveis e Tendências da Mortalidade e da Fecundidade no Brasil a partir de 1940. pp.581-609. In: **Anais Segundo Encontro Nacional - ABEP**. Águas de São Pedro.
- MACHADO, C.C. 1993. Projeções Multirregionais de População: o caso Brasileiro (1980-2020) - Tese de doutorado - FACE/CEDEPLAR/UFMG.
- MARTINE, G. CARVALHO, J.A. e RODRIGUEZ ARIAS A. 1994. Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social. **Texto para discussão n. 345**, IPEA, Brasília.
- MARTINE, George. 1975. **Formación de la Familia y Marginalidad en Rio de Janeiro**. CELADE, Santiago, 194 p.
- MARTINE, G. 1993. Population redistribution and state policies: a Brazilian perspective. In: Goldscheider, C. - **Migration, Population Structure and Redistribution Policies**. Westview Press, Boulder, San Francisco, Oxford.
- MARTINE, G. 1994. Mobilidade geográfica, economia e estado: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Número Especial, Dez Anos da Revista da ABEP (no prelo).
- MERRICK, T. e BERQUÓ, E. 1983. **The Determinants of Brazil's Recent Rapid Decline in Fertility**. Committee on Population and Demography Report, 23, National Academy Press, Washington, D.C. 1983.

- MOURA, H.A. de e SANTOS, T. de F. 1986. **Dinâmica Demográfica Recente dos Estados e Microrregiões do Nordeste: 1960/1980**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife.
- MOURA, H.A. de e SANTOS, T. de F. (Orgs.) 1990. **Projeção da População do Nordeste por Microrregiões 1980/2005**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife.
- OLIVEIRA, L.A.P. e SILVA N.L.P. 1986. Tendências da fecundidade nos primeiros anos da década de 80. pp. 213-231. In: **Anais V Encontro Nacional - ABEP**. Águas de São Pedro.
- ORTIZ, L.P. e CAMARGO, A.B.M. 1994. Mortalidade Infantil em São Paulo no período de 1980/1992 pp. 77-116. In: **Mortalidade e Sobrevivência no Estado de São Paulo. Coleção INFORME DEMOGRÁFICO**. n. 26; F. SEADE - São Paulo.
- PNUD, 1991. **Desarrollo Humano: Informe 1991** - PNUD - Tercer Mundo Editores S.A. - Colombia.
- POTTER, J. 1980. Proglems in Using Birth History Analysis to Estimate Trends in Fertility. **Population Studies**. (31:335-64.
- SILVA, N.V., HENRIQUES, M.H. e SOUZA, A. 1990. An Analysis of Reproductive Behavior in Brazil. **Demographic and Health Surveys Further Analysis**, n. 6.
- SIMÕES, C.C. da S. e COSTA LEITE, J. 1994. Padrão Reprodutivo, Serviços de Saúde e Mortalidade Infantil - Nordeste 1991. **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil - Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991** - Ferraz, E. A. (Org.). - BEMFAM/DHS - RJ.
- SIMÕES, C.C. da S. e OLIVEIRA, L.A.P. de. 1988. algumas indicações sobre a Mortalidade Infantil e no Nordeste nos Primeiros anos da Década de 80. In: **Anais VI Encontro Nacional - ABEP**. Recife, pp. 155-162.
- SIMÕES, C.C. da S. e OLIVEIRA L.A.P. de 1984. Região Nordeste: A Evolução da Mortalidade e seus determinantes. In: **Anais VI Encontro Nacional - ABEP**. Recife - pp. 2093-110.
- SIMÕES, C.C. da S. e OLIVEIRA L.A.P. de 1986. Aspectos Socioeconômicos da Mortalidade Infantil em Áreas Urbanas. **Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil**. Rio de Janeiro. Convênio IBGE/UNICEF.
- SKELDON, Ronald. 1990. **Population Mobility in Developing Countries**. Bellhaven Press, London and New York.
- UNICEF/IBGE, 1989. **Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil - Mortalidade Infantil e Saúde na década de 80**. Rio de Janeiro.
- VAINER, Carlos, 1993. Políticas migratórias no Brasil: origens, trajetórias e destinos. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho de Migrações Internas da ABEP. Campinas, dezembro.
- VEJA, Revista, 1990. Editora Abril, São Paulo. Julho.
- WESTOFF, CH. e OCHOA, L.H. 1991. Unmet Need and the Demand for Family Planning. **Comparative Studies**. N. 5 IRD, July, 1991.
- WONG, L.R. 1994. A Queda da Fecundidade no Nordeste - Uma Aproximação aos Determinantes - **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil - Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991** - Ferraz, D. A. (org.). - BEMFAM/DHS - RJ.





Anexo I

Informações Detalhadas sobre a Queda da Fecundidade Nordestina

- Tabela A1 – Região Nordeste, 1991: Distribuição Proporcional de Mulheres atualmente unidas usando algum método anticoncepcional segundo algumas características selecionadas.
- Gráfico A1 – Nordeste, 1991: Taxas de Fecundidades por idade segundo Coortes (com idade no momento da Pesquisa), e: Estrato Socioeconômico do Domicílio.
- Gráfico A2 – Nordeste, 1991: Taxas de Fecundidades por idade segundo Coortes (com idade no momento da Pesquisa), e: Nível de Instrução.
- Gráfico A3 – Nordeste, 1991: Taxas de Fecundidades por idade segundo Coortes (com idade no momento da Pesquisa), e: Grau de Exposição aos Meios de Comunicação.
- Gráfico A4 – Nordeste, 1991: Taxas de Fecundidades por idade segundo Coortes (com idade no momento da Pesquisa), e: Situação do Domicílio.

TABELA A1
REGIÃO NORDESTE, 1991: DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DE MULHERES ATUALMENTE UNIDAS USANDO ALGUM MÉTODO ANTICONCEPCIONAL, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS

MÉTODOS MODERNOS

CARACTERÍSTICA	ALGUM MÉTODO	TOTAL	PÍLULA	CONDOM	OUTROS ⁽¹⁾	NÃO USANDO	
RESIDÊNCIA							
Urbano	85,8	85,0	13,7	1,8	1,8	34,4	100,0
Rural	48,1	43,9	12,8	1,2	8,8	80,9	100,0
ESTADO							
Maranhão	48,4	47,2	2,5	2,5	8,4	81,8	100,0
Piauí	85,8	82,4	9,2	0,5	6,7	34,4	100,0
Ceará	54,1	48,9	14,8	1,2	8,7	45,9	100,0
P. G. Norte	89,8	84,7	16,3	3,3	1,8	30,2	100,0
Paraíba	85,7	88,3	13,4	0,9	1,1	34,3	100,0
Pernambuco	81,5	84,5	12,8	1,4	1,3	38,5	100,0
Alagoas	83,8	47,5	14,8	1,1	8,5	36,2	100,0
Sergipe	85,4	87,4	18,5	1,3	4,2	32,6	100,0
Bahia	89,8	83,5	17,8	1,0	1,1	40,4	100,0
IDADE							
15-19	41,3	38,3	30,7	0,2	0,7	58,7	100,0
20-24	50,3	42,7	25,6	0,2	2,8	46,7	100,0
25-29	60,6	55,1	1,1	1,5	1,2	39,4	100,0
30-34	66,9	60,4	10,1	1,2	1,7	33,1	100,0
35-39	67,9	62,7	6,3	0,3	1,2	32,1	100,0
40-44	62,8	57,2	6,8	0,8	1,1	37,1	100,0
45-49	57,6	52,7	2,2	0,7	8,0	62,4	100,0
ANOS DE ESTUDO							
Nenhum ano		48,0	7,7	0,2	8,2	56,7	100,0
1-3 anos	55,0	48,8	11,1	0,8	8,5	45,0	100,0
4 anos	62,6	58,1	16,3	0,7	1,5	37,4	100,0
5-8 anos	67,8	61,7	19,2	2,9	2,7	32,2	100,0
9 ou mais	77,2	69,2	16,5	3,8	2,8	22,9	100,0

Continua ...

Continuação Tabela A1

MULHERES VIVOS							
Nenhum	33,4	35,9	16,8	3,5	1,8	78,7	100,0
1	50,2	48,8	38,2	3,4	3,8	48,8	100,0
2	65,7	59,4	18,8	2,5	2,0	34,4	100,0
3	78,1	70,8	7,9	0,3	0,9	24,9	100,0
4+	81,2	88,5		0,4	7,9	38,7	100,0
TOTAL	69,2	63,7	13,3	1,4	1,3	40,8	100,0

(1) DIU, Injeções, Métodos Vaginais, Esterilização Masculina
(2) Abstinência Períodica, Coito Interrompido e outros
FONTE: DHS/IBRAFAM/1992



Gráfico A.1. Nordeste, 1991: Taxas de fecundidade por idade Segundo coortes (com idade no momento da pesquisa), e:

Estrato Socio-econômico do Domicílio



Fonte: DHS/BEMFAM – Nordeste/91

Gráfico A.2 . Nordeste, 1991: Taxas de fecundidade por idade Segundo coortes (com idade no momento da pesquisa), e:

Nível de Instrução



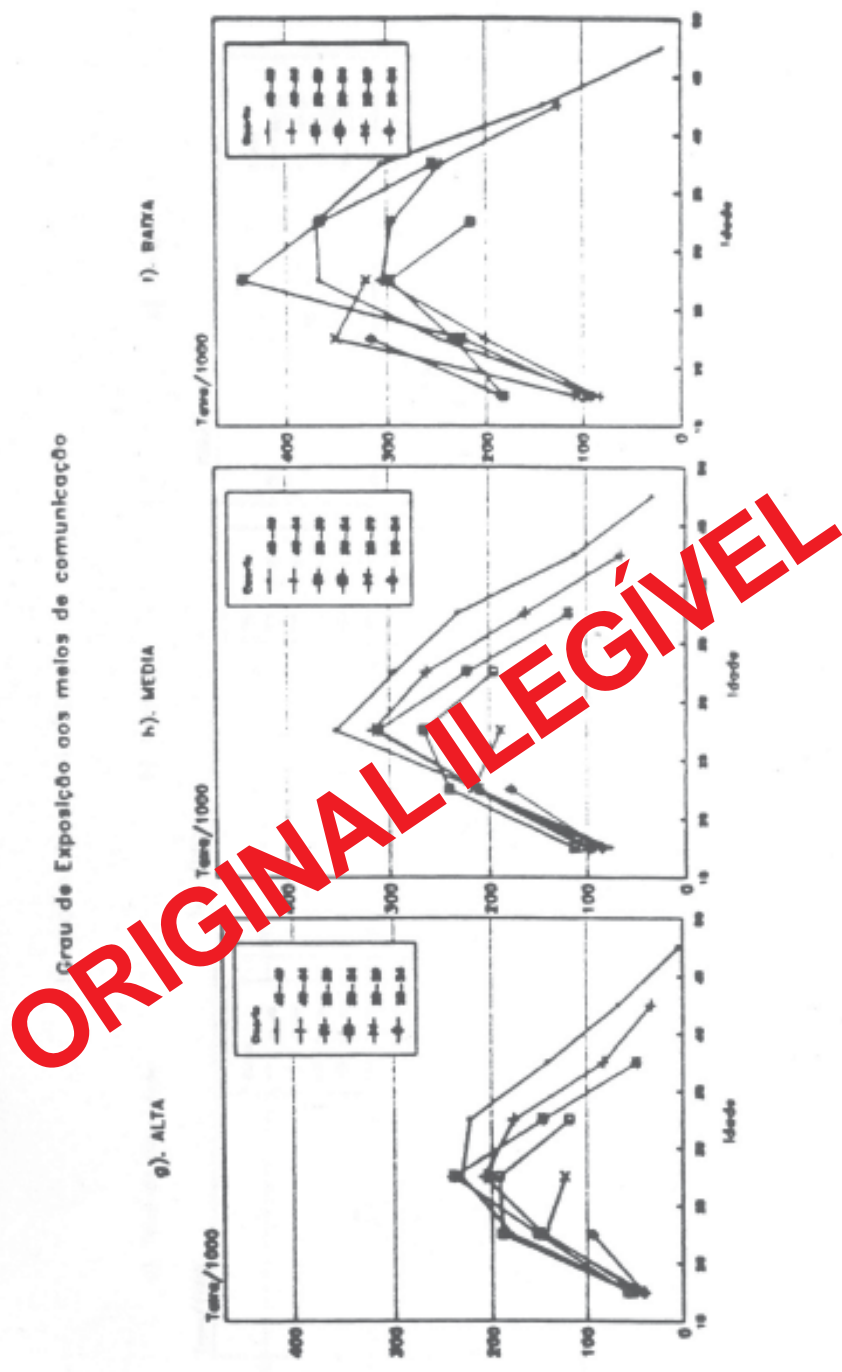
Fonte: DHS/BEMFAM - Nordeste/91

(Continua)

ORIGINAL ILEGÍVEL



Gráfico A.3 . Nordeste. 1991: Taxas de fecundidade por idade
Segundo coortes (com idade no momento da pesquisa) e:



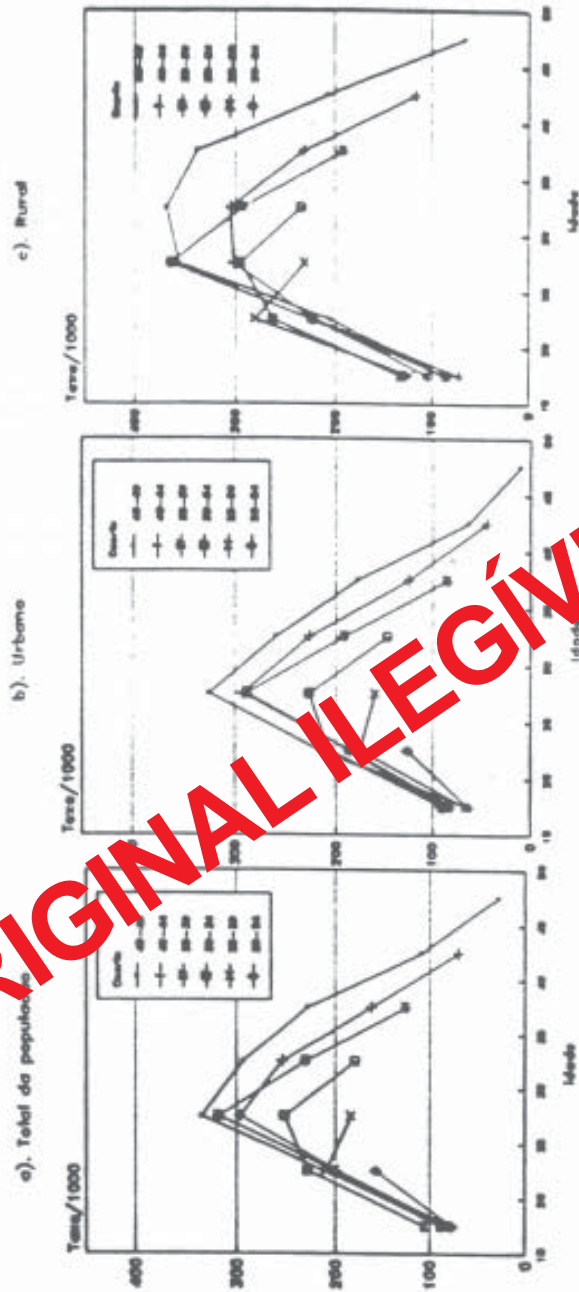
ORIGINAL ILEGÍVEL

Fonte: DHS/BEMFAM - Nordeste/91

(Continua)

Gráfico 3.4. Nordeste, 1991: Taxas de fecundidade por idade Segundo coortes (com idade no momento da pesquisa) e:

Situação do Domicílio



Fonte: DHS/BEMFAM - Nordeste/91

(Continua)

ORIGINAL ILEGÍVEL





Anexo II

Crescimento Demográfico dos Municípios e Microrregiões Nordestinas, por Estado em Ordem Decrescente, 1980-1991

Tabela 1 – Crescimento Demográfico dos Municípios do Nordeste, 1980-1991.

Tabela 2 – Crescimento Demográfico das Microrregiões do Nordeste, 1980-1991.

Mapa – Região Nordeste – Códigos das Microrregiões, 1990.



ESTADÍSTICA
Tabela 1: Crescimento Demográfico dos Municípios do Nordeste
1980-1991.

MUNICÍPIO	CODMUN	POP80	POP91	% Δ
71 210730 PACO DO LUBIAP	21007	53718	17708	10,81
71 210430 OCOFELIZ: YVAMA	21001	89333	11070	8,82
71 211170 SAO JOSE DE ribamar	21002	70993	32370	7,33
71 210290 CARUTAPERA	21007	37090	17854	3,44
71 210140 BALSAS	21070	41444	23700	3,26
71 210405 ESTREITO	21019	23034	13708	3,19
71 211005 SANTA LUZIA DO PARUA	21008	44388	27416	4,80
71 210005 ACALANDEA	21009	83801	30291	4,75
71 210530 IMPERATRIZ	21008	276440	189804	4,53
71 210340 COELHO NETO	21016	38315	24462	4,46
71 210260 CANDIDO MENDES	21007	32708	18985	4,43
71 211130 SAO LUIS	21002	885199	449437	4,05
71 210675 MIRANDA DO NORTE	21006	14254	8372	3,89
71 210670 LUIS DOMINGOS DO MARANHAO	21007	8157	6089	3,78
71 210095 ARARI	21011	33923	23176	3,57
71 210940 ROSARIO	21003	40913	28325	3,40
71 211270 TIMON	21017	107394	74401	3,39
71 211000 SANTA LUZIA	21008	116191	82600	3,15
71 210900 PORTO FRANCO	21019	37406	24400	3,11
71 211180 SITO NOVO	21011	13585	8650	2,96
71 210060 AMARANTE DO MARANHAO	21009	23004	15001	2,81
71 210270 CANTANHEI	21004	10788	7780	2,77
71 210050 ALTO PARNABA	21020	10741	7415	2,67
71 210010 AFONSO CUBA	21001	10757	7424	2,67
71 211240 TURBACU	21017	8007	5005	2,54
71 210990 SANTA INES	21008	4855	3049	2,47
71 210410 FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	21009	12433	7792	2,19
71 210550 JOAO LISBOA	21009	59237	41961	2,19
71 210420 FORTUNA	21012	15555	10263	2,18
71 210200 BOM JARDIM	21008	40437	27948	2,17
71 210590 LAGO VERDE	21010	13221	9047	2,14
71 211020 SANTA RITA	21001	21254	14929	2,09
71 211400 ZE DOCA	21008	57944	40517	2,02
71 211150 SAC MATIAS DO MARANHAO	21010	31117	21004	2,01
71 210690 MONCAO	21005	25233	20354	1,97
71 210700 MONTAURA	21009	19507	15753	1,96
71 210630 MARAHOA	21005	18318	15008	1,83
71 210200 SAO JOSE DO MARANHAO	21010	98875	81373	1,79
71 210140 SAO JOSE DO MARANHAO	21006	42868	35704	1,68
71 210180 ANAPURUS	21014	10256	8557	1,66
71 210130 BURETI BRAVO	21017	21140	17684	1,64
71 210850 PINHAO MIRIM	21006	31621	26464	1,63
71 211050 SAO BENTO	21005	28022	23509	1,61
71 211070 SAO DOMINGOS DO MARANHAO	21012	34364	28882	1,59
71 211200 TASSO FRAGOSO	21020	6188	5213	1,58
71 210160 BARRA DO CORDOA	21011	90894	76672	1,57
71 210130 BACURI	21001	22308	18854	1,54
71 210310 CEDRAL	21001	15112	12808	1,52
71 211260 URBANO SANTOS	21014	23392	19875	1,49
71 210840 PERI MIRIM	21005	13390	11390	1,48
71 210610 LORETO	21021	9455	8064	1,46
71 210480 GRAJAU	21011	54300	46368	1,45
71 210300 CAUBAS	21017	146780	125507	1,43
71 210100 ARARI	21005	24851	21317	1,40
71 210770 PARABAND	21018	15775	13550	1,39
71 210950 RACHAO	21020	28090	24226	1,35
71 211160 SAO RAFAEL DAS MANGABEIRAS	21021	14139	12316	1,26
71 211040 SAO BENEDITO DO RIO PRETO	21014	15052	13135	1,25
71 211010 SANTA QUITERIA DO MARANHAO	21013	20944	18336	1,22
71 210280 CAROLINA	21019	24691	21738	1,16
71 210870 RIO XI	21010	27410	24137	1,16
71 211210 TIBIRAS	21015	27929	20240	1,14
71 210350 COLINAS	21018	35193	31361	1,05
71 210830 PENALVA	21005	29192	26088	1,03
71 211110 SAO JOAO DOS PATOS	21018	25541	22894	1,00
71 210880 PRAIEIRAS	21006	18447	14775	0,98
71 210170 BARRERINHAS	21004	29482	26585	0,94
71 210150 BARRA DE GRAJAU	21018	13492	12185	0,93
71 210820 PRESIDENTE ASSIS JUNIOR	21003	6436	5815	0,93
71 210670 MIRADOR	21018	17081	15498	0,89
71 210760 PALMEIRANHA	21005	15577	14140	0,88
71 211300 VITORINO FREIRE	21008	30874	28206	0,83
71 210500 HUMBERTO DE CAMPOS	21004	20042	18324	0,82

ORIGINAL ILEGALÍVEL





21	211080	SÃO BERNARDEZ	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MORROS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETTI	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUIA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BONS	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELIX DE BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	2708	24710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21018	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO CAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARIBÁ	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	SÃO LUIS DOS REIS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210950	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIWA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELÂNIA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOÃO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSENHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENAÇÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLÂNDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL

27	220190 BOM JEAN	22010	18134	14370	2.10
27	220230 CARACI	22011	11816	9380	2.11
27	220770 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220900 CRISTALANDA DO PIAU	22012	3063	4837	1.83
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAU	22005	5200	4239	1.87
27	220370 CURIMATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18847	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAU	22014	8065	8667	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31053	25874	1.88
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.87
27	220480 IPIRANGA DO PIAU	22013	7510	6278	1.84
27	220590 MANOEL EMERIK	22008	6794	5684	1.83
27	220720 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.82
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.81
27	220760 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAU	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10040	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	34918	32094	1.55
27	220470 BARRA	22006	13177	11000	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8766	7304	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7200	6010	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3800	3323	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAU	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAU	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCELI ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAU	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAU	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAU	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.89
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.88
27	221050 SAO PEDRO DO PIAU	22005	11529	10702	0.88
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAU	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAU	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDO	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	28084	0.78
21	210710	MORROS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETT	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUIA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BON	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELI D BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5435	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	4708	4710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21010	1821	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22704	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO CAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARUAMA	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210250	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NINA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELANDA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOAO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSENHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLANDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEAN	22010	18134	14370	2.10
27	220190 CARACI	22011	11816	9380	2.11
27	220170 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220190 CRISTALANDA DO PIAU	22012	3063	4832	1.93
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220880 SAO BONCALO DO PIAU	22005	5200	4239	1.87
27	220170 CURIMATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18847	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAU	22014	8065	8662	1.75
27	220880 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31053	25824	1.88
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5052	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.87
27	220480 IPIRANGA DO PIAU	22013	7510	6278	1.84
27	220590 MANOEL EMEREC	22008	6794	5684	1.83
27	220120 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.82
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.81
27	220160 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAU	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10140	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	38918	32129	1.55
27	220470 BARRA	22006	13127	11127	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8126	7024	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	22127	18410	1.45
27	220040 ALTOS	22009	38127	33232	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAU	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAU	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCEU ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAU	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAU	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAU	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.89
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAU	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCISCOLOPEZ	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAU	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAU	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDE	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUCUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MOJOS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETT	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BONS	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELI D BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	4708	4710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21018	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22704	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO MAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARABANHA	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210950	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIÑA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELANDA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOAO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLANDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEAN	22010	18134	14370	2.10
27	220190 CARACCI	22011	11816	9380	2.11
27	220170 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220190 CRISTALANDA DO PIAU	22012	3063	4837	1.93
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAU	22005	5200	4239	1.87
27	220170 CURIMATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18047	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAU	22014	8065	8667	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31055	25824	1.80
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.67
27	220480 IPIRANGA DO PIAU	22013	7510	6278	1.64
27	220590 MANOEL EMERIC	22008	6794	5684	1.63
27	220120 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.62
27	220380 FLORIANC	22009	51445	43137	1.61
27	220160 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAU	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10040	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	38918	32094	1.55
27	220470 BARRA	22006	13177	11000	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8766	7304	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7200	6010	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3800	33232	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAU	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAU	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCEU ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAU	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAU	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAU	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.69
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAU	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAU	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAU	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDO	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MOJOS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETT	21007	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS Bons	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELI D BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	4708	4710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21018	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22704	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO MAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARUAMA	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210950	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YAMA	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NINA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELANIA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOAO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLANDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEJUS	22010	18134	14370	2.10
27	220230 CARACI	22011	11816	9380	2.11
27	220770 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220900 CRISTALANDIA DO PIAUI	22012	3063	4837	1.83
27	220170 LIBERAVANTERA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAUI	22005	5200	4239	1.87
27	220370 CURIMATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18047	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAUI	22014	8065	8667	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31055	25874	1.80
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.87
27	220480 IPIRANGA DO PIAUI	22013	7510	6278	1.84
27	220590 MANOEL EMEREC	22008	6794	5684	1.83
27	220720 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.82
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.81
27	220760 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAUI	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10040	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	34918	27000	1.55
27	220470 BARRA	22006	13170	10000	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	876	700	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7200	5410	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3800	3323	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAUI	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAUI	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 BARRA	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCEU ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAUI	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAUI	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAUI	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.89
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAUI	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAUI	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAUI	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDEZ	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MORROS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDRÉ	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETTI	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BRILJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'ÁGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BONOS	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELIX DE BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5435	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	4708	4710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21010	1821	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	18517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO CARVALHO	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARÉ	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARVALHOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210250	CAJARI	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIÑA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELÂNIA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOÃO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEUR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLÂNDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEAN	22010	18134	14370	2.10
27	220730 CARACCI	22011	11816	9380	2.11
27	220770 PARNABA	22002	177997	140181	2.07
27	220900 CRISTALANDA DO PIAUI	22012	3063	4837	1.93
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAUI	22005	5200	4239	1.87
27	220370 CURBATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18047	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAUI	22014	8065	8667	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31053	25874	1.80
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.67
27	220480 IPIRANGA DO PIAUI	22013	7510	6278	1.64
27	220590 MANOEL EMEREC	22008	6794	5684	1.63
27	220720 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.62
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.61
27	220760 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAUI	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10040	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	38918	32094	1.55
27	220470 BARRA	22006	13177	11000	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8766	7304	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7200	6010	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3800	3323	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAUI	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAUI	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCEU ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAUI	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAUI	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAUI	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.69
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAUI	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAUI	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAUI	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDO	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MORROS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETT	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUIA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BON	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8008	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELI D BALSAS	21021	6249	5993	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50533	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	2708	24710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21018	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	18517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO MAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARUAMA	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210950	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIWA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELANDA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOAO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLANDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEAN	22010	18134	14370	2.10
27	220730 CARACI	22011	11816	9380	2.11
27	220770 PARNABA	22002	177997	140181	2.07
27	220900 CRISTALANDA DO PIAU	22012	3063	4832	1.83
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAU	22005	5200	4239	1.87
27	220370 CURBATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18847	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAU	22014	8065	8662	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31053	25824	1.88
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5052	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.87
27	220480 IPIRANGA DO PIAU	22013	7510	6278	1.84
27	220590 MANOEL EMERIC	22008	6794	5684	1.83
27	220720 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.82
27	220380 FLORIANC	22009	51445	43137	1.81
27	220760 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAU	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10040	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	38918	32094	1.55
27	220470 BURLINA	22006	13127	11000	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8766	7304	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7200	6010	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3800	3232	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAU	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAU	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCEU ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAU	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAU	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAU	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.89
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAU	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAU	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAU	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDEZ	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MOJOS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETTI	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BRILJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BONS	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELIPE DE BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	4708	4710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21010	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO CAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARÉ	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210250	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIWA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELÂNIA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOÃO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLÂNDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEJUS	22010	18134	14370	2.10
27	220190 CARACCI	22011	11816	9380	2.11
27	220170 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220190 CRISTALANDA DO PIAUI	22012	3063	4837	1.93
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220880 SAO BONCALO DO PIAUI	22005	5200	4239	1.87
27	220170 CURIMATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22189	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	9729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18847	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAUI	22014	8065	8667	1.75
27	220880 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31053	25824	1.88
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.67
27	220480 IPIRANGA DO PIAUI	22013	7510	6278	1.64
27	220590 MANOEL EMEREC	22008	6794	5684	1.63
27	220120 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.62
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.61
27	220160 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAUI	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10040	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	38918	32094	1.55
27	220470 BARRA	22006	13177	11000	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8764	7304	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7200	6010	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3800	3232	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAUI	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAUI	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCELI ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSIEHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAUI	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAUI	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAUI	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.69
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAUI	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAUI	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAUI	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDEZ	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	28084	0.78
21	210710	MOZIOS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDRÉ	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETTI	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MATÕES	21012	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'ÁGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BOIS	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELIX DE BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	2708	24710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21010	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	1936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO CARVALHO	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARÉ	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARVALHOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210250	CAJARI	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIWA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELÂNIA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOÃO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEUR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENAÇÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLÂNDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEAN	22010	18134	14370	2.10
27	220230 CARACI	22011	11816	9380	2.11
27	220770 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220900 CRISTALANDA DO PIAUI	22012	3063	4837	1.83
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAUI	22005	5200	4239	1.87
27	220370 CURIMATA	22012	12811	10476	1.85
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18847	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAUI	22014	8065	8667	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31055	25824	1.88
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.87
27	220480 IPIRANGA DO PIAUI	22013	7510	6278	1.84
27	220590 MANOEL EMEREC	22008	6794	5684	1.83
27	220720 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.82
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.81
27	220760 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAUI	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10140	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	38918	32129	1.55
27	220470 BARRA	22006	13177	11121	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8156	7014	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7212	6410	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3812	33232	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAUI	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAUI	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 PAES LANDEIN	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCELI ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSENHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAUI	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAUI	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAUI	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.89
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.68
27	221050 SAO PEDRO DO PIAUI	22005	11529	10702	0.68
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAUI	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAUI	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDO	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	38084	0.78
21	210710	MOJOS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETT	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS Bons	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELI D BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	2708	24710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21018	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO MAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARÉ	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210250	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YAMA	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIWA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELÂNDIA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOAO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLÂNDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



27	220190 BOM JEJUS	22010	18134	14370	2.10
27	220730 CARACI	22011	11816	9380	2.11
27	220770 PARNAMBA	22002	177997	140181	2.07
27	220900 CRISTALANDA DO PIAU	22012	3063	4837	1.83
27	220170 LIBERANTINA	22001	33030	29127	1.93
27	220980 SAO BONCALO DO PIAU	22005	5200	4239	1.87
27	220370 CURIMATA	22012	12811	10476	1.83
27	220870 RIO B	22014	18084	13180	1.83
27	221070 BOMOL	22015	22180	18201	1.81
27	221030 SAO JULIAO	22014	8729	7998	1.80
27	220880 RE-GENERACAO	22005	20538	18047	1.77
27	220025 ALAGONHA DO PIAU	22014	8063	8667	1.75
27	220800 PICOS	22013	78433	64880	1.74
27	220820 SANTA FLORENTINA	22007	5613	4661	1.70
27	220200 BURITI DOS LOPEZ	22002	31053	25874	1.80
27	220340 DOM EXPEDITO LOPEZ	22013	5057	4208	1.88
27	220890 RIBEIRO GONCAL VLS	22007	11925	9934	1.87
27	220480 IPIRANGA DO PIAU	22013	7510	6278	1.84
27	220590 MANOEL EMEREC	22008	6794	5684	1.83
27	220720 PADRE MARCOS	22015	18791	15741	1.82
27	220380 FLORIANAC	22009	51445	43137	1.81
27	220760 PARNAGUA	22012	12674	10651	1.59
27	220660 MONTI ALEGRE DO PIAU	22010	9445	7957	1.57
27	220110 AVELINO LOPEZ	22012	12017	10140	1.56
27	220780 PAULISTANA	22015	34918	32794	1.53
27	220470 BARRA	22006	13177	11167	1.52
27	220170 BERTOLINA	22009	8764	7374	1.50
27	220330 DEMERVAL LOBAO	22005	7272	6410	1.45
27	220040 ALTOS	22009	3876	33232	1.44
27	220345 DOM INOCCENCIO	22011	8988	7692	1.43
27	220100 ARRAMA	22005	5464	4687	1.40
27	221020 SAO JOSE DO PIAU	22015	6540	5613	1.40
27	221080 SIMPLICIO MENDES	22015	13447	11544	1.40
27	220520 JAICOS	22015	28703	24683	1.38
27	220550 JOSE DE FREITAS	22003	29459	25370	1.37
27	220290 CORRENTE	22012	24963	21548	1.35
27	220342 DOMINGOS MOURAO	22004	4286	3703	1.34
27	220850 PORTO	22001	14295	12403	1.30
27	220060 ANGICAL DO PIAU	22005	6131	5327	1.29
27	220120 BARRA	22001	50176	43677	1.27
27	220840 BARRA	22001	63121	55093	1.24
27	220100 BARRA	22010	9957	8692	1.24
27	220100 BARRA DE CAMPOS	22004	10153	8864	1.24
27	220100 BARRA GRANDE	22005	16503	14521	1.17
27	220100 BARRA	22015	5427	4797	1.13
27	220140 VARZEIA GRANDE	22006	8077	7150	1.11
27	220790 PEDRO II	22004	43809	38811	1.11
27	220570 LUIS CORREIA	22002	28828	25617	1.08
27	220450 GUADALUPE	22009	9618	8586	1.04
27	220810 PIMENTEIRAS	22006	10588	9461	1.08
27	220070 AMESIO DE ABREU	22011	10881	9293	1.01
27	220410 FRANCISCO AYRES	22005	5024	4503	1.00
27	220335 DIRCELI ARCOVERDE	22011	10849	9835	0.98
27	220270 COCAL	22002	26992	24303	0.96
27	220985 SAO JOAO DA CAMARAVA	22013	6839	6158	0.96
27	220280 CONCEICAO DO CAMINDE	22015	7633	6873	0.96
27	220640 MONSIEHOR GIL	22003	10862	9929	0.92
27	221000 SAO JOAO DO PIAU	22015	38190	34553	0.91
27	220610 MATIAS OLIMPIO	22001	11940	10807	0.91
27	221060 SAO RAMUNDO NONATO	22011	44258	40194	0.88
27	221130 VALENCA DO PIAU	22006	20588	18717	0.87
27	220680 NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	22001	6074	5527	0.86
27	220490 ISAIAS COELHO	22015	7618	6938	0.85
27	220700 OBRAS	22013	51891	47315	0.84
27	221090 SOCORRO DO PIAU	22015	5267	4804	0.84
27	221120 URUCUI	22007	15929	14546	0.83
27	220020 AGUA BRANCA	22005	16189	15005	0.89
27	220510 ITALERIA	22009	11008	10216	0.88
27	221050 SAO PEDRO DO PIAU	22005	11529	10702	0.88
27	221010 SAO JOSE DO PEDE	22009	5927	5553	0.59
27	220220 CAMPO MAIOR	22004	72238	67700	0.59
27	220230 CANTO DO BURITI	22011	27197	25528	0.58
27	220830 PIRACURICA	22002	31158	29399	0.53
27	220400 FRANCINOPOLIS	22006	5311	5021	0.51
27	220900 RIO GRANDE DO PIAU	22009	8794	8311	0.46
27	220580 LUZLANDIA	22001	36030	34264	0.46
27	220670 NAZARE DO PIAU	22009	7837	7499	0.40

ORIGINAL ILEGAL





21	211080	SÃO BERNARDO	21013	24963	22512	0.81
21	211230	TUTUM	21004	48747	28611	0.80
21	210370	CURURUPU	21001	41427	28084	0.78
21	210710	MORROS	21003	18608	17701	0.77
21	210320	CHAPADINHA	21014	38853	37838	0.70
21	210810	PRESIDENTE DUTRA	21012	42773	38763	0.67
21	210640	MATA ROMA	21014	10621	9904	0.64
21	210380	DOM PEDR	21012	18712	18307	0.58
21	210180	BENEDITO LETT	21001	8871	8440	0.56
21	210210	BREJE	21014	27162	25555	0.56
21	210660	MAYOES	21017	25234	23773	0.54
21	210510	ICATU	21003	20675	19498	0.53
21	210740	OLMO D'AGUA DAS CUBHAS	21010	18244	15826	0.53
21	210020	ALCANTARA	21001	19620	18515	0.53
21	210470	GRACA ARANHA	21012	5894	5577	0.50
21	210180	BEQUIMAO	21001	21325	20189	0.50
21	210800	PASTOS BON	21018	14014	13288	0.48
21	210360	CORCATA	21015	70349	66916	0.46
21	210680	MIRINZA	21001	16889	16064	0.45
21	210780	PASSAGEM FRANCA	21018	22681	21601	0.44
21	210940	PRIMEIRA CRUZ	21004	18418	17573	0.43
21	210110	AJUDA	21003	8333	8908	0.42
21	210570	LAGO DA PEDRA	21008	46887	44810	0.41
21	210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	21012	22778	21993	0.40
21	211080	SÃO FELI D BALSAS	21021	6249	5908	0.38
21	210820	PEDREIRAS	21010	50534	47534	0.37
21	210970	SAMBABA	21021	5713	5433	0.36
21	211230	TUNTUM	21011	2708	24710	0.35
21	210580	LAGO DO JUNCO	21010	1871	18538	0.34
21	210730	NOVA IORQUE	21018	4936	4768	0.32
21	210220	BURITI	21014	22871	22158	0.29
21	210810	PAULO RAMOS	21014	22014	26270	0.25
21	210030	ALDEIAS ALTAS	21016	19517	18995	0.25
21	210330	COCO	21015	111679	108965	0.22
21	210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	21013	11504	11241	0.21
21	211190	SUCUPIRA DO NORTE	21018	10404	10196	0.18
21	210070	ANAJATUBA	21005	19526	19195	0.16
21	210240	CAJARI	21001	12357	12290	0.05
21	211290	VITORIA DO MAR	21005	50314	50409	-0.02
21	210490	GURUPI	21001	12375	12408	-0.02
21	210090	ARARUAMA	21013	44031	44353	-0.07
21	210810	PROFESSOR FARGAS	21006	7845	7930	-0.10
21	210810	LAGO DOS CARLOS	21010	12397	12554	-0.11
21	210810	LAGO GRANDE	21006	32927	33370	-0.12
21	211110	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	21018	12924	13198	-0.19
21	210950	CAJAR	21005	16020	16511	-0.27
21	211280	YANÁ	21005	42079	43482	-0.30
21	211170	SÃO VICENTE FERRER	21005	18412	19155	-0.36
21	210720	NIWA RODRIGUES	21006	7644	8042	-0.46
21	210390	DUQUE BACELAR	21016	7538	7965	-0.50
21	210520	IGARAPE GRANDE	21010	14812	15940	-0.66
21	210560	JOSELANDA	21011	15262	16486	-0.70
21	211140	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO	21010	26115	28587	-0.82
21	210780	PARHARAMA	21017	31321	35284	-1.08
21	210440	GONCALVES DIAS	21012	16517	18619	-1.08
21	211100	SÃO JOAO BATISTA	21005	20448	23057	-1.09
21	210450	GOVERNADOR ARCHER	21012	10277	12049	-1.44
21	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	21008	20021	24723	-1.90
21	211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	21010	17612	21871	-1.95
21	210980	SANTA HELENA	21005	26447	33023	-2.00
21	210400	ESPERANTINOPOLIS	21010	30578	42963	-3.04
21	210890	POCAO DE PEDRAS	21010	24481	35845	-3.41
PIAUI						
22	221100	TERESINA	22003	598411	377774	4.27
22	220080	ANTONIO ALMEIDA	22008	4911	3393	3.42
22	220420	FRANCISCO SANTOS	22014	7038	4917	3.31
22	220600	MARCOS PARENTE	22008	4416	3185	3.02
22	220130	BARREIRAS DO PIAUI	22010	4052	2954	2.91
22	220650	MONSIEHOR HIPOLITO	22014	6276	4639	2.79
22	220360	EISEU MARTINS	22008	8750	6518	2.71
22	220310	CRISTINO CASTRO	22010	11030	8513	2.38
22	220870	REDENCÃO DO GURGUEIA	22010	6871	5320	2.35
22	220010	AGRICOLANDIA	22005	5722	4471	2.27
22	220860	PRATA DO PIAUI	22006	2713	2126	2.24
22	220140	BAIRRO DURO	22005	8453	6689	2.15
22	220460	HUGO NAPOLEAO	22005	3631	2876	2.14

ORIGINAL ILEGAL



Tabela 2: Crescimento Demográfico das Microrregiões do Nordeste,
1980-1991.

ESTADO	MICROREGIÃO	1980	1991	% 80-91
MARANHÃO				
21	21007 GURUPI	141388	88064	4.73
21	21007 AGLOMERACAO URBANA DE SAO LUIS	818810	888881	4.81
21	21009 IMPERATRIZ	488044	384818	4.88
21	21020 GERAIS DE BALSAZ	88296	80880	3.22
21	21018 PORTO FRANCO	80133	88080	2.87
21	21018 COELHO NETO	71184	84848	2.88
21	21008 PINDARE	482081	388408	1.88
21	21003 ROSARIO	117220	88878	1.77
21	21017 CAXIAS	831818	278881	1.87
21	21011 ALTO MEARI E GRAJAU	344188	207282	1.80
21	21008 ITAPECURU-MIRIM	148303	138438	1.27
21	21021 CHAPADAS DAS MANGABEIRAS	88884	80118	1.17
21	21014 CHAPADINHA	188208	181822	0.83
21	21004 LENÇÓIS MARANHENSES	111184	102083	0.78
21	21018 CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU	172081	188838	0.78
21	21001 LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE	181388	148222	0.72
21	21012 PRESIDENTE DUTRA	187870	187458	0.58
21	21005 BAIXADA MARANHENSE	430288	408278	0.58
21	21013 BAIXO PARNABA MARANHENSE	101184	88502	0.43
21	21018 CODO	204857	188121	0.40
21	21010 MEDIO MEARI	382840	381182	0.28
PIAUÍ				
22	22003 TERESINA	748288	811082	3.48
22	22008 BERTOLINA	88282	81137	1.88
22	22014 PIO IX	88282	42887	1.78
22	22010 ALTO MEDIO GURGUEJA	88282	88388	1.77
22	22012 CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE	88282	87847	1.57
22	22007 LITORAL PIAUIENSE	248028	207324	1.87
22	22013 PICOS	188858	147888	1.28
22	22007 ALTO PARNABA PIAUIENSE	33887	28141	1.27
22	22008 MEDIO PARNABA PIAUIENSE	118881	102523	1.13
22	22015 ALTO MEDIO CANINICAL	228882	201150	1.08
22	22001 BAIXO PARNABA PIAUIENSE	282188	283018	1.00
22	22011 SAO RAMUNDO PIAUIENSE	113888	101831	0.88
22	22008 FLORIANÓPOLIS	113308	103874	0.87
22	22008 VALSILEM	88738	83042	0.84
22	22004 CAPIBANHA	208848	187283	0.44
CEARÁ				
23	23017 PARAÍBUS	50031	32383	4.03
23	23017 PORTALEZA	2303848	1880888	3.48
23	23008 BAIXO CURU	70008	83283	2.51
23	23001 LITORAL DE CAMOCIM E ACARAU	274704	22487	1.84
23	23014 CHOROZINHO	50213	41818	1.72
23	23002 BHAPABA	223888	188830	1.72
23	23022 LITORAL DE ARACATI	80072	88447	1.71
23	23033 BREJO SANTO	78128	87008	1.82
23	23032 CARIRI	387118	388834	1.88
23	23018 CASCAVEL	88888	83142	1.28
23	23008 ITAPIPOCA	138744	123237	1.08
23	23010 URUBURETAMA	72423	84882	1.00
23	23023 BAIXO JAGUARIBE	280108	224788	0.88
23	23028 IGUAU	188883	177152	0.88
23	23008 SOBRAL	278277	283802	0.88
23	23011 MEDIOCURU	88738	88217	0.81
23	23024 MEDIO JAGUARIBE	87888	83888	0.81
23	23027 VARZEA ALEGRE	88183	80488	0.82
23	23029 CHAPADA DO ARARIPE	81008	77210	0.44
23	23008 IPU	122081	118882	0.42
23	23013 BATURITE	188388	148870	0.88
23	23020 SERTAO DE INHAMUNS	128380	124810	0.84
23	23012 CANINDE	88270	88713	0.84
23	23018 SERTAO DE QUixerAMOBIM	217812	212808	0.84
23	23031 BARRO	80888	78848	0.13
23	23018 SERTAO DE CRATEUS	224788	222782	0.08
23	23028 LAVRAS DA MANGABEIRA	88381	88130	0.04
23	23030 CARIRACU	48488	48738	-0.23
23	23003 COREAU	48802	48040	-0.28
23	23007 SANTA QUITERIA	87317	88843	-0.38
23	23004 MERUOCA	18088	18824	-0.38
23	23028 SERRA DO PEREIRO	41008	42878	-0.38
23	23021 SERTAO DE SENADOR POMPEU	204888	213818	-0.38
RIO GRANDE DO NORTE				
24	24018 NATAL	884887	482048	3.88
24	24001 MOSSORO	248871	174483	3.17
24	24017 MACAIBA	182818	132881	2.88
24	24018 LITORAL SUL	102888	78288	2.32

ORIGINAL ILEGÍVEL





34	34019	LITORAL NORDESTE	81283	48120	3,03
34	34004	VALE DO AÇU	111788	88813	1,83
34	34011	SERIDO OCIDENTAL	80744	87078	1,70
34	34008	MACAÚ	42388	38888	1,86
34	34006	SERRA DE SÃO MIGUEL	84743	47288	1,84
34	34008	PAU DOS FERROS	107010	88188	1,88
34	34013	SADIA VERDE	80181	44088	1,18
34	34018	AGRESTE POTIGUAR	182387	180783	1,18
34	34002	CHAPADA DO APODI	87887	80128	1,11
34	34008	ANGICOS	83134	47388	1,08
34	34012	SERIDO ORIENTAL	108781	88080	1,03
34	34010	SERRA DE SANTANA	88918	80808	0,91
34	34014	BORBOREMA POTIGUAR	128848	112818	0,83
34	34003	MÉDIO OESTE	34420	32188	0,82
34	34007	UMARIZAL	88182	70110	-0,83

PARAIBA

25	25022	JOÃO PESSOA	718058	488780	3,83
25	25023	LITORAL SUL	84384	48818	2,82
25	25017	CAMPINA GRANDE	424508	338215	2,17
25	25014	ESPERANÇA	48278	38703	1,40
25	25020	LITORAL NORTE	118131	102777	1,35
25	25004	PATOS	107747	88444	1,01
25	25021	SAPE	118284	108840	1,00
25	25007	SERRA DO TEIXEIRA	107188	88378	0,78
25	25006	SERIDO ORIENTAL PARAIBANO	83093	888	0,82
25	25012	CURUMATAU OCIDENTAL	103292	8834	0,82
25	25011	CARURU ORIENTAL	88171	888	0,58
25	25018	GUARABIRA	15888	802	0,43
25	25002	CAJAZEIRAS	15188	1388	0,43
25	25001	CATOLÉ DO ROCHA	12802	101388	0,41
25	25018	UMBUZEIRO	10888	58852	0,35
25	25018	ITABAIANA	10881	108018	0,34
25	25008	ITAPORANGA	83582	80807	0,29
25	25008	SERIDO OCIDENTAL PARAIBANO	38253	38388	0,22
25	25003	BOUSA	171922	188117	0,20
25	25005	PIANCO	78230	74784	0,06
25	25013	CURUMATAU ORIENTAL	88554	88515	0,00
25	25015	BREJO PARAIBANO	125380	127887	-0,17
25	25010	CARURU OCIDENTAL	110827	114721	-0,31

PERNAMBUCO

26	26005	PELOTEADO	272245	172836	4,22
26	26006	YANAGUANA	107713	81501	2,57
26	26009	SERIDO DE NORONHA	1888	1278	2,54
26	26007	REIFE	2836782	2181488	1,82
26	26006	ALTO CAPIBARIBE	177810	148423	1,77
26	26008	SUAPE	172158	143813	1,86
26	26008	VALE DO IPOJUCA	883210	871136	1,37
26	26004	SERTÃO DO MOXOTO	178890	154857	1,31
26	26001	ARARIPINA	282482	218740	1,27
26	26002	SALGUEIRO	145888	128338	1,11
26	26013	MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA	485834	423348	0,87
26	26008	ITAPARICA	108852	88039	0,86
26	26014	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	181104	188088	0,85
26	26015	MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA	484288	448847	0,73
26	26003	PAJEU	288970	277807	0,80
26	26011	GARANHUNS	385327	387818	0,42
26	26007	VALE DO IPANEMA	154488	148808	0,28
26	26010	MÉDIO CAPIBARIBE	234818	230381	0,17
26	26012	BREJO PERNAMBUCANO	202537	200748	0,08

ALAGOAS

27	27002	ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	82128	38782	4,88
27	27011	MACEIO	774815	514871	3,78
27	27013	PENEDO	110111	84421	2,44
27	27012	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	212234	188218	2,08
27	27010	LITORAL NORTE ALAGOANO	52187	45146	1,32
27	27004	BATALHA	78424	87884	1,31
27	27006	ARAPIRACA	291241	258180	1,10
27	27008	MATA ALAGOANA	288048	258888	0,88
27	27003	SANTANA DO IPANEMA	145871	131229	0,87
27	27001	SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO	88338	78848	0,71
27	27005	PALMEIRA DOS INDIOS	177380	184088	0,71
27	27007	TRAÍPI	33332	31244	0,58
27	27008	SERRANA DOS QUILOMBOS	142831	140078	0,18

BERGÍPE

28	28011	ARACAUJ	829428	338882	4,14
28	28013	ESTANÇIA	885873	88178	2,88
28	28010	BADJO COTINGUBA	88387	48725	2,85
28	28012	BOQUIM	125838	88588	2,23

ORIGINAL ILEGAL



29	29009	JAPARATUBA	41990	88488	2,09
29	29004	ADRETE DE ITABAIANA	130874	86478	1,89
29	29006	TOBIAS BARRETO	87487	72184	1,79
29	29008	ADRETE DE LADARTO	89543	78800	1,81
29	29001	BEROPANA DO BERTAO DO SAO FRANCISC	118027	101043	1,02
29	29008	COTINGUBA	87346	83640	0,99
29	29007	PROFUGA	73288	70807	0,96
29	29002	CARURA	84788	81081	0,94
29	29003	NOSSA SENHORA DAS DORES	81861	48840	0,58
BAHIA					
29	29001	BARREIRAS	184218	88309	4,89
29	29013	JEREMOABO	88848	86354	3,49
29	29021	SALVADOR	3483224	1700482	2,08
29	29008	SENHOR DO BONFIM	294883	260000	3,11
29	29018	BERRINHA	88448	300000	2,81
29	29007	BOM JESUS DA LAPA	112000	112000	2,49
29	29010	JACOBINA	55000	55029	2,43
29	29009	IREDE	25000	259582	2,40
29	29030	VALENCA	175000	175111	2,39
29	29020	SEABRA	184071	184071	2,17
29	29006	BARRA	148937	118025	2,06
29	29014	EUCLIDES DA CUNHA	275120	220884	2,02
29	29002	COTEGIPE	110881	80453	1,87
29	29028	GUANAMBI	338192	278721	1,77
29	29031	ILHEUS-ITABUNA	1129070	803811	1,74
29	29018	ENTRE RIOS	81521	87491	1,74
29	29012	FEIRA DE SANTANA	801219	863186	1,73
29	29017	ALAGOINHAS	245492	203503	1,72
29	29028	VITÓRIA DA CONQUISTA	525458	439002	1,85
29	29024	ESPIRITO SANTO	491817	412679	1,80
29	29004	ALAGOINHAS	342518	287715	1,80
29	29015	PIUNHA DO POMBAL	278472	232441	1,56
29	29001	PORTO SEGURO	489183	422851	1,52
29	29002	BOQUIRA	170449	145114	1,47
29	29025	LIVRAMENTO DO BRUMADO	86025	73391	1,45
29	29027	BRUMADO	237520	202823	1,45
29	29005	PAULO AFONSO	131509	113005	1,39
29	29019	CATU	1573707	153356	1,14
29	29003	SANTA MARIA DA VITORIA	174896	156098	1,04
29	29011	ITABERABA	250045	223249	1,04
29	29020	SANTO ANTONIO DE JESUS	464102	418863	0,94
29	29029	ITAPETINGA	178644	169143	0,55

ORIGINAL ILEGÍVEL



REGIAO NORDESTE

CODIGOS DAS MICRORREGIOES -1990



FONTE: DIVISAO TERRITORIAL DO BRASIL 1990, IBGE
CONVENIO ISPN - GIP RECLUS - ORSTOM



Anexo III

Projeções da População Nordestina até o Ano 2020, por Idade e Sexo, Provável e Máxima

Gráfico Nordeste, 1990 e 2020: Distribuição Relativa da População, segundo Sexo e idade.

Tabela A3.1 – Nordeste – 1990: População Estimada segundo Censo de 1991, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).

Tabela A3.2 – Nordeste – 2000: População Projetada Provável, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).

Tabela A3.3 – Nordeste – 2010: População Projetada Provável, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).

Tabela A3.4 – Nordeste – 2020: População Projetada Provável, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).

Tabela A3.5 – Nordeste – 2000: População Projetada Considerada Máxima, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).

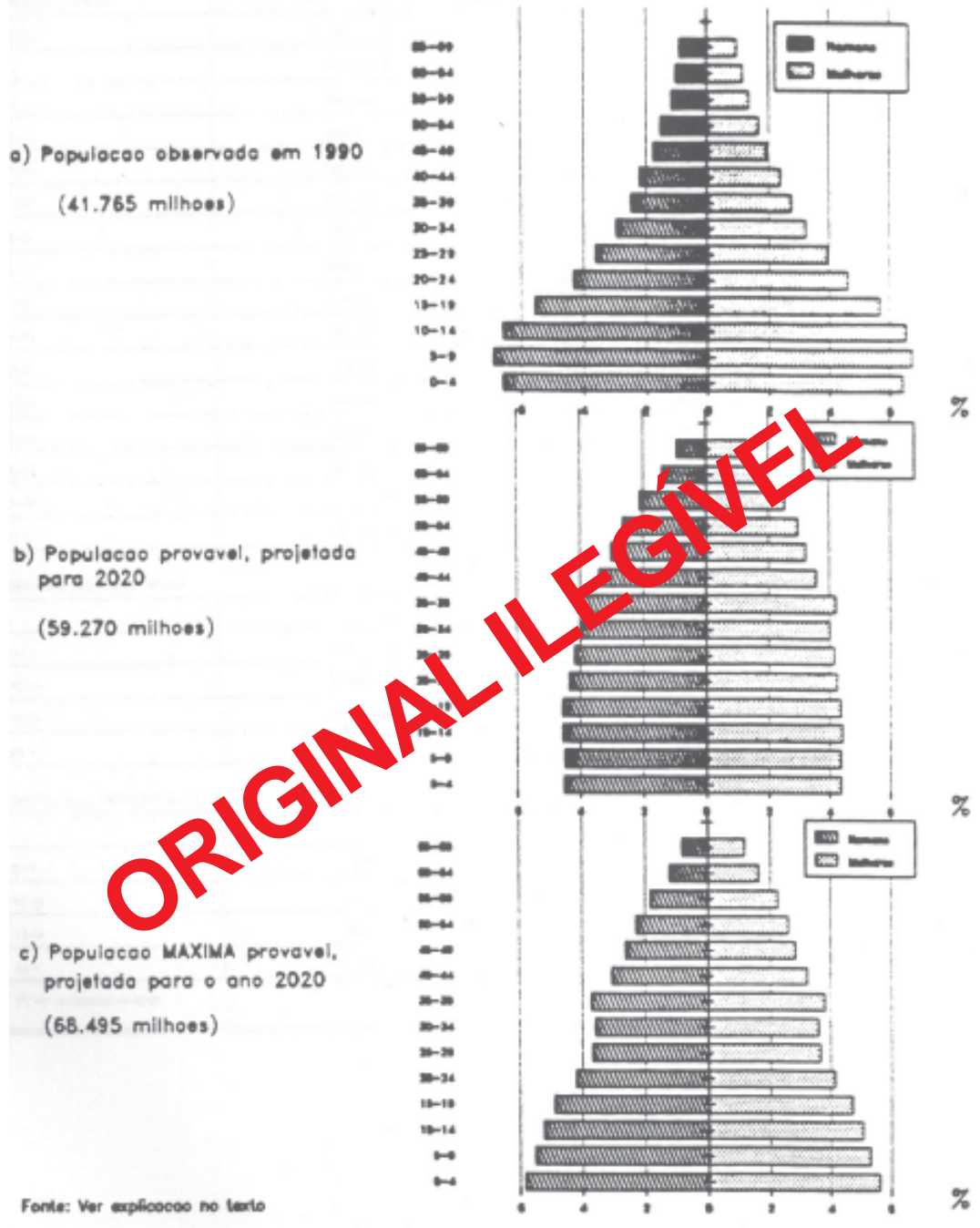
Tabela A3.6 – Nordeste – 2010: População Projetada Considerada como Máxima, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).

Tabela A3.7 – Nordeste – 2020: População Projetada Considerada como Máxima, por Sexo e Grupos de Idade (em miles).





Gráfico - Nordeste, 1990 e 2020: Distribuição relativa da população, segundo sexo e idade



ORIGINAL ILEGÍVEL



TABELA A3.1
NORDESTE - 1980 POPULAÇÃO ESTIMADA SEGUNDO O CENSO DE 1981 (*)
POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILES)

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	41786,38	20425,79	21339,88
0-4	8440,28	2747,54	2892,73
5-9	8891,48	2874,03	2817,48
10-14	8485,47	2744,22	2741,25
15-19	4891,07	2320,41	2370,86
20-24	3729,76	1801,75	1928,01
25-29	3152,56	1506,19	1646,37
30-34	2583,43	1234,06	1349,37
35-39	2186,10	1031,37	1154,74
40-44	1916,92	918,97	997,95
45-49	1526,79	728,18	798,61
50-54	1324,44	629,12	695,32
55-59	1046,32	484,14	562,18
60-64	911,11	425,80	485,51
65-69	779,32	374,22	405,10
70 +	1300,31	605,99	694,31
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	18617,24	8365,80	8251,44
15-49	19786,53	9540,92	10245,70
15-64	23068,49	11079,78	11988,71
64 +	2990,73	1405,81	1584,92
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	36,79	20,03	19,76
15-49	47,38	22,84	24,53
15-64	55,23	26,53	28,70
64 +	7,16	3,37	3,79
(*) Ver explicação no texto			



TABELA A3.2			
NORDESTE - 2000: POPULAÇÃO PROJETADA PROVÁVEL (*)			
POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILHES.)			
GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	48821,46	26880,67	23120,78
0-4	6780,42	3148,33	2832,10
5-9	6712,89	3111,93	2800,78
10-14	6677,23	3039,14	2638,09
15-19	5798,73	3159,52	2639,21
20-24	4892,85	2513,49	2179,35
25-29	4122,38	2190,33	1832,05
30-34	3816,70	1992,84	1823,86
35-39	3295,10	1687,63	1607,47
40-44	2490,76	1238,79	1251,97
45-49	1925,29	951,54	973,75
50-54	1575,73	772,00	803,73
55-59	1259,59	610,42	649,17
60-64	1043,67	502,70	540,97
65-69	709,57	323,16	386,41
70 +	1020,73	448,84	571,89
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	17070,36	9299,40	7770,96
15-49	26141,81	13734,15	12407,66
15-64	30020,80	15619,27	14401,54
64 +	2773,97	1274,70	1499,27
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	35,19	19,17	16,02
15-49	53,86	28,31	25,58
15-64	61,88	32,20	29,69
64 +	5,72	2,63	3,09
(*) Ver explicação no texto			

TABELA A33
NORDESTE - 2010: POPULAÇÃO PROJETADA PROVÁVEL (*)
POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILHES)

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	84834,46	28894,71	27939,78
0-4	8433,86	2784,83	2868,83
5-9	8452,86	2784,83	2868,03
10-14	8529,86	2803,23	2728,43
15-19	8452,86	2784,83	2868,03
20-24	5049,86	2534,43	2515,23
25-29	5242,20	2831,77	2810,42
30-34	4324,03	2124,09	2199,95
35-39	3888,87	1886,51	1972,37
40-44	3803,36	1725,82	1877,54
45-49	3091,30	1441,34	1649,96
50-54	2275,81	1024,11	1251,69
55-59	1706,86	758,60	948,25
60-64	1308,59	588,95	739,64
65-69	957,22	398,27	588,95
70 +	1327,55	480,09	834,46
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	16416,18	8332,86	8083,29
15-49	30632,28	15118,79	15513,49
15-64	36823,54	17470,46	18453,08
64 +	3803,36	1480,31	2143,05
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	30,27	15,36	14,90
15-49	56,47	27,87	28,60
15-64	86,23	32,21	34,02
64 +	6,64	2,69	3,95
(*) Ver explicação no texto			



TABELA A3.4
NORDESTE - 2020, POPULAÇÃO PROJETADA PROVÁVEL (*)
POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILHES)

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	88270,46	28932,81	30337,64
0-4	8225,56	2866,28	2670,29
5-9	8204,31	2834,02	2670,29
10-14	8288,04	2878,50	2891,53
15-19	8248,79	2878,50	2670,29
20-24	8055,82	2549,05	2506,57
25-29	4885,88	2442,84	2442,84
30-34	4673,26	2315,36	2357,87
35-39	4671,72	2384,77	2476,96
40-44	4104,89	1989,72	2104,97
45-49	3862,65	1788,18	1884,47
50-54	3304,80	1557,88	1747,13
55-59	2736,46	1241,93	1484,53
60-64	1915,52	820,94	1094,58
65-69	1347,18	547,29	799,89
70 +	1788,18	862,54	1115,63
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	15897,90	7965,78	7732,12
15-49	32500,41	16146,45	16353,96
15-64	40457,20	19767,00	20690,20
64 +	5030,88	2020,77	3010,11
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	26,65	13,52	13,13
15-49	56,17	27,41	27,76
15-64	68,68	33,56	35,13
64 +	8,54	3,43	5,11
(*) Ver explicação no texto			

TABELA A3.6

 NORDESTE - 2000 - POPULAÇÃO PROJETADA CONSIDERADA MÁXIMA (*)
POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILHES)

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	49402,08	25388,80	24014,46
0-4	8319,03	3180,86	3128,38
5-9	8886,25	2798,22	2797,03
10-14	8546,25	2729,97	2815,28
15-19	5786,56	2838,10	2927,45
20-24	4707,12	2353,56	2353,56
25-29	4131,43	2082,85	2048,78
30-34	3843,58	1981,05	1862,52
35-39	3318,86	1744,00	1574,88
40-44	2522,88	1354,57	1168,31
45-49	1984,12	1086,72	897,40
50-54	1581,82	863,54	728,08
55-59	1286,84	711,15	575,86
60-64	1049,79	582,62	457,17
65-69	728,08	423,30	304,78
70 +	1032,86	626,49	406,37
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	17459,53	8718,85	8740,69
15-49	26253,37	13420,86	12832,72
15-64	30181,61	15587,96	14593,65
64 +	2810,73	1642,41	1168,31
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	36,47	17,71	17,76
15-49	53,33	27,26	26,07
15-64	61,31	31,67	29,65
64 +	5,71	3,34	2,37
(*) Ver explicação no texto			



TABELA A3.8

 NORDESTE - 2010 - POPULAÇÃO PROJETADA CONSIDERADA
COMO MÁXIMA - POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILHES) (*)

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	8803,83	28699,56	30004,28
0-4	7198,34	2885,24	3833,11
5-9	8703,48	3348,84	3353,64
10-14	8208,22	3154,02	3054,21
15-19	5449,88	2774,74	2874,93
20-24	5050,42	2535,19	2515,23
25-29	5170,88	2586,25	2574,44
30-34	4479,14	2208,86	2270,28
35-39	3989,81	1944,40	2025,41
40-44	3651,30	1784,89	1886,41
45-49	3097,89	1449,56	1648,33
50-54	2283,55	1032,56	1250,99
55-59	1707,70	754,57	953,14
60-64	1330,42	575,85	754,57
65-69	972,99	397,14	575,85
70 +	1330,42	496,42	833,99
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	20110,05	10069,10	10040,95
15-69	30868,70	15273,91	15594,79
15-64	38190,38	17636,89	18553,48
64 +	3833,83	1469,42	2164,41
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	34,56	17,30	17,28
15-69	53,05	26,25	26,80
15-64	62,19	30,31	31,88
64 +	6,24	2,53	3,72
(*) Ver explicação no texto			

TABELA A3.7
NORDESTE - 2020: POPULAÇÃO PROJETADA CONSIDERADA
COMO MÁXIMA - POR SEXO E GRUPOS DE IDADE (EM MILHES. (*)

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
TOTAL	88486,08	33674,71	34820,37
0-4	7780,36	3882,36	3898,01
5-9	7363,92	3732,84	3631,08
10-14	6978,08	3546,50	3432,58
15-19	6521,36	3318,29	3203,07
20-24	5845,89	2834,37	2811,52
25-29	4982,96	2491,48	2491,48
30-34	4864,97	2420,50	2444,47
35-39	5287,78	2808,07	2579,71
40-44	4287,14	2074,63	2192,51
45-49	3898,81	1780,05	1918,76
50-54	3318,86	1556,43	1762,43
55-59	2746,64	1235,99	1510,65
60-64	1922,65	823,99	1098,66
65-69	1350,43	549,33	801,10
70 +	1782,43	640,88	1121,55
GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	22125,36	11240,89	10884,67
15-49	35268,71	17527,39	17741,31
15-64	43256,86	21143,81	22113,05
64 +	5035,51	2014,20	3021,31
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE GRANDES GRUPOS ETÁRIOS			
0-15	32,54	16,53	16,01
15-49	51,86	25,77	26,09
15-64	63,61	31,09	32,52
64 +	7,40	2,96	4,44
(*) Ver explicação no texto			





Anexo IV

Projeções da População dos Municípios do Semi-Árido até o Ano 1995

REGIÃO NORDESTE: População Total Recenseada em 1991 e Estimada para 1994 a partir da Taxa de Crescimento Intercensitária segundo Unidade da Federação, Meso e Microrregião.

População Total Estimada para 1994 e 1995, Municípios que integram o Polígono da Seca, segundo Unidade de Federação – Calculada a partir dos Censos (Censo Demográfico 1991 – Resultados Preliminares – IBGE, 1992).



REGIÃO NOROESTE POPULAÇÃO TOTAL RECORRIDA EM 1991 E ESTIMADA PARA 1994 E 1995 A PARTIR DA TAXA DE CRESCIMENTO INTERMEDIÁRIA SEGUNDO UNIDADE DE FEDERAÇÃO, MESO E MICROREGIÃO (1)

Estado, Meso e Microregião	1991	1994 (*)	1995 (*)
MARANHÃO	4922339	5227228	5347853
1. NORTE MARANHENSE	1784415	1926609	1981645
Litoral Ocidental Maranhense 001	141247	164585	165788
Aglo. Urbano de São Luís 002	819391	935885	981447
Rosário 003	117198	123518	125865
Lencóis Maranhenses 004	111184	113660	114548
Baixada Maranhense 005	430269	438076	440972
Itapecuru Mirim 006	145126	150886	153021
2. OESTE MARANHENSE	1076439	1180998	1220963
Gurupi 007	138406	158056	165767
Pindaré 008	481981	511782	522952
Imperatriz 009	456052	511160	532243
3. CENTRO MARANHENSE	793770	800782	807334
Médio Mearim 010	381881	384593	385784
Alto Mearim e Grajaú 011	244092	255156	259236
Presidente Dutra 012	167797	161033	162314
4. LESTE MARANHENSE	1044351	1077524	1089784
Baixo Parnaíba Maranhense 013	101143	102429	102892
Chapadinha 014	166206	170185	171618
Codó 015	204811	207143	207976
Coelho Neto 016	70844	76321	78417
Cocós 017	330792	347588	353835
Chapadas do Alto Itapecuru 018	170555	173859	175046
5. SUL MARANHENSE	223364	241314	248128
Porto Franco 019	80138	87447	90221
Gerais de Balsas 020	86254	94934	98260
Chapadas das Mangabeiras 021	56972	58934	59647
PIAUI	2581054	2720002	2771951
1. NORTE PIAUIENSE	528135	547558	554623
Baixo Parnaíba Piauiense 001	282191	290382	293344
Litoral Piauiense 002	245944	257177	261279
2. CENTRO-NORTE PIAUIENSE	1166490	1253220	1286156
Teresina 003	744809	823272	853203
Campo Maior 004	206956	209691	210681
Médio Parnaíba Piauiense 005	115981	119881	121304
Valença do Piauí 006	98744	100376	100968
3. SUDESTE PIAUIENSE	438500	455129	461191
Alto Parnaíba Piauiense 007	33467	34694	35139
Bertolínia 008	39307	41511	42328
Floriano 009	115305	118592	119782
Alto Médio Gurgéa 010	68393	71952	73258
São Raimundo Nonato 011	113598	116855	118011
Chapadas do Ect. Sul Piauiense 012	68430	71526	72653



4.	SUDESTE FLAUMINEO		447929	444095	449982
	Piçarra	013	149847	176149	179465
	Pico II	014	82244	95061	86104
	Alto Médio Canindé	015	225836	232863	235413
<hr/>					
	CEARÁ		6353244	6719094	6860953
1.	NOROESTE CEARANENSE		1029104	1044344	1077220
	Litoral de Camocim e Acarú	001	374709	290871	296880
	Ibiapaba	002	223864	235054	239148
	Cariri	003	43802	43551	43470 (-)
	Meruoca	004	19064	18880	18815 (-)
	Sobral	005	278266	285560	288232
	Ipa	006	122082	123660	124235
	Santa Quitéria	007	47317	46667	46440 (-)
2.	NORTE CEARANENSE		750396	772036	779962
	Itapipoca	008	138744	143100	144676
	Baixo Curu	009	70008	75239	77191
	Drumbeirama	010	72423	74506	75256
	Médio Curu	011	49735	71045	71523
	Canindé	012	98191	99920	99186
	Setúbal	013	155387	157067	157678
	Chorozinho	014	50212	52785	53732
	Caacavel	015	95496	99372	100718
3.	ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA		2344560	2610995	2716341
	Fortaleza	016	2294524	2555007	2658086
	Pacajus	017	50036	55987	58255
4.	SERTÕES CEARANENSES		776641	778284	778940
	Sertão de Crateus	018	224797	225383	225596
	Sertão de Quixeremônio	019	217606	219189	219761
	Sertão de Infantes	020	129186	130922	131497
	Sertão de Senador Pompeu	021	204852	202790	202086 (-)
5.	JAGUARIBE		428792	440673	445006
	Litoral de Aracati	022	80072	84035	85482
	Baixo Jaguaribe	023	250116	257402	260054
	Médio Jaguaribe	024	57595	58639	59015
	Sertão de Pereiro	025	41009	40598	40454 (-)
6.	CENTRO-SUL CEARANENSE		337341	344344	344889
	Iguatu	026	196730	202140	204087
	Várzea Alegre	027	85157	86664	87230
	Lavras de Mangabeira	028	55454	55541	55572
7.	SUL CEARANENSE		486510	708515	716595
	Chapada de Araripe	029	80992	82232	82697
	Caririaçu	030	48496	48221	48128 (-)
	Barro	031	80958	81256	81362
	Cariri	032	396937	414092	420377
	Brejo Santo	033	79127	82714	84030



RIO GRANDE DO NORTE		3413618	3580675	3643724
1.	CERTE POTIGUAR	687815	725553	739654
	Mossoró	001 245996	269149	277868
	Chapada de Apodi	002 67896	70077	70866
	Médio Oeste	003 34418	35040	35264
	Vale do Açu	004 111758	118144	120502
	Serra de São Miguel	005 54746	56873	57645
	Para dos Ferros	006 106849	111030	112581
	Umarizal	007 66152	65240	64929 (-)
2.	CENTRO POTIGUAR	341933	354430	359020
	Macau	008 42358	44234	44943
	Angicos	009 53134	54834	55456
	Serra de Santana	010 55916	57481	58055
	Seriódó Ocidental	011 80744	84794	86281
	Seriódó Oriental	012 109781	113087	114285
3.	AGRESTE POTIGUAR	353163	363857	367795
	Baixa Verde	013 50146	51886	52519
	Borborema Potiguar	014 120646	123257	124237
	Agreste Potiguar	015 182371	188714	191039
4.	LESTE POTIGUAR	1030707	1134835	1177255
	Litoral Nordeste	016 61241	64900	66250
	Macaíba	017 182807	198647	204566
	Natal	018 684720	764392	794961
	Litoral-Sul	019 101939	108896	111477

PARAÍBA		3200620	3337130	3388213
1.	SERIDÓ PARAIBANO	803026	815094	819575
	Catolé do Rocha	001 106035	107801	108488
	Cajazeiras	002 151355	153363	154093
	Souza	003 171925	173103	173538
	Patos	004 107747	111452	112841
	Piancó	005 75231	75434	75515
	Itaporanga	006 83562	84349	84636
	Serra do Teixeira	007 107171	109593	110464
2.	BORBOREMA	268443	270197	270864
	Seriódó Ocidental Paraibano	008 36253	36573	36696
	Seriódó Oriental Paraibano	009 63093	64300	64737
	Cariri Ocidental	010 110927	110176	109932 (-)
	Cariri Oriental	011 58170	59148	59499
3.	AGRESTE PARAIBANO	1110410	1144804	1157502
	Curimataú Ocidental	012 103291	105132	105798
	Curimataú Oriental	013 88554	88665	88713
	Esperança	014 46279	48145	48822 (-)
	Brejo Paraibano	015 125374	124847	124668
	Guarabira	016 156525	158776	159611
	Campina Grande	017 424551	451699	461736
	Itabaiana	018 108030	109161	109571
	Umbuzeiro	019 57806	58379	58584





4.	MEDA PARAIIBAMA		1018741	1187034	1340273
	Litoral Norte	020	119128	124045	125892
	Sape	021	119263	122741	124001
	João Pessoa	022	715964	790314	818394
	Litoral Sul	023	64384	69914	71983

PERNAMBUCO			7109624	7412033	7523003
1.	SEÇÃO PERNAMBUCANO		873547	900728	910717
	Arrripina	001	252159	261749	265268
	Baigueiro	002	145966	150730	152463
	Pejeú	003	296757	302089	304020
	Sertão do Moxotó	004	178665	186161	188965
2.	SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO		380503	418258	432770
	Petrolina	005	271644	306188	319493
	Itaparica	006	108859	112070	113277
3.	AGRESTE PERNAMBUCANO		1817589	1863907	1881075
	Vale do Ipanema	007	154503	155810	156282
	Vale do Ipojuca	008	663117	689541	699157
	Alto Capibaribe	009	177432	188204	192350
	Médio Capibaribe	010	234763	236218	236764
	Garanhuns	011	385257	390610	392588
	Brejo Pernambucano	012	202517	203523	203934
4.	MATA PERNAMBUCANA		1131533	1158535	1168299
	Mata Setentrional Pernambucana	013	465600	477484	481784
	Vitória de Santo Antão	014	181087	185574	187195
	Mata Meridional Pernambucana	015	484846	495477	499320
5.	ÁREA METROPOLITANA DE RECIFE		2906454	3070605	3132142
	Itamaracá	016	108477	116774	119852
	Recife	017	2625641	2773605	2829192
	Suape	018	170650	178415	181241
	Fernando de Noronha	019	1686	1810	1856

ALAGOAS			2512515	2686304	2752070
1.	SEÇÃO ALAGOANO	372842		391202	398146
	Serrana do Sertão Alagoano	001	86339	88128	88771
	Alagoana do Sertão de S. Pco.	002	62123	71503	75188
	Sertana de Ipanema	003	145953	150134	151651
	Batalha	004	78427	81438	82535
2.	AGRESTE ALAGOANO		537142	562460	571810
	Palmeira dos Índios	005	177297	181168	182583
	Arapiiraca	006	326514	347308	355001
	Traipu	007	33331	33984	34227
3.	LESTE ALAGOANO		1602531	1732642	1782114
	Serrana dos Quilombos	008	142629	143671	144077
	Mata Alagoana	009	288648	297751	301144
	Litoral Norte Alagoano	010	52163	54370	55196
	Maceió	011	774478	862003	895347
	São Miguel dos Campos	012	234550	256684	265159
	Penedo	013	110063	118163	121192



SERGIPE		1492400	1621425	1672879
1. SERTÃO SERGIPIANO		167808	172811	174692
Berripiana do Sertão de S. Pco	001	113010	116952	118448
Carira	002	54798	55859	56244
2. AGRESTE SERGIPIANO		349352	365426	371331
Mossa Senhora das Dores	003	51651	52477	52774
Agreste de Itabaiana	004	120875	127671	130187
Tobias Barreto	005	87487	91931	93553
Agreste do Laparte	006	89339	93347	94818
3. LESTE SERGIPIANO		975240	1083188	1126856
Propriá	007	78268	80559	81398
Cotinguiba	008	37346	38402	38783
Jaraputuba	009	41950	44509	45453
Baixo Cotinguiba	010	66393	71949	74023
Aracaju	011	529970	609658	642816
Boquim	012	125640	133981	137081
Estância	013	95673	104130	107302
BAHIA		11801810	12552719	12834730
1. EXTREMO OESTE DA BAHIA		434042	463166	474233
Barreiras	001	148723	166482	173389
Cotegipe	002	110455	116384	118561
Santa Maria da Vitória		174864	180300	182283
2. VALE DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA		767193	809228	824845
Juazeiro	004	340198	356429	362453
Paulo Afonso	005	131465	137029	139079
Barras	006	148799	158091	161542
Bom Jesus da Lapa	007	146731	157675	161771
3. CENTRO NORTE BAIANO		2013066	2143363	2192534
Senhor do Bonfim	008	293772	321140	331508
Irecê	009	336176	360665	369866
Jacobina	010	332167	358959	369285
Itaberaba	011	249978	258728	262036
Feira de Santana	012	800973	843870	859840
4. NOROESTE BAIANO		1368423	1453853	1485546
Jeremoabo	013	95623	105482	109208
Euclides da Cunha	014	274648	290724	296637
Ribeira do Pomal	015	275375	288268	293022
Serrinha	016	396139	426155	437353
Alagoinhas	017	245172	257580	262145
Entre Rios	018	81466	85643	87180
5. ÁREA METROPOLITANA DE SALVADOR		3109034	3354936	3447191
Catu	019	173213	179184	181385
Santo Antônio de Jesus	020	463690	477577	482733
Salvador	021	2472131	2698175	2783074



6.	CENTRO-SUL SAIANO		2348514	2384424	2393788
	Boquira	022	148470	175564	178191
	Bocora	023	233874	250947	257495
	Jequié	024	480719	500845	508230
	Livramento do Brumado	025	86008	89609	90917
	Quarantá	026	338095	356417	363231
	Brumado	027	237323	247455	251165
	Vitória da Conquista	028	524423	550665	560391
	Itapetinga	029	179602	182924	184167
7.	SUL SAIANO		1861536	1973747	2016592
	Valença	030	222083	236762	242240
	Ilhéus-Itabuna	031	1124362	1187823	1211911
	Porto Seguro	032	515091	549163	562443

1) Calculada a partir dos dados básicos em: IBGE(1992) - Censo Demográfico - 1991; Resultados Preliminares.
*) Estimada ao 1 de julho ano Calendário. (-) Taxa de crescimento intercensitária negativa

POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA PARA 1994 E 1995

MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O POLÍGONO DA BRCA - SEGUNDA UNIDADE DE FEDERAÇÃO

CALCULADA A PARTIR DOS CENSO (CENSO DEMOGRÁFICO 1991 - REVELAÇÕES PRELIMINARES - IDIB, 1992)

ESTADO	NOME DO MUNICÍPIO	POPUL. EM 7/94	POPUL. EM 7/95	PROP. DE MULHERES EM 1991
PIAUI	AGUIOLÂNDIA	8097	8234	.52
	AGUA BRANCA	16509	16423	.52
	ALTO LONDA	15080	14903	.50
	ALTO	40516	41106	.50
	ANILAVANTE	17056	17255	.51
	ARACIL DO PIAUI	6357	6439	.51
	ARILEI DE ARIRES	10481	10789	.49
	ANTÔNIO ALMEIDA	5401	5586	.45
	ARAZZÉ	8741	8481	.45
	ARRAJAL	5684	5764	.51
	AVELINO LOPES	12594	12750	.45
	BARRAS	51940	52595	.45
	BARRERAS DO PIAUI	4396	4524	.45
	BARRIO DURO	8978	9171	.50
	BATALHA	22768	22865	.45
	BEDETTINOS	12265	12389	.45
	BEZELONIA	9133	9270	.49
	BICALINA	3916	3925	.51
	BOM JESUS	19254	19665	.51
	BURITI DOS LOPES	32566	33117	.48
	CAMPINAS DO PIAUI	5676	5600	.51
	CANÇO MAIOR	73455	73890	.51
	CANÓ DO BURITI	27644	27804	.50
	CANÓC DE CANOAS	10514	10445	.50
	CANACEL	12526	12790	.50
	CASTELO DO PIAUI	28814	28835	.50
	COOL	27719	27963	.49
	CONDICÇÃO DO CANDEI	7842	7927	.50
	CRISTINA CENTRO	11791	12072	.50
	CURURUA	13492	13742	.49
	DEMIANAL LONDO	12710	12895	.51
	DON ROBERTO LOPES	5296	5384	.51
	DONDEDES MOURÃO	4450	4510	.50
	ELASBÃO VELOSO	16595	16578	.51
	ELISEO MARTINS	9440	9696	.49
	ESTERANINA	37926	38459	.50
	FLORES DO PIAUI	4897	4914	.49
	FLOREANO	53833	54762	.53
	FRANCISCOGOLIS	5388	5416	.52
	FRANCISCO AYRES	5168	5219	.50
	FRANCISCO SANTOS	7719	7975	.50
	FRONTISERAS	14871	14904	.51
	GILBERTO	10312	10440	.50
	GUINALPE	9903	10006	.51





PIAUI	MILÉ SAPOLAR	2894	2939	49
	DIRAMA	13790	13961	51
	ESPIRADOR DO PIAUI	7861	7996	51
	ISALAS CORREIA	7804	7871	50
	TONAIEDA	11221	11299	50
	JAICOS	29643	30038	51
	JURUMBERA	8224	8251	49
	JONACUM PIRAS	14764	14821	48
	JOSE DE FREITAS	30598	31021	50
	LAMERI SALES	5419	5598	49
	LUIS CORREIA	29717	30038	49
	LUCILANDIA	36499	36667	50
	MARCELO BRIDIO	7113	7131	49
	MARCELO FREITAS	4804	4949	49
	MATIAS OLDEFIL	12251	12361	51
	MIGUEL ALVES	27944	28041	49
	MIGUEL LEAL	1201	1184	51
	MORREDORES GIL	11271	11371	51
	MORREDORES HIPOLITO	6784	6973	49
	MONTI ALBERT DO PIAUI	9871	10026	50
	NAZARE DO PIAUI	7921	7958	51
	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	6221	6277	51
	NOVO ORIENTE DO PIAUI	7167	7157	51
	OURAS	53140	53586	51
	PADRE MARCELO	19671	19990	50
	PAGE LANDIM	5602	5665	51
	PALMEIRA DO PIAUI	4478	4491	48
	PALMEIRAS	11361	11279	49
	PANGAZA	13255	13466	48
	PANZALEIA	138429	138474	53
	PAULISTANA	40447	41276	51
	PERO II	45211	45711	51
	PICE	82357	83791	51
	PIMENTEIRAS	10912	11026	50
	PIO III	14915	17224	50
	PIRACIBUNA	31546	31707	50
	PIRIPERI	45235	46037	51
	PORTO	14827	15020	49
	PRADA DO PIAUI	2889	2954	51
	REGENÇÃO DO CORREIA	7339	7512	50
	REGENERAÇÃO	21581	21963	51
	RIO GRANDE DO PIAUI	9922	9968	49
	SÃO FELIX DO PIAUI	5499	5485	50
	SÃO FRANCISCO DO PIAUI	6637	6622	49
	SÃO GONCALO DO PIAUI	5481	5584	50
	SÃO JOÃO DA SERRA	7159	7117	49
	SÃO JOÃO DO PIAUI	39187	39545	50
	SÃO JOSE DO PIAUI	6027	6063	48
	SÃO JOSE DO PIAUI	6803	6896	50
	SÃO JULIANO	10233	10436	51
	SÃO MIGUEL DO IMPIO	25007	25069	50
	SÃO PEDRO DO PIAUI	11752	11832	51



PIAUI	SÃO BADERNEK ROBERT	45391	45791	50
	SANTA CRUZ DO PIAUI	9768	9791	50
	SANTA FIDELIDADE	3488	3589	49
	SANTA LUZ	4511	4529	49
	SANTO ANTONIO DE LISBOA	4941	4991	51
	SANTO INACIO DO PIAUI	3451	3441	51
	SENHOR	23328	23751	49
	SEMPRE VIVENDO	13984	14181	51
	SERRA DO PIAUI	5391	5439	51
	TERESINA	673734	702511	53
	UNIAO	40975	40935	50
	URUCUI	14304	14441	51
	VALENÇA DO PIAUI	21089	21281	51
	VAZZEA GRANDE	8335	8428	51
<hr/>				
TERA	ABAIARA	8281	8431	51
	ACOPARA	48621	48381	51
	ATUBA	12679	12494	51
	ALCANTARAS	8434	8374	51
	ALCANTERIA	4928	4941	51
	ALTO SANTO	13745	13829	51
	ANTONIA DO NORTE	4916	4941	54
	APUIARAS	9400	9426	51
	AQUIARAS	50411	51971	48
	ARACATI	63658	64733	51
	ARACATIARA	23224	23221	49
	ARARIPE	18106	18341	51
	ARATUBA	10125	9975	47
	ARNEIROZ	7412	7501	49
	ASSARE	18944	18575	51
	ATROA	24264	24210	51
	BALCO	5435	5441	51
	BARBALHA	40620	41421	51
	BARRO	19478	19510	50
	BATELITE	28342	28641	50
	BESSURUBA	37097	37218	49
	BELA CRUZ	27134	27541	50
	BOM VIAGEM	48284	48421	50
	BOM SANTO	35889	34484	51
	BUQUI	55635	57351	51
	CANHO DAZES	23544	23691	51
	CANINDÉ	42565	42891	51
	CANISTRAND	15460	15691	50
	CANINDÉ	12501	12547	49
	CANINDÉ	17615	17545	51
	CANINDÉ	20781	20401	51
	CANINDÉ	17380	17338	50
	CANINDÉ	14307	14540	50
	CANINDÉ	48786	49621	50
	CANINDÉ	12843	13184	51
	CANINDÉ	188923	198485	51





ABAA	ABAA	23231	23342	51
ABAIL	ABAIL	11884	11291	51
ABRAL	ABRAL	17894	17723	51
ABATUBA	ABATUBA	84834	84904	52
ABATI	ABATI	83037	84001	53
ABALIA BRITA	ABALIA BRITA	17691	17715	52
ABATUBA	ABATUBA	1897717	1849504	54
ABATIOLA	ABATIOLA	9844	9891	51
ABATIOLA	ABATIOLA	5797	5881	48
ABATIOLA	ABATIOLA	41952	42122	48
ABATIOLA	ABATIOLA	4835	4847	51
ABATIOLA	ABATIOLA	8314	8399	51
ABATIOLA DO NORTE	ABATIOLA DO NORTE	31614	32129	52
ABATIOLA	ABATIOLA	5244	5223	48
ABATIOLA	ABATIOLA	17944	17981	52
ABATIOLA	ABATIOLA	22875	22520	52
ABATIOLA	ABATIOLA	62511	63235	51
ABATIOLA	ABATIOLA	77670	78404	52
ABATIOLA	ABATIOLA	23744	22643	52
ABATIOLA	ABATIOLA	11471	11497	52
ABATIOLA	ABATIOLA	36440	36732	51
ABATIOLA	ABATIOLA	35580	35749	52
ABATIOLA	ABATIOLA	13770	13686	51
ABATIOLA	ABATIOLA	17354	17430	52
ABATIOLA	ABATIOLA	5801	5843	52
ABATIOLA	ABATIOLA	34741	35135	52
ABATIOLA	ABATIOLA	79386	80144	52
ABATIOLA	ABATIOLA	12743	12708	48
ABATIOLA	ABATIOLA	13219	13047	48
ABATIOLA	ABATIOLA	17644	17677	52
ABATIOLA	ABATIOLA	7816	7582	52
ABATIOLA	ABATIOLA	33375	33758	51
ABATIOLA	ABATIOLA	26196	26292	52
ABATIOLA	ABATIOLA	24194	24324	51
ABATIOLA	ABATIOLA	6672	6607	52
ABATIOLA DO NORTE	ABATIOLA DO NORTE	184603	188765	54
ABATIOLA	ABATIOLA	21262	21318	52
ABATIOLA DA MANGUEIRA	ABATIOLA DA MANGUEIRA	30809	30830	51
ABATIOLA DO NORTE	ABATIOLA DO NORTE	44352	45335	51
ABATIOLA	ABATIOLA	76492	78744	51
ABATIOLA	ABATIOLA	22959	23803	52
ABATIOLA	ABATIOLA	6323	6278	51
ABATIOLA	ABATIOLA	23825	23848	51
ABATIOLA	ABATIOLA	37512	37642	51
ABATIOLA	ABATIOLA	10444	10441	51
ABATIOLA	ABATIOLA	25180	25530	51
ABATIOLA	ABATIOLA	29347	29391	52
ABATIOLA	ABATIOLA	39478	39014	51
ABATIOLA	ABATIOLA	15445	15416	52
ABATIOLA	ABATIOLA	59854	60248	52
ABATIOLA	ABATIOLA	5881	5755	51
ABATIOLA	ABATIOLA	14774	14863	48



CENSA	ALTOBUENA	11851	11851	53
	ALTOBUENA	7979	8021	48
1.000.0000	BOVA OLDEIA	11811	11973	51
	BOVA RUBEM	38450	38472	51
1.000.0000	BOVA OLIMPIA	24751	24907	50
	BOVA	23801	23099	52
	BOVALE	25892	27445	51
	BOVALEIA	72641	77734	50
	BOVATI	10044	10057	48
	BOVILA	5201	5274	52
	BOVIANO	8181	8284	51
	BOVILIA	10214	10202	49
	BOVILIA	22558	22141	48
	BOVILIA	32231	32286	51
	BOVILIA	10433	10697	49
	BOVA BRANCA	39547	39854	51
	BOVAFORTE	4484	4774	52
	BOVAFORTE	22277	22267	49
	BOVAFORTE	14811	14819	51
	BOVAFORTE	12538	12351	50
	BOVAFORTE	11392	11516	50
	BOVAFORTE	15368	15491	52
	BOVAFORTE	8404	8499	50
	BOVAFORTE	72514	72596	51
	BOVAFORTE	60203	60591	50
	BOVAFORTE	14164	14294	50
	BOVAFORTE	23194	23352	50
	BOVAFORTE	17319	17324	51
	BOVAFORTE	48921	48773	51
	SÃO BENEDETO	39141	40051	51
	SÃO BENEDETO DE ARAUJO	39415	31096	48
	SÃO JOÃO DE JACARÉ	7914	7884	51
	SÃO LUIS DE CIMA	11357	11634	49
	SÃO LUIS	15095	14974	51
	SÃO LUIS	48702	48454	50
	SÃO LUIS DO AÇUARE	22130	22018	50
	SÃO LUIS DO CARLI	15110	15008	50
	SÃO LUIS DO PAVÃO	24514	24486	52
	SÃO LUIS DO PAVÃO	5284	5339	50
	SÃO LUIS	124378	136912	52
	SÃO LUIS	15443	15577	49
	SÃO LUIS DO NORTE	25624	25805	51
	SÃO LUIS	26348	26378	50
	SÃO LUIS	52598	53054	51
	SÃO LUIS	46954	48033	51
	SÃO LUIS	38223	38908	49
	SÃO LUIS	24188	24492	51
	SÃO LUIS	7825	7800	50
	SÃO LUIS	13871	13993	50
	SÃO LUIS	10130	10097	50
	SÃO LUIS	31757	31904	51
	SÃO LUIS DO CEARÁ	42083	42460	49





8 0 DE NORTE	ACU	44814	47751	51
	ACUMI	10973	10970	51
	AFONSO BREGORA	11394	11587	51
8 0 DE NORTE	AGUA NOVA	2392	2421	50
	ALBUQUERQUE	14471	14487	50
	ALCIDO AFONSO	5488	5486	49
	ALTO DO RODRIGUES	9259	9509	49
	ALTO DO	14899	15175	50
	ANTONIO MARTINS	7243	7145	49
	APODI	22159	22521	50
	AREIA BRANCA	22522	23000	50
	ARES	11299	11400	49
	AUGUSTO SEVERO	12431	12451	50
	BALA FORMOSA	7947	8221	48
	BARCELONA	3476	3414	48
	BENITO FERREIRA	4370	4350	50
	BOM JESUS	8230	8592	50
	BULTRINI	8441	8863	49
	CAJUMA DO RIO DO NORTE	2411	2412	49
	CAJUMI	53824	54991	50
	CARMO RIBEIRO	9394	9409	50
	CAROLATINA	24362	24903	50
	CARVALHO	20639	20780	50
	CARVALHO DOS SANTOS	5660	5680	50
	CARVALHO	10652	10720	50
	CASA-VERDE	55570	54894	50
	CASO CORA	10985	11162	50
	CARNEIRO ASSIS	5738	5679	50
	CARNEIRO JOÃO PEDRO	4892	4954	50
	CARVALHO	8170	8277	50
	CARVALHO NOVO	41484	42214	50
	COUTO BRITANICO	4753	4876	50
	CRUZEIRO	4875	4930	50
	CRUZEIRO	5419	5465	49
	CRUZEIRO SANTO	10906	11213	49
	CRUZEIRO	17122	17968	50
	CRUZEIRO	6431	6574	50
	CRUZEIRO	13649	12760	50
	FRANCISCO DAVILA	3222	3179	49
	FRANCISCO GOMES	4744	4780	50
	GALVÃO	1268	1268	49
	GOIANDIRA	19291	19976	49
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROGOLO	10848	10991	49
	GRANDE	9692	9838	50
	GUMARI	7173	7593	49
	ILDO MARINHO	9079	9069	49
	IMPERIAL	17193	17627	49
	IPUBERA	1754	1773	50
	ITAO	5383	5570	50
	JACUÁ	7537	7800	50
	JANUÁRIA	5832	5974	49





R. O. DO NORTE				
JACUÍPE	8183	8213	.90	
JARDINHO CECIL	8641	8634	.49	
JAPI	8189	8191	.90	
JARDIM DE ANTONIO	2328	2390	.48	
JARDIM DE FERREIRA	18780	18631	.49	
JARDIM DO BRILHO	12238	12387	.51	
JOÃO DINIZ	26894	24998	.90	
JOÃO DEIM	2621	2474	.49	
JOSE DA PERNA	8619	8615	.52	
JUCURETU	13062	18200	.90	
LADDA D'ÁGUA	5276	5360	.49	
LADDA DE FERREIRA	5170	5213	.48	
LADDA DE VELHO	1906	1884	.50	
LADDA NOVA	11888	11997	.50	
LADDA SALADA	4448	4589	.49	
LATES	8785	8823	.50	
LATES FORTUNA	4402	4454	.51	
LUDERICA	3070	3108	.51	
LUIZ GOMES	11486	11818	.51	
MACULIA	47221	48449	.50	
MACU	26525	26713	.51	
MARCELO VIEIRA	9022	9098	.51	
MATEUS	12111	12045	.51	
MESSEIAS INACIO	3417	3419	.51	
MONTANAS	10044	10232	.50	
MORTE ALBERT	16418	16624	.49	
MORTE DOS OLHEIROS	2793	2803	.51	
MORRO	211832	219327	.52	
MOTAL	648038	692202	.53	
MULIA FLORESTA	15188	15457	.49	
NOVA CRUZ	31152	31558	.51	
OLHO D'ÁGUA DO BOMBO	4513	4490	.50	
OLHO BRANCO	4544	4544	.50	
ONAMA	3818	2932	.49	
ORIO	4074	4097	.50	
OROCIMO	4044	4067	.49	
OROLINDA	18464	18791	.51	
OROSA E FLORES	4764	4848	.51	
OROSAIM	2478	2488	.48	
ORTO	11734	11734	.51	
ORTO DOS FERREIRA	21915	22397	.53	
OROSA GRANDE	3549	3573	.48	
OROSA FREIA	2673	2659	.48	
OROSA AVULSO	12082	12310	.49	
OROSA VELHO	13331	13541	.49	
OROSCIMA	11467	11835	.49	
OROSIS	2229	2254	.52	
OROSA BRANCO	10947	11129	.49	
OROSIMBA	4490	4537	.51	
OROSCIMA JARDIM	4277	4379	.49	
OROSA FERREIRA	3517	3586	.51	
OROSA OROSCO	2846	2801	.49	





8.9 - DO NORTE	RIACHO DA CRUZ	3486	3801	.91
	RIACHO DE SERRANA	4813	4023	.86
	RIACHOILÓ	8763	8764	.90
	RODOLFO FERREIRAS	8381	8383	.89
	ROY BRANCO	3158	3106	.89
	SÃO BENTO DO NORTE	9368	9370	.90
	SÃO BENTO DO TRAILO	3237	3235	.90
	SÃO FERNANDO	3584	3616	.88
	SÃO FRANCISCO DO OESTE	2982	3009	.90
	SÃO GONÇALO DO AVANANTE	80182	81918	.90
	SÃO JOÃO DO SANGUI	8784	8884	.90
	SÃO JOSE DE KILPIRO	30544	31444	.90
	SÃO JOSE DO CAMPESITE	11723	11886	.90
	SÃO JOSE DO SERRIL	3220	3235	.90
	SÃO MIGUEL	22357	22620	.93
	SÃO PAULO DO POTIRI	14858	14857	.90
	SÃO PEDRO	7005	7000	.89
	SÃO RAFAEL	7994	8058	.90
	SÃO TOMÉ	11490	11501	.91
	SÃO VICENTE	4996	5001	.90
	SANTA CRUZ	30595	31299	.92
	SANTANA DO MATE	17162	17135	.90
	SANTANA DO SERRIL	2518	2520	.89
	SANTO ANTONIO	19738	19932	.90
	SENAADOR ELIO DE SOUSA	4371	4393	.88
	SENAADOR GEORGIO AVELINO	2876	2955	.89
	SERRA DE SÃO BENTO	6253	6238	.90
	SERRA NEGRA DO NORTE	7427	7400	.90
	SERROLINA	6864	6904	.88
	SEVERIANO MELO	11473	11891	.89
	SÍTIO NOVO	4534	4511	.90
	TABOLEIRO GRANDE	2165	2200	.90
	TALFU	10772	10882	.89
	TANGARA	10661	10823	.90
	TERRITE ARMAZEM	9467	9446	.90
	TIBAO DO SUL	6290	6407	.89
	TIBAUERA DOS BRATFOM	2065	2114	.90
	TIBAUERA	10768	10662	.92
	TIRAPUEA	8965	9084	.88
	VALEIA	9010	9188	.89
	VILA CRUZ	8513	8712	.90
	VICOSA	1366	1386	.90
	VILA FLOR	2532	2624	.89
<hr/>				
PARAIBA	AGUA BRANCA	8325	8366	.91
	AGUIAR	7130	7085	.90
	ALAGOA GRANDE	30053	30024	.90
	ALAGOA NOVA	22645	22755	.91
	ALAGOINHA	10824	10734	.90
	ALHANDRA	14616	15118	.89
	ARAÇATI	18260	18221	.90



MUNICÍPIO	2000	2007	%
ARARA	1900	1807	.83
ARARAUA	17620	17622	.81
ARICA	20206	20228	.81
ARICAL	8299	8281	.82
ARICEM	29244	29433	.81
BAIA DA TRAIÇÃO	8475	8790	.80
BANANEIRAS	22645	22487	.81
BARA DE SÃO MIGUEL	8251	8290	.49
BARA DE SANTA ROZA	17327	17434	.80
BARRE	82934	86010	.82
BARÉM	14180	14327	.81
BARÉM DO BREJO DO CRIZ	8001	7952	.80
BOA VENTURA	6121	6144	.82
BOI-JANEI	1871	1922	.49
BOI-RUBIANO	6027	5941	.51
BOMITO DE SANTA PE	9417	9551	.51
BOQUEIRÃO	24054	24352	.80
BOQUEIRÃO DOS COQUEIS	5701	5483	.51
BOQUEIRÃO	4129	4112	.52
BREJO DO CRIZ	13854	13845	.80
BREJO DOS SANTOS	6148	6120	.80
CAAPORÁ	14459	17285	.49
CANACEIRAS	6194	6199	.51
CANIELO	12241	12501	.82
CANICEIRA DOS INDIOS	7024	6928	.80
CANDEIA DE AREIA	2922	2928	.82
CANDEIA DE OESTE	17925	18013	.81
CANÓIA	10420	10378	.80
CANDEIAS	52542	53054	.83
CANAS BRANDÃO	4540	4544	.80
CANALAO	5467	5712	.82
CANÓIA GRANDE	25062	258914	.51
CANAPUEIRA	2900	2048	.48
CANARUEIRA	5043	4989	.51
CANILE DO BOCA	25074	25018	.81
CANDEIÃO	23443	23518	.81
CANADAO	7128	7032	.80
CANDE	11785	12322	.49
CANÓ	4022	3904	.80
CANÓIAS	14728	14815	.82
CAN DO ESPÍRITO SANTO	12488	12438	.80
CANATI	6221	6138	.81
CANITE	23343	23441	.82
CANITOI	7544	7782	.80
CANAL VELHO	2541	2548	.48
CANIBENO	12950	13013	.83
CANIBENO DE PALMA	3284	3273	.80
CANARITE	7593	7677	.81
CANAL CRIZ	9792	9774	.81
CANAL ESTREADA	7263	7238	.80
CANAL	3194	3220	.81
ESTERANÇA	28660	29047	.82





PARAIBA	PROCEL	13279	13444	.81
	PROE INACIOM	2471	2444	.81
	SENHEDIN	80579	81279	.82
	SELDINSH	13134	13130	.80
	SELOJO	4178	4213	.81
	SEINA	4571	4644	.81
	SINCOLAD	10239	10241	.81
	SINA	32329	32349	.81
	TOMALAM	24458	24434	.82
	TOMOBAMA	30310	30390	.82
	TOMONICCA	13447	13794	.80
	TOTORA	9142	9145	.81
	JACIBAU	18441	18481	.80
	JERICCO	9823	9954	.80
	JOÃO PEREIRA	552610	573400	.84
	JUNIEL DAVORA	7439	7794	.81
	JUNSEDIRMO	18004	18244	.80
	JONCO DO BRILHO	4109	4234	.80
	JULIFIDANCA	8770	9909	.81
	JORU	10814	10922	.81
	LACCA	5498	5474	.82
	LACCA DE CENTRO	7010	4907	.81
	LACCA SECA	22431	22709	.80
	LAFIRO	3343	3344	.80
	LIVRAMENTO	7353	7470	.81
	LOCEA	8081	8234	.80
	MÁE D'ÁGUA	4532	4447	.82
	MALTA	4009	4003	.82
	MARACÓPE	52444	53402	.80
	MARALIA	11584	11455	.81
	MARU	21519	21813	.82
	MARACAROCIA	11830	11763	.82
	MATINCA	5973	4344	.48
	MOGICHO	13421	13448	.80
	MOTINDAS	2947	4014	.80
	NOITE BONITE	4127	4153	.80
	NOITEIRO	27081	27097	.81
	NOLEIRO	10725	10654	.81
	NOYUA	11479	11495	.81
	NOZAREDIRMO	7201	7126	.81
	NOVA FLORESTA	7472	7551	.83
	NOVA OLDEIA	4429	4513	.82
	NOVA PALMEIRA	3400	3429	.49
	OLHO D'ÁGUA	9048	9053	.81
	OLIVEIRO	3343	3324	.80
	ORO VELHO	2779	2763	.81
	PAGNOSH	3245	3203	.82
	PATOS	84054	87804	.83
	PAULISTA	11179	11233	.80
	PIEDRA BONCA	3477	3714	.81
	PIEDRA LAZADA	4425	4474	.49
	PIEDRAS DE POZO	28700	29472	.49



BRASIL				
PIANCO	18334	18443	.52	
PICUI	18911	18914	.51	
PILOM	7943	7954	.49	
PILSEIDING	3484	3489	.50	
PILAR	14061	14163	.50	
PIMPALITUBA	10749	10831	.51	
PITOMBU	9939	10108	.49	
POCINHOS	14349	14300	.50	
POBAL	39434	39384	.53	
PRADA	3084	3011	.50	
PULMONA DENEL	23094	23422	.51	
PUCUNÁ	11900	12018	.50	
QUEBRADA	34799	35593	.51	
QUEDADA	1404	1584	.48	
REBOIO	17517	17644	.52	
RIACHO DOS CAVALOS	9307	9253	.49	
RIO TINTO	27843	28094	.51	
SÃO BENTO	23867	24729	.51	
SÃO JOÃO DO OVALRU	7445	7443	.51	
SÃO JOÃO DO RIO DO PEDRE	21472	21713	.51	
SÃO JOÃO DO TIGRE	3980	3923	.52	
SÃO JOSE DA LAGOA TAPACA	7431	7341	.52	
SÃO JOSE DE OJAMA	5021	4917	.50	
SÃO JOSE DE ESPINHAS	5492	5324	.48	
SÃO JOSE DE PIRAMBÓ	17537	17502	.50	
SÃO JOSE DO BONFIM	2775	2763	.50	
SÃO JOSE DO SAQUEI	3919	3891	.50	
SÃO JOSE DOS CORDEIROS	4055	4012	.50	
SÃO JOSE DE	8349	8290	.50	
SÃO HIGUEL DE TALPO	4215	4213	.50	
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE BOCA	9219	9379	.51	
SÃO SEBASTIÃO DO OMBREIRO	4411	4398	.51	
SALGADINHO	2664	2651	.50	
SALGADO DE SÃO FELIX	12498	12485	.52	
SANTA CRUZ	7272	7223	.50	
SANTA HELENA	6194	6219	.52	
SANTA LUCIA	13422	13559	.52	
SANTA RITA	102651	105728	.51	
SANTA TERESINHA	4805	4764	.49	
SANTANA DE MINERACIA	6548	6594	.50	
SANTANA DOS GAROTOS	7803	7712	.52	
SAPE	60688	61464	.51	
SERIDO	8264	8404	.49	
SERRA BRANCA	13189	13049	.51	
SERRA DA PALI	3745	3740	.51	
SERRA GRANDE	2601	2601	.51	
SERRA REDONDA	7298	7296	.51	
SERRARIA	9226	9108	.50	
SOLANHA	33386	33615	.52	
SOLEDADE	11780	12000	.51	
SOLDA	80829	81436	.52	
SOME	17350	17390	.51	





MALDA	SICRA	8943	8789	.86
	SUPERIA	18300	18302	.83
	SURUBI	14880	14760	.81
	TACUARA	17936	18076	.82
	TALITOPO	10909	11018	.82
	TIJUBA	20025	19983	.82
	UNDEBIO	17433	17484	.81
	VAZEA	2107	2072	.80

PEROQUICO	APONCOE DA DEBASSIA	31089	31630	.82
	APREBIO	13818	14004	.81
	ARIBITIA	18648	18892	.81
	ARINE BELAS	38835	38997	.81
	ALACOTIBA	11280	11358	.81
	ALCAMO	37390	37372	.80
	ALFARO	22747	22608	.81
	AMELIM	8603	8556	.82
	ARALITIA	64241	65618	.81
	ARCOVERDE	58239	59130	.83
	BARRA DE GUARUARA	10660	10709	.80
	BELIM DE MALIA	12569	12692	.80
	BELIM DE SÃO FRANCISCO	22689	22587	.82
	BELI JARDIM	63022	63930	.82
	BEMANIA	11017	10959	.81
	BEGONICE	52977	53291	.82
	BEGODO	29269	29537	.81
	BOM CONSELHO	40581	40367	.82
	BOM JARDIM	37224	37397	.81
	BONITO	35571	35758	.80
	BOLSAO	8714	8712	.81
	BOLFINO	7526	7561	.82
	BOLSO DA MADRE DE DEUS	32864	33542	.80
	BONICO ALVES	12506	12524	.80
	BOTIQUE	38577	38742	.81
	BOURO	24838	25153	.81
	CACHOEIRINHA	16535	16784	.82
	CAMBI	21505	21823	.82
	CALCADO	9686	9778	.82
	CALDEI	6940	7041	.80
	CANCOIN DE SÃO FELIX	14726	15054	.81
	CANTONIA	7553	7575	.81
	CANTOTINGO	24133	23978	.81
	CAPOEIRAS	19780	19857	.81
	CARBAIDA	26070	26115	.81
	CARPIA	68354	69227	.82
	CARNO	225620	230038	.83
	CERO	9792	10086	.81
	CHÁ DE ALBERTA	11346	11509	.80
	CHÁ GRANDE	15803	15908	.80
	CHARRAS	15786	15637	.82
	CINZAO	17026	16693	.80



CELESTIA	33903	34300	.80
CELYODIA	29441	29640	.82
CELO	31264	31441	.81
CELESTINA	19187	19317	.82
CELESTINO	11033	11074	.90
CELESTE	21672	21619	.81
CELESTIA	32384	32395	.81
CELESTINO	14185	14217	.81
CELESTINE	107981	109644	.83
CELESTIA DO GOTA	26693	26695	.80
CELESTO	6153	6228	.81
CELESTIA	64051	64979	.81
CELESTI	18593	18594	.81
CELESTIM	31863	33298	.81
CELESTINA	7312	7233	.80
CELESTINO	84395	88624	.81
CELESTIA	24339	24761	.81
CELESTINA	4398	4387	.80
CELESTI	22075	22383	.81
CELESTINA	2390	2908	.81
CELESTIA	26899	26797	.80
CELESTI	26039	26487	.80
CELESTIM	15592	15568	.81
CELESTIA	14688	14774	.81
CELESTINO	27950	28155	.82
CELESTI	20440	20443	.81
CELESTIA	12733	12764	.81
CELESTIA DO GOTO	11038	10920	.81
CELESTIA DO GATO	16371	16233	.80
CELESTO	30871	31284	.82
CELESTINO	54231	54024	.82
CELESTIANA	21418	21632	.81
CELESTINO	9064	9082	.82
CELESTINA	13121	13213	.81
CELESTIA DA MOTA	26806	26905	.81
CELESTO	20956	20981	.82
CELESTO	11984	12449	.80
CELESTINI	75988	76941	.81
CELESTINA	8033	7937	.81
CELESTIA	26034	25849	.81
CELESTINA	11350	11327	.81
CELESTIM	19775	20151	.49
CELESTIA	30076	30424	.81
CELESTIA	19544	19530	.80
CELESTINA	58860	59366	.82
CELESTINO	35843	36930	.81
CELESTINA	199913	209540	.81
CELESTO	9704	9752	.83
CELESTIA	21431	21542	.81
CELESTIA DAS ALMAS	18212	18293	.81
SÃO BENEDITO DO SUL	9737	9682	.49
SÃO BENTO DO SUL	43532	43997	.80





PERNAMBUCO	SÃO CUSTÓDIO	31847	31874	.81
	SÃO JOÃO	18340	18389	.81
	SÃO JOAQUIM DO NORTE	17971	18991	.81
	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	31471	31637	.81
	SÃO JOSÉ DO BRITO	29404	29638	.82
	SÃO VICENTE FERREI	14918	14842	.90
	SALGUEIRO	10442	10239	.81
	SALGUEIRO	8013	8049	.82
	SALGUEIRO	49135	49822	.82
	SALGUEIRO	14428	14985	.82
	SARANDI	15190	15280	.81
	SANTA CRUZ DO CAPIMALME	44413	47095	.82
	SANTA MARIA DA BOA VISTA	48528	51080	.90
	SANTA MARIA DO CAMARÁ	11652	11744	.82
	SANTA TEREZINHA	9835	9864	.81
	SERRA TALADA	73472	74166	.82
	SERETA	19281	19247	.80
	SEROPICIA	31263	31177	.81
	SITIO DOS MORRINHOS	11802	11770	.81
	SOLIDÃO	5477	5442	.81
	SURUBIM	68450	70102	.82
	TABIRA	23443	24004	.81
	TACULIBO	12179	12362	.81
	TACURATI	18142	18457	.81
	TACURATUBA DO NORTE	17538	17744	.81
	TEREZINA	4727	4706	.81
	TERRA NOVA	7106	7265	.49
	TOMBALZA	57973	58232	.82
	TORITAMA	17143	18017	.81
	TRACINDAEM	12135	12209	.49
	TRÊSPOZOS	20656	21350	.81
	TRIZUNFO	27875	27954	.82
	TURMATINGA	19322	19371	.81
TURMANGARA	7588	7770	.81	
VERTEBRADA	12634	12844	.82	
VEREDAS	8255	8298	.81	
VITORINO	13621	13430	.82	
VITORICA	28494	28481	.80	

ALAGOAS	AGUA BRANCA	26916	27048	.81
	ARACAJÁ	16741	16889	.80
	ARAPIRACA	177892	182544	.82
	BRASILIA	13818	14106	.81
	BRUM	5837	5809	.81
	BRUNO NEVES	7468	7615	.80
	CACIMBINHAS	14657	15006	.81
	CAMPO ALBERTO	44622	47778	.80
	CAMPUS GRANDE	10245	10318	.80
	CANAPI	18595	18613	.81
	CANHECOS	5753	5775	.80
	CHÁ PIEZA	7816	7686	.49



MUNICÍPIO	2000	2010	%
ALAGOAS			
CITY DO BOIA	18831	18112	.93
DELMIRO GOMES	66896	67966	.93
DOIS RIOS	18619	18864	.93
PIEDRA GRANDE	18472	19620	.93
GERM DO FORTALEZA	28424	30015	.93
IBIRAMA	14697	17091	.90
IBITI	26833	26681	.93
IBRATUBA	18348	13841	.91
JACARE DOS RIBEIROS	8001	8094	.93
JANUÁRIA	4788	4887	.90
LADDA DA CRUZ	16888	17217	.93
MAJUR ETEORO	17661	17781	.93
MAR VERDE	3919	3902	.93
MARVILIA	11277	11239	.90
MIRA GRANDE	27269	27566	.90
MIRASSOL DO NOROESTE	9659	9770	.92
MONTENOPOLI	6326	6398	.92
OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	16129	16301	.93
OLHO D'ÁGUA DO CARIACI	7162	7659	.90
OLHO D'ÁGUA GRANDE	4356	4338	.90
OLIVEIRA	10276	10333	.90
ORIO BRANCO	9691	9546	.93
PALMEIRA	4023	4185	.93
PALMEIRA DOS PINHOS	79983	81020	.92
PAULO JACINTO	6853	6766	.93
PEREIRA	18245	19786	.90
POÇO DAS TRILHOEIRAS	11709	11788	.90
QUEBRANILHO	11305	11001	.90
SÃO BRÁS	6076	5993	.93
SÃO JOSÉ DA LAJE	22011	22015	.90
SÃO JOSÉ DA TAPEIRA	28078	28332	.93
SANTANA DO ITAMBÁ	37071	37426	.92
SANTANA DO NEBRO	11592	11460	.90
TANQUE D'ÁGUA	7754	7773	.90
TRINHEIRA	17962	18248	.93

MUNICÍPIO	2000	2010	%
PERNAMBUCO			
AGRESTINA	16425	16446	.93
ARARA BRANCA	12572	13210	.93
ARIPUEMA	13903	14060	.93
BUENA VISTA	3811	3792	.93
CRUZEIRO DE SÃO FRANCISCO	13479	14265	.93
OURICEM	15368	15352	.90
OURICEM DO SUL	3306	3299	.90
PIEDRA BRANCA	4432	4446	.90
PRATA	10697	10846	.93
RETIÓPOLIS	10272	10203	.93
SÃO JOSÉ DO BELMONTE	4976	4907	.93
TRINHEIRA	67787	69042	.93
TRINHEIRA DOS PAINEIS	4854	4863	.90
LAGOATINS	76502	78018	.93





BRICQUE	MACAIEIRA	8138	8192	.80
	NOVA BRITIA	9626	9783	.80
	NOVA ALBERTA DE BRITOPPE	9829	9926	.49
	NOVA BRITIA APARECIDA	8416	8392	.48
	NOVA BRITIA DA GLORIA	34360	34673	.80
	NOVA BRITIA DAS DORES	20146	20353	.81
	NOVA BRITIA DE LOURDES	4797	4846	.80
	PIRUA NOVA	2269	2315	.80
	PODEJO	4892	4638	.49
	POCO REDONDO	21180	21512	.80
	POCO VERDE	18618	18970	.81
	PORTO DA FOLHA	23599	23653	.80
	RIACHÃO DO DUTRA	16845	16800	.80
	RESENHOPOLIS	14518	14701	.81
	SÃO DOMINGOS	8174	8130	.80
	SÃO MIGUEL DO ALMEIDA	3165	3169	.80
	EDMÃO DIAS	13740	14285	.81
	TOMAS BARRETO	19574	40298	.82

BACIA	ABALDA	8518	9485	.81
	ABARE	12184	12457	.81
	AGEA FRIA	14449	14551	.80
	ALGEMBA	6447	6390	.47
	AMARCOIA	28772	29048	.81
	AMGE	44702	45882	.80
	AMORAL	14876	15097	.80
	AMTAS	18599	19164	.80
	ANTONIO CASCOSO	11285	11269	.80
	ANTONIO GONCALVES	16242	17070	.80
	ARACATO	16017	16218	.49
	ARACI	49308	50847	.80
	BALDA GRANDE	22162	22361	.80
	BANEA	41254	41817	.49
	BANEA DA ESTIVA	18840	19450	.80
	BANEA DO NENEIS	15133	15481	.80
	BELITINGA	15942	16434	.49
	BOM BOVA	13829	13614	.80
	BOM VISTA DO TURIM	17261	17295	.49
	BOM JESUS DA LAJA	53567	53358	.81
	BONFIAL	14807	15240	.80
	BOQUINA	19523	19556	.81
	BOTOPORÁ	10301	10312	.81
	BRALDES	13923	14196	.80
	BRUNAS DE MACIEIRAS	14775	14955	.80
	BRUNDO	59989	61080	.81
	CACILE	18140	18350	.81
	CAMB	19836	20891	.80
	CAMITE	41217	41485	.81
	CAPARRON	14135	14293	.49
	CALDEIRÃO GRANDE	18205	19126	.81
	CAMPO ALBERTO DE LOURDES	27393	27870	.80



BRAGA	CARMO FORMOSO	66221	67687	.90
	CARUARÁ	28748	26296	.49
	CARVALO	18462	18676	.51
	CARVALO	12934	13045	.90
	CARVALO	22699	22392	.90
	CASA BRANCA	48733	48496	.49
	CARVALO ALVES	26703	26482	.52
	CARVALO	14850	14925	.90
	CARVALO	8438	8381	.52
	CARVALO DANTAS	28096	28411	.52
	CARVALO	13314	13492	.52
	CARVALO DO COITE	58561	56753	.90
	CARVALO	18439	18635	.51
	CARVALO DO SINCORA	4521	4434	.51
	CARVALO DE MOURA	22263	22297	.51
	CARVALO	11382	11325	.50
	CARVALO JOÃO SA	18469	18968	.49
	CARVALO	4696	4689	.50
	CARVALO	17251	17503	.50
	CARVALO	25977	26413	.49
	CARVALO	13636	13688	.48
	DOM BRASILEIRO	10007	10110	.49
	ELISIO MEDRADO	7867	7878	.51
	EUCLIDES DA CUNHA	54779	55470	.50
	FEDE DE SANTANA	441744	455219	.52
	GEORGI DO ORO	15646	11847	.49
	GLORIA	13709	14038	.51
	GOVERNADOR MANGABEIRA	18025	18101	.52
	GOVERNADOR	72885	74299	.51
	GOVERNADOR	26297	26380	.50
	GOVERNADOR	12160	12269	.49
	GOVERNADOR	9536	9858	.50
	GOVERNADOR	15590	15588	.48
	GOVERNADOR	18954	19654	.49
	GOVERNADOR	13525	13646	.51
	GOVERNADOR	5635	5564	.50
	GOVERNADOR	15770	16045	.51
	GOVERNADOR	17651	17809	.49
	GOVERNADOR	9658	10092	.50
	GOVERNADOR	14621	14859	.50
	GOVERNADOR	21365	21215	.48
	GOVERNADOR	26452	26733	.50
	GOVERNADOR	16219	16160	.51
	GOVERNADOR	63788	64240	.50
	GOVERNADOR	8371	8494	.49
	GOVERNADOR	6108	5997	.49
	GOVERNADOR	18596	19108	.49
	GOVERNADOR	17773	18050	.50
	GOVERNADOR	24855	25208	.51
	GOVERNADOR	56718	59377	.51
	GOVERNADOR	56143	57026	.52
	GOVERNADOR	13985	13885	.50





BRAGA		14821	14927	.90
BRASIA		30031	30107	.48
BRASILIA		36432	37001	.49
BRASILEIRA		7034	6995	.49
BRASILEIRO		13314	13431	.90
BRASILEIRO		13977	14239	.90
BRASILEIRO		16861	17114	.92
BRASILEIRO		13835	13904	.90
BRASILEIRO		81474	83355	.91
BRASILEIRO		41887	42866	.91
BRASILEIRO		33705	34645	.90
BRASILEIRO		140759	142664	.92
BRASILEIRO		43353	45215	.90
BRASILEIRO		21686	22094	.49
BRASILEIRO		138958	142894	.91
BRASILEIRO		13795	13869	.49
BRASILEIRO		10643	10793	.92
BRASILEIRO		5274	5327	.48
BRASILEIRO		6060	6004	.48
BRASILEIRO		10537	10628	.90
BRASILEIRO		8191	8415	.90
BRASILEIRO		14612	14807	.49
BRASILEIRO		35749	36268	.90
BRASILEIRO		11040	11170	.49
BRASILEIRO		35531	35875	.91
BRASILEIRO		6411	6292	.92
BRASILEIRO		20553	20508	.91
BRASILEIRO		15613	15754	.49
BRASILEIRO		7551	7654	.48
BRASILEIRO		17152	17190	.90
BRASILEIRO		28927	29639	.90
BRASILEIRO		11553	11665	.49
BRASILEIRO		25725	25902	.90
BRASILEIRO		9360	9385	.91
BRASILEIRO		14969	15087	.91
BRASILEIRO		53930	54894	.90
BRASILEIRO		7420	7437	.49
BRASILEIRO		32163	32300	.90
BRASILEIRO		13549	13781	.91
BRASILEIRO		11618	12110	.91
BRASILEIRO		34603	34054	.91
BRASILEIRO		25517	25870	.92
BRASILEIRO		13907	13931	.38
BRASILEIRO		6532	6500	.90
BRASILEIRO		25064	25233	.90
BRASILEIRO		22891	23432	.90
BRASILEIRO		21884	22165	.90
BRASILEIRO		7256	7329	.49
BRASILEIRO		21924	22457	.49
BRASILEIRO		7162	7203	.91
BRASILEIRO		23582	23950	.90
BRASILEIRO		25215	25591	.90



BRAGA	BRASILÂNDIA	28945	28918	.81
	BRILHO APODO	91862	92690	.82
	BRISÃO	8614	8844	.90
	PEDRO ALEXANDRE	16276	16847	.89
	BUÇÁ	18729	18879	.82
	BUÇÁ ARAÚJO	32076	32486	.90
	BUÇÁ	17495	17863	.89
	BUÇACU	26245	27072	.89
	BUÇÁ	10819	10834	.90
	BUÇÁ	26779	27786	.90
	BUÇÁ	10684	10806	.89
	BUÇÁ	22816	22925	.90
	BUÇÁ	40313	41226	.91
	BUÇÁ DUTRA	13954	14014	.89
	BUÇÁ SANTO QUINCE	14699	14908	.89
	BUÇÁ	24299	24666	.91
	BUÇÁ	25238	25702	.89
	BUÇÁ	35827	36493	.90
	BUÇÁ	11513	11598	.90
	BUÇÁ DO JACUIPE	39408	40498	.90
	BUÇÁ DE SANTANA	27947	28192	.90
	BUÇÁ DO AMARAL	14481	14666	.89
	BUÇÁ DO POBUAL	44459	45164	.91
	BUÇÁ DE COMPA	14173	14213	.92
	BUÇÁ DO ANTONIO	13748	13899	.90
	BUÇÁ DO PIRES	12512	12659	.92
	BUÇÁ	4236	4238	.91
	BUÇÁ BARBOSA	29710	29588	.91
	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	24864	25109	.92
	SALINAS DA MARANHÃO	9218	9333	.91
	SANTA BARBARA	17208	17367	.91
	SANTA BRIGIDA	14490	14966	.90
	SANTA IRENE	10459	10422	.92
	SANTA TERESINHA	8422	8421	.90
	SANTANA	32762	33597	.90
	SANTANOPOLIS	8201	9156	.91
	SANTO ESTEVÃO	38771	39416	.92
	SANTO DIAS	13966	14070	.91
	SANTA	12272	12603	.91
	SANTA	43923	45991	.89
	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	9902	10218	.89
	SERICE DO BONFIM	92506	96010	.91
	SERICE DE	25768	25416	.89
	SERRA PRETA	17146	16983	.90
	SERGIPE	81631	83727	.91
	SERROLÂNDIA	11187	10978	.91
	SOUTO SOARES	20348	21105	.89
	TANQUE	19620	20106	.90
	TANQUE	10201	10229	.90
	TAPIR			
	TAPEIR	15778	16586	.90
	TAPIR	22654	24435	.89





MUCA	VERMELHA	21463	21180	.80
	YOCOME	48920	48979	.80
	URUA	28806	28829	.80
	URUBA	21860	21814	.49
	URUBI	14879	14830	.47
	URUBI	14734	17017	.80
	URUBA	18914	19061	.80
	VALARTE	18394	18955	.80
	VALARIA DO POZO	8474	8438	.80
	VITÓRIA DA COMPLEXA	241518	247861	.82
	WOMBI	8641	8945	.49
	XICO-XICO	43813	43739	.51

MOMES GERAIS	ACONS VERMELHAS	20453	20920	.50
	BOCINA	48821	49488	.49
	BOTICURIM	7278	7292	.48
	BRASILIA DE MOMES	46474	46954	.49
	BURITIZIANO	28404	27318	.49
	CAPTÃO BRAS	12220	12405	.50
	CLARO DOS POZOS	8304	8329	.48
	COBAÇA DE JERRE	13551	13817	.49
	CRISTALIA	5052	5072	.51
	ESPERANÇO MARIANO	7965	8123	.48
	ESPICINA	38988	39486	.50
	FRANCISCO DUHENT	3677	3685	.47
	FRANCISCO SA	24879	24896	.49
	GRÃO NECEL	20158	20018	.50
	IRDAI	7571	7743	.47
	ITACOMBEIA	6415	6276	.48
	ITACOMARI	23141	23670	.49
	JAMBICA	56014	57095	.50
	JAMBICA	91195	92772	.51
	JARDIMAI	9621	9717	.48
	JARDIMATO	6233	6189	.48
	LAGEA DOS PRZOS	4165	4183	.49
	LAGEINCE	6707	6727	.47
	MARCA	55683	57823	.49
	MATO VERDE	20818	21133	.50
	MIRANHA	17535	17771	.49
	MORFOLAVANTA	16231	16119	.50
	MORTE AZUL	38445	38717	.50
	MONTES CLARES	269409	277681	.51
	PIRAPORA	50552	52172	.51
	PORECELINIA	56101	56908	.50
	EDRÃO DOS MARIANOS	10554	10678	.49
	RIO BRANCO DE MOMES	49247	49754	.49
	REBELITA	9851	9795	.49
	SALINAS	51467	51665	.51
	SÃO FRANCISCO	72343	73186	.49
	SÃO JOÃO DA FONTE	32326	32266	.48
MOMES GERAIS	SÃO JOÃO DO MARALCO	28378	28928	.80
	VALCINHAS	29040	29961	.81
	URUBI	78126	78291	.48
	VALARIA DA VALAR	33288	34734	.80
	VALERIANIA	28188	28888	.49





ARIDAS



Ministério da
Integração Nacional

